

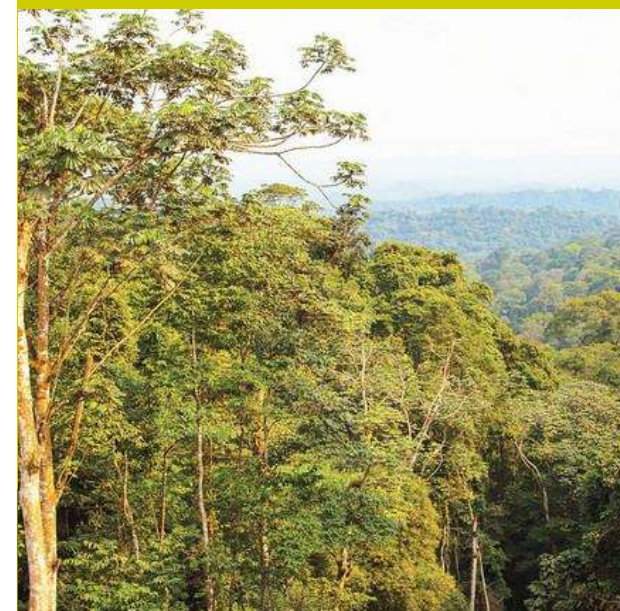


REPÚBLICA DE ANGOLA
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E FLORESTAS

Plano de Desenvolvimento de Médio Prazo do Sector Agrário



CBBS
Consultoria & Auditoria



2018 - 2022

GOVERNO DE
ANGOLA

Plano de Desenvolvimento de Médio Prazo do Sector Agrário (PDMPSA) 2018 - 2022

PDMPSA 2018 – 2022...

**...Análise Exaustiva do Sector Agrário e
Definição de Políticas, Estratégias e Programas para o
Desenvolvimento do Sector.**



Autoria: © Ministério da Agricultura e Florestas

Assessoria: © CBBS CA

O Plano de Desenvolvimento de Médio Prazo do Sector Agrário (PDMPSA) 2018 – 2022 foi elaborado pelo Ministério da Agricultura e Florestas (MINAGRIF) e contou com a participação de distintas entidades:

- 1) Quadros das Direcções, Gabinetes, Institutos e Empresas Públicas do Ministério da Agricultura e Florestas;
- 2) Entidades externas, nomeadamente antigos quadros do Sector Agrário, quadros de outros Departamentos Ministeriais, parceiros sociais, produtores, fornecedores e prestadores de serviços, ONGs, analistas, líderes da opinião, entre outros;
- 3) Órgãos dos Governos Provinciais responsáveis pelo Planeamento e pelo desenvolvimento do Sector Agrário local, nomeadamente os Gabinetes de Estudos e Planeamento e as Direcções Provinciais da Agricultura das 18 provinciais do país.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E FLORESTAS
GABINETE DE ESTUDOS, PLANEAMENTO E ESTATÍSTICA
Avenida Comandante Gika, 42
Largo António Jacinto, Edifício B, 2º Andar
Luanda - Angola

Índice Geral

Nota de Abertura	02
Introdução	06
1.1 Abordagem sobre a estrutura do documento	07
1.2 Descrição da metodologia de desenvolvimento do PDMPA 2018–2022	09
1.3 Documentos consultados para elaboração do PDMPA 2018 – 2022	11
Análise da Situação Actual	12
2.1 Análise do macro-ambiente	13
2.2 Análise do Sector	36
2.3 Análise da expectativa do público de interesse	72
2.4 Análise da Instituição	76
2.5 Síntese dos principais desafios estratégicos	87
Orientações Fundamentais do PDN para o Período 2018 – 2022	89
3.1 Quadro Macroeconómico de Base para 2018 – 2022	90
3.2 Eixo e Políticas de Desenvolvimento Prioritárias para 2018 - 2022	91
Estabelecimento da Política Orientadora para o Desenvolvimento do Sector	92
4.1 Missão do MINAGRIF	93
4.2 Visão para os próximos 10 anos	95
4.3 Objectivos estratégicos	97
4.4 Objectivos específicos	99
4.5 Indicadores e Metas de Desempenho	101
4.6 Princípios gerais de actuação	106
Plano de Execução da Política Orientadora do Sector	111
5.1 Programas de Acção	112
5.2 Políticas/Medidas de Política	133
5.3 Modelo de Gestão do PDMPA 2018 – 2022.	135
Considerações Finais	137
Anexo Descritivo sobre o Processo de Elaboração do PDMPA	139

Índice de Tabelas

Tabela 1: Acrónimos	05
Tabela 2: PIB Real por Sector 2011 – 2016 (em milhões de Kwanzas)	24
Tabela 3: Estrutura do PIB Real por Sector 2011 – 2016	24
Tabela 4: Valor do OGE 2008 - 2015	25
Tabela 5: Panorama do emprego em Angola entre 2002 e 2015	25
Tabela 6: Valor Médio da Produtividade do Trabalho	25
Tabela 7: Estrutura etária da população por sexo, 2014.	26
Tabela 8: População por área de residência, segundo o sexo, 2014	26
Tabela 9: Agregados Familiares que praticam a agricultura	27
Tabela 10: População por área de residência que sabe ler e escrever	28
Tabela 11: População residente empregada nos diversos sectores	28
Tabela 12: Distribuição da população empregada por províncias	29
Tabela 13: Posicionamento global de Angola no IDH nos últimos 4 anos	30
Tabela 14: Classificação dos países da SADC em relação ao IDH	30
Tabela 15: Caracterização dos Pastos em Angola	45
Tabela 16: Caracterização das formações florestais em Angola	51
Tabela 17: Superfície Ocupada por florestas e não florestas	51
Tabela 18: Classificação da ocupação do solo (FAO)	51
Tabela 19: Distribuição das formações florestais em Angola	51
Tabela 20: Superfície ocupada por florestas e não florestas por província	52
Tabela 21: Evolução Natural da Força de Trabalho por Categoria	81
Tabela 22: Evolução Natural da Força de Trabalho por Função	81
Tabela 23: Evolução Natural da Força de Trabalho por Áreas	82
Tabela 24: Evolução Natural da Força de Trabalho por Funções	83
Tabela 25: Alocação de recursos financeiros ao sector agrário 2009 – 2015	84
Tabela 26: OGE Alocado vs OGE Executado p/ Sector Agrário 2009- 2015	86
Tabela 27: Quadro Macroeconómico de Base para 2018 – 2022	90

Índice de Figuras

Figura 1: Estrutura do PDMPSA	08
Figura 2: Metodologia de Desenvolvimento do PDMPSA	10
Figura 3: Distribuição da pluviosidade pelo país	31
Figura 4: Principais tipos de clima em Angola	32
Figura 5: Principais tipos de clima em Africa com destaque para Angola	33
Figura 6: Unidades de mapeamento das classes de solos de Angola	34
Figura 7: Mapa hidrográfico de Angola (FAO)	35

Índice de Gráficos

Gráfico 1: Taxa de Crescimento do PIB Real 2011 – 2016	20
Gráfico 2: Reservas Internacionais Líquidas de Angola 2011 – 2016	21
Gráfico 3: Taxa de Câmbio 2011 – 2016 (Kz/USD)	21
Gráfico 4: Crédito Concedido à Alguns Sectores da Economia	22
Gráfico 5: Variação anual entre 2014 e 2015	22
Gráfico 6: Comportamento da inflação entre o período de 2002 a 2015	23
Gráfico 7: PIB Real por Sector 2011 – 2016 (em milhões de Kwanzas)	24
Gráfico 8: Estrutura do PIB Real 2016 (em percentagem)	24
Gráfico 9: Distribuição da população segundo o sexo, 2014	26
Gráfico 10: População empregada segundo a principal actividade	27
Gráfico 11: Actividades agrícolas praticadas pelos agregados familiares	27
Gráfico 12: Precipitação média anual em Angola	31
Gráfico 13: Produção de Cereais entre 2012 e 2016	40
Gráfico 14: Produção de Raízes e Tubérculos entre 2012 e 2016	40
Gráfico 15: Produção de Leguminosas e Oleaginosas entre 2012 e 2016	40
Gráfico 16: Produção de Frutas entre 2012 e 2016	41
Gráfico 17: Produção de Hortícolas entre 2012 e 2016	41
Gráfico 18: Produção de carne entre 2008 e 2016	47
Gráfico 19: Produção de ovos de galinha entre 2008 e 2016	48
Gráfico 20: Produção de leite entre 2008 e 2016	48
Gráfico 21: Produção de madeira entre 2008 e 2015	54
Gráfico 22: Produção de lenha entre 2008 e 2015	54
Gráfico 23: Produção de carvão entre 2008 e 2015	54
Gráfico 24: Distribuição da Força de Trabalho – Total 421	78
Gráfico 25: Distribuição da Força de Trabalho por Género e Função	78
Gráfico 26: Distribuição por Grupos Etários	79
Gráfico 27: Distribuição por Antiguidade	79
Gráfico 28: Evolução Natural da Força de Trabalho	80
Gráfico 29: OGE Total 2009 - 2015	84
Gráfico 30: OGE Alocado ao Sector Agrário 2009 – 2015	84
Gráfico 31: Total do OGE Alocado ao Sector Agrário entre 2009 e 2015	85
Gráfico 32: Total do OGE Executado pelo Sector Agrário entre 2009 e 2015	85
Gráfico 33: Execução orçamental anual no sector agrário de 2009 a 2015	86
Gráfico 34: Estrutura percentual OGE alocado e OGE executado 2009-2015.	86

Acrónimos

Tabela 1: Acrónimos

ADRA	Acção para o Desenvolvimento Rural e Ambiente	ISV	Instituto de Serviços de Veterinária
ARSEG	Agência Angolana de Regulação e Supervisão de Seguros	LUIBOR	Luanda Interbank Offered Rate
BAD	Banco Africano de Desenvolvimento	MAPTESS	Ministério da Administração Pública, Trabalho e Segurança Social
BDA	Banco de Desenvolvimento de Angola	MECANAGRO	Empresa Nacional de Mecanização Agrícola
BM	Banco Mundial	MINEC	Ministério da Economia
BNA	Banco Nacional de Angola	MINADER	Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural (Extinto)
DNAPF	Direcção Nacional da Agricultura e Pecuária	MINAGRIF	Ministério da Agricultura e Florestas
DNF	Direcção Nacional de Florestas	MINFIN	Ministério das Finanças
CEIC	Centro de Estudo e Investigação Científica	MPLAN	Ministério do Planeamento
DNDR	Direcção Nacional de Desenvolvimento Rural	MN	Moeada Nacional
DNHAER	Direcção Nacional de Hidráulica Agrícola e Engenharia Rural	MOSAP II	Projecto de Desenvolvimento da Agricultura Familiar e Comercialização
EA	Exploração Agrária	N/D	Não Disponível
EAE	Explorações Agrícolas Empresariais	NEPAD	Nova Parceria para o Desenvolvimento de África
EAF	Explorações Agrícolas Familiares	ODM	Objectivos de Desenvolvimento do Milénio
EDA	Estação de Desenvolvimento Agrário	OGE	Orçamento Geral do Estado
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agro-pecuária	ONG	Organização Não Governamental
FAO	Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura	PAMURP	Programa de Apoio Específico à Mulher Rural e da Periferia
FADA	Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Agrário	PDC	Programa de Desenvolvimento Comunitário
FIDA	Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola	PDMPA	Plano de Desenvolvimento de Médio Prazo do Sector Agrário
GDA	Gabinetes de Desenvolvimento Agrário	PDN	Plano de Desenvolvimento Nacional
GEPE	Gabinete de Estudos, Planeamento e Estatística	PLANIRRIGA	Plano Director Nacional de Irrigação
GESTERRA	Empresa de Gestão de Terras Aráveis S.A.	PDRCP	Programa de Desenvolvimento Rural e Combate à Pobreza
GGTA	Gabinete de Gestão de Terras Agrárias	PEDR	Programa de Extensão e Desenvolvimento Rural
GI	Gabinete de Inspeção	PFG	Programa de Formação Global
GII	Gabinete de Intercâmbio Internacional	PIB	Produto Interno Bruto
GJ	Gabinete Jurídico	PIP	Programa de Investimento Público
GSA	Gabinete de Segurança Alimentar	PMO	Escritório de Gestão de Projectos
HA	Hectares	(PMI-PMBOK).	Metodologia de Gestão de Projecto (PMBOK) do Instituto de Gestão de Projectos (PMI)
IBEP	Inquérito Integrado sobre o Bem-Estar da População	PND	Plano Nacional de Desenvolvimento
I.D.A	Instituto de Desenvolvimento Agrário	PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
I.I.A	Instituto de Investigação Agronómica	PRODECA	Programa de Desenvolvimento das Culturas Alimentares da Região Norte
I.I.V	Instituto de Investigação Veterinária	RIL	Reservas Internacionais Líquidas
IDF	Instituto de Desenvolvimento Florestal	SADC	Comunidade de Desenvolvimento dos Países da África Austral
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano	SENSE	Serviço Nacional de Sementes
INAPEM	Instituto Nacional de Apoio às Pequenas e Médias Empresas	SIGFE	Sistema Integrado de Gestão Financeira do Estado
INCA	Instituto Nacional do Café	SNIA	Sistema Nacional de Investigação Agrária
INCER	Instituto Nacional de Cereais	SOPIR	Sociedade Gestora dos Perímetros Irrigados
INE	Instituto Nacional de Estatística	UCAN	Universidade Católica
		UNACA	Confederação das Associações e Cooperativas de Camponeses Angolanos



1

Introdução

Abordagem sobre a Estrutura do PDMPSA 2018 - 2022

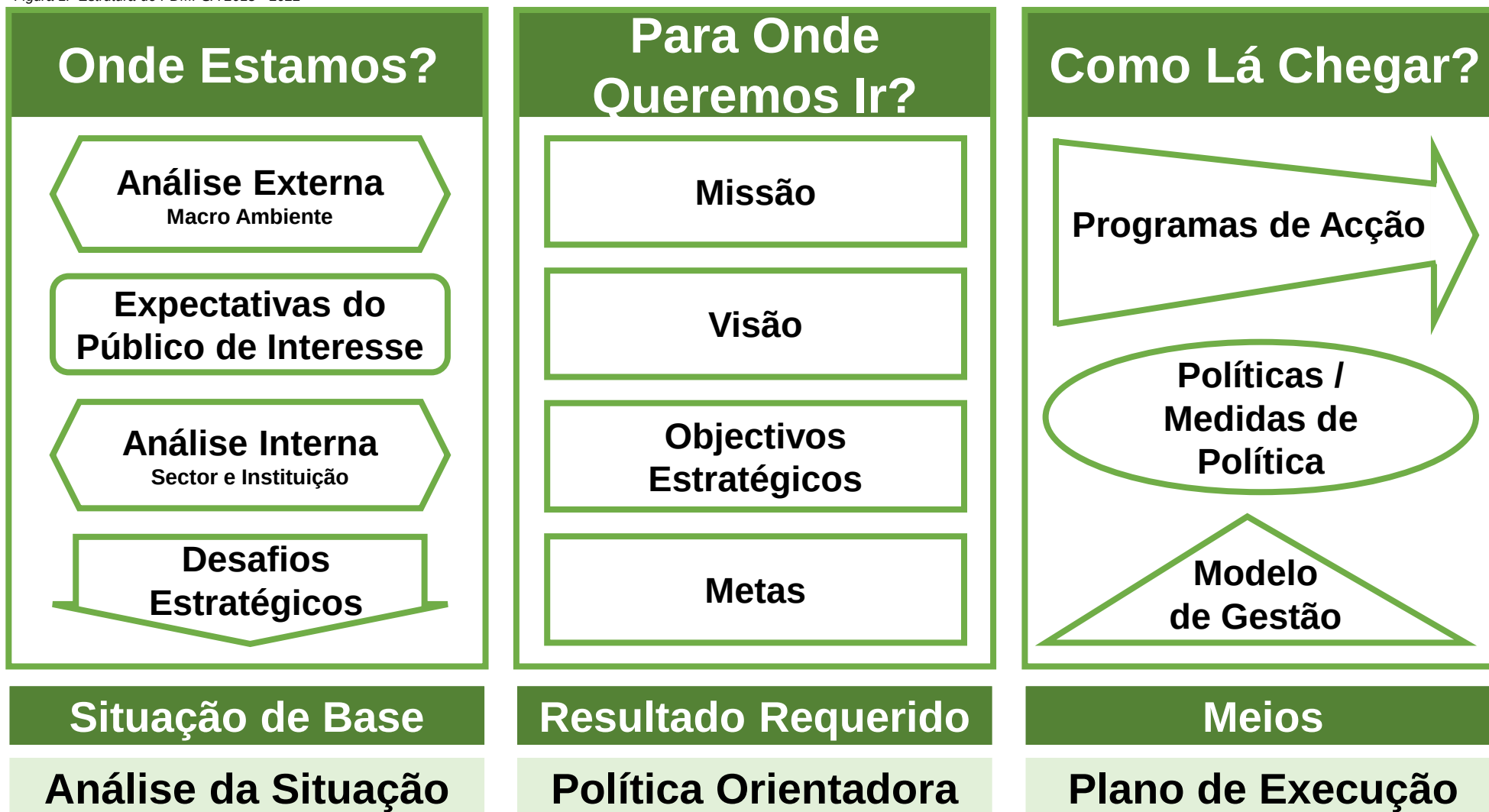
Este Plano tem como objectivo a apresentação de um conjunto de pressupostos estratégicos que, partindo de um diagnóstico exaustivo do Sector, define a visão, os objectivos e as metas para o próximo quinquénio. O Plano apresenta igualmente, um conjunto de políticas, medidas de política e estratégia de implementação, para que seja possível atingir os objectivos acima referidos.

O presente Plano de Desenvolvimento de Médio Prazo do Sector Agrário (PDMPSA) 2018-2022 contempla três secções de abordagem principais, nomeadamente:

- 1) **Análise da Situação Actual:** O estado actual do sector agrário é analisado sob a perspectiva do macro-ambiente, considerando o enquadramento político-legal, a conjuntura económica, o contexto sócio-cultural e os factores ambientais. Adicionalmente, procede-se o diagnóstico do estado actual das actividades primárias dos três sub-sectores, designadamente agrícola, pecuário e florestal, assim como a análise dos aspectos transversais aos mesmos. São também identificadas e enquadradas as expectativas do público de interesse e avaliados os constrangimentos internos da instituição. Por último, é feita a síntese dos desafios críticos do Sector Agrário.
- 2) **Estabelecimento da Política Orientadora do MINAGRIF:** Aqui é definida a Visão para os próximos 10 anos, conformada na Missão do Ministério da Agricultura e Florestas (MINAGRIF). Igualmente são definidos os objectivos estratégicos e específicos, bem como, os indicadores e metas. Define-se também, a estratégia geral de actuação do Sector no âmbito do presente Plano.
- 3) **Definição do Plano de Execução da Estratégia do Sector:** São aqui definidos os programas de acção para o alcance dos objectivos estratégicos e específicos. Perspectiva-se de modo global com estes programas, o reforço da capacidade institucional de intervenção do sector, bem como, a garantia da disponibilização de recursos e efectivação do seguro agrícola, para a obtenção de um melhor resultado da actividade do Sector. O modelo de gestão do PDMPSA 2018-2022 sustentará a execução do plano baseado em quatro eixos, designadamente (1) Formulação, (2) Planeamento, (3) Execução, (4) Monitoramento e Controlo do Desempenho do Sector.

Estrutura do PDMPSA 2018 - 2022

Figura 1: Estrutura do PDMPSA 2018 - 2022



Descrição da Metodologia de Desenvolvimento do PDMPA 2018 - 2022

A preparação do PDMPA 2018-2022 baseou-se numa estratégia de discussão por intermédio de uma série de workshops de auscultação interna e externa, ocorridos entre os meses de Dezembro de 2016 e Janeiro de 2017. Os workshops foram promovidos pelo MINAGRIF e reuniu colaboradores das várias direcções e órgãos tutelados, directores provinciais da agricultura e directores dos gabinetes de estudo e planeamento (GEP) dos governos provinciais, assim como outras entidades externas ao Ministério, como produtores (familiares e empresariais), provedores de serviços, académicos, parceiros de cooperação, organizações não governamentais, membros da sociedade civil, líderes de opinião e antigos quadros, com vasto conhecimento e prática no sector agrário e de desenvolvimento rural.

As actividades e acções incluíram discussões, pesquisas documentais, questionários, consultas de orientação, análise de resultados e consequente aprovação superior.

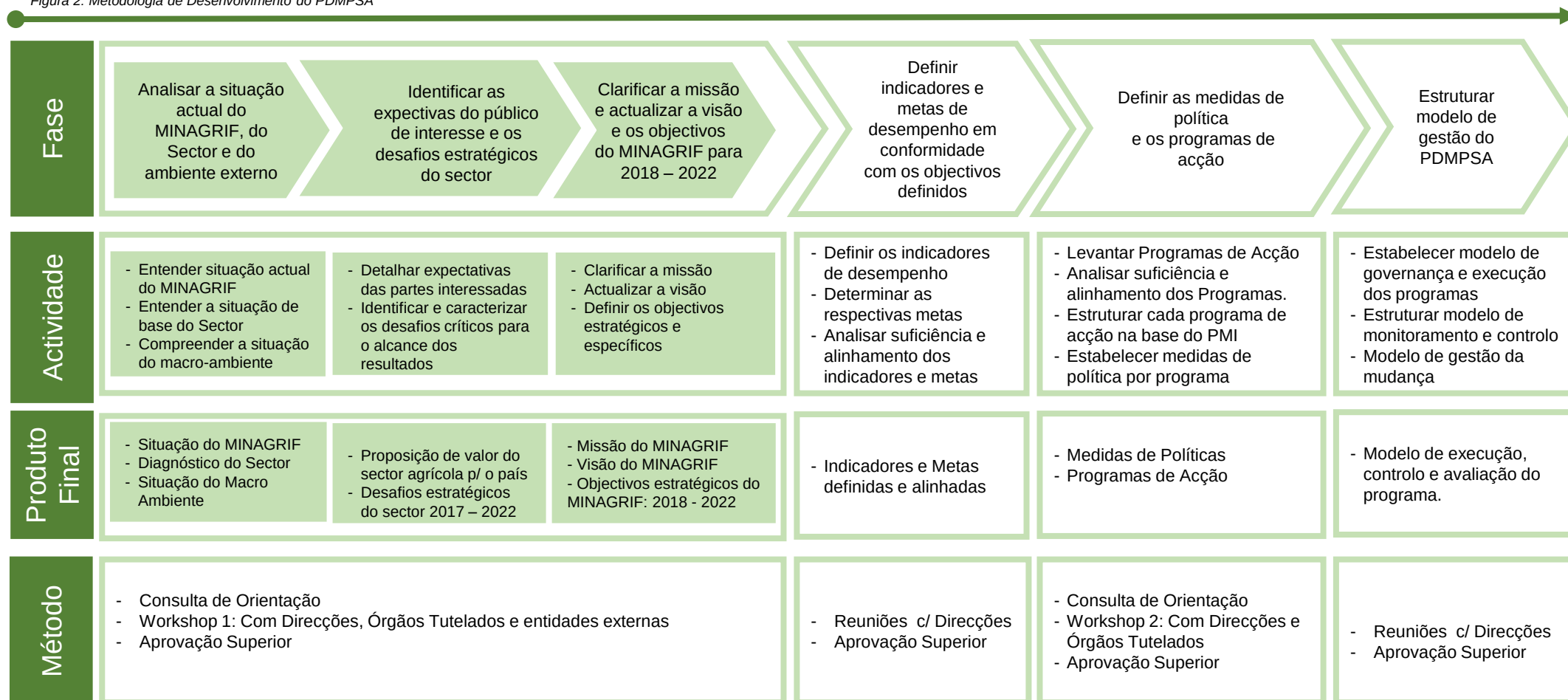
Estamos certos de que, no contexto das actuais prioridades nacionais, a elaboração de uma agenda estratégica para o Sector Agrário, passa indubitavelmente pelo fortalecimento do Ministério da Agricultura e Florestas, bem como, pelo delineamento assertivo dos vectores de actuação para os próximos anos, com base numa gestão estratégica devidamente sistematizada, à medida que as políticas e programas são executados ao longo do tempo, com o foco na melhoria dos serviços prestados à grande diversidade de actores do Sector.

Assim, o PDMPA 2018-2022 resulta de contribuições obtidas de forma participativa, reflectindo os interesses, inquietudes e necessidades manifestadas pelos participantes e principalmente as demandas da sociedade, consideradas fundamentais para o desenvolvimento do Sector Agrário.

Metodologia de desenvolvimento do PDMPSA

A formulação do PDMPSA 2018-22, seguiu a metodologia abaixo, tendo contado com a ampla participação de vários intervenientes do sector agrário.

Figura 2: Metodologia de Desenvolvimento do PDMPSA



Documentos consultados para a elaboração do PDMPSA

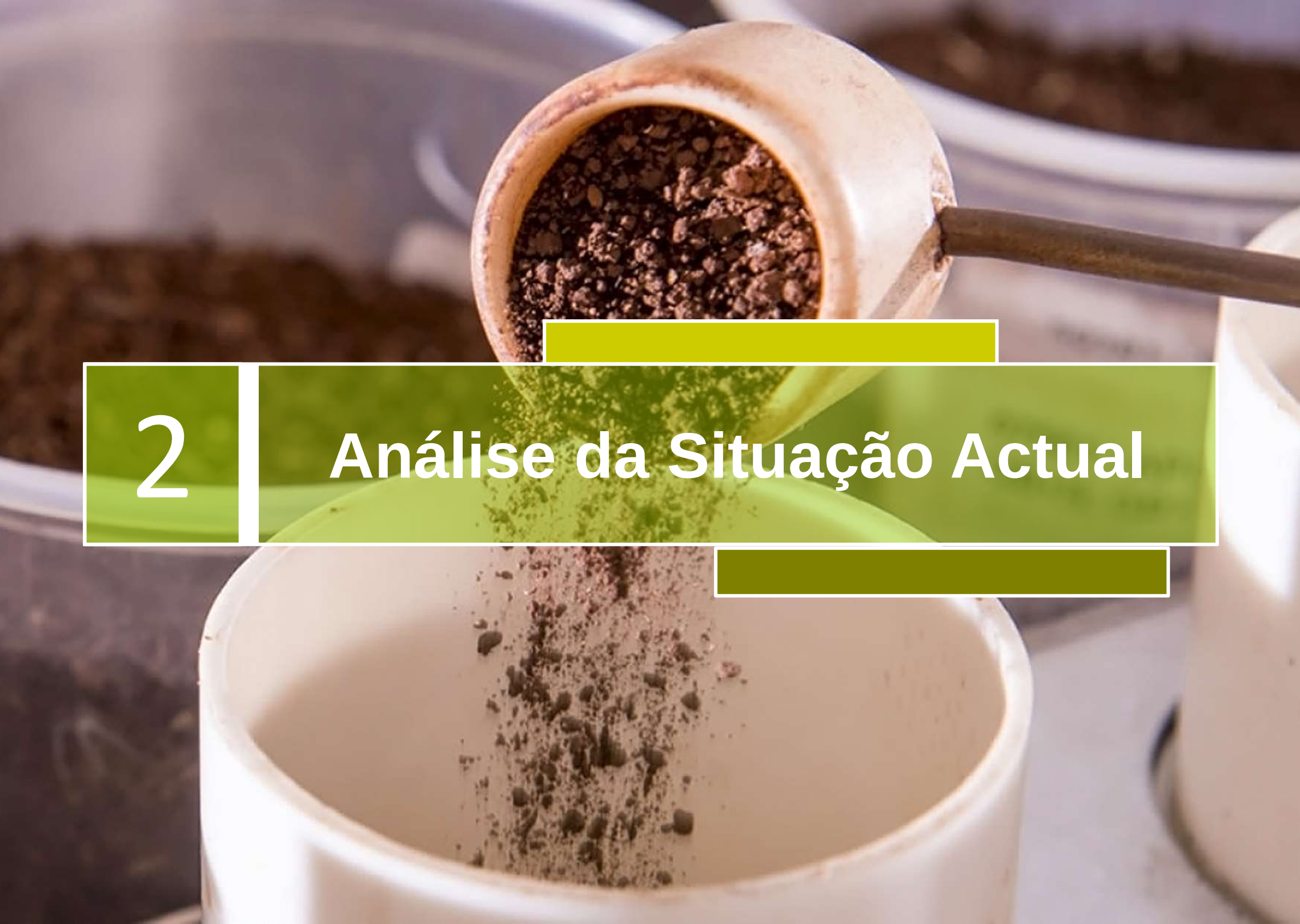
Para além dos contributos obtidos nos workshops realizados, a elaboração do PDMPSA teve em consideração e incorporou, em secções diversas, as considerações de diversos documentos sobre o sector, elaborados pelo MINAGRIF e/ou por instituições externas, como abaixo indicado:

Documentos Internos

- 1 Agriculture Sector Review 2004
- 2 PDMPSA 2009 - 2013
- 3 PDMPSA 2013 - 2017
- 4 Alinhamento Estratégico ao PDMPSA 2018 - 2022
- 5 Diversos Relatórios da Campanha Agrícola
- 6 Política Nacional de Florestas, Fauna Selvagem e Áreas de Conservação
- 7 Documentos Diversos de Planeamento

Documentos Externos

- 1 Angola 2025
- 2 PND 2013 – 2017; PDN 2018 - 2022
- 3 Quadro Metodológico de Planeamento
- 4 Estudo sobre o Crédito de Campanha
- 5 Livestock History in Angola
- 6 Censo Populacional
- 7 Relatórios Económicos da UCAN
- 8 Zoneamento Agroclimático em Angola
- 9 Relatório sobre o Estado do Ambiente

A close-up photograph of a manual coffee mill. The mill's hopper is filled with dark, finely ground coffee. A metal rod is inserted into the side of the mill. Below the mill, a white ceramic cup is shown, with a stream of ground coffee falling into it. The background is slightly blurred, showing more coffee grounds and parts of the mill.

2

Análise da Situação Actual



2.1

Análise do Macro Ambiente

Enquadramento Político-Legal

Contexto Político

+ O Sector agrário é uma prioridade na agenda do governo

- Com a queda do preço do petróleo e a redução significativa das receitas fiscais petrolíferas, o governo está a incentivar a produção agrária e agroindustrial, com vista ao aumento da contribuição do sector não petrolífero no PIB.
- Neste domínio, enfatizou-se a implementação de políticas e programas, constantes do PDN 2013-2017, os quais visam o desenvolvimento do sector agrário (tal como aprovação recente da Lei das Florestas).
- Complementarmente, o Executivo está a reforçar a cooperação técnica no domínio agrário por via de acordos bilaterais com diversos países tais como os países da SADC, a Bielorrússia, Portugal, entre outros.
- Acresce à esta acção, a priorização de investimentos para a reabilitação e construção de infraestruturas agrárias tais como polos agro-industriais, perímetros irrigados, complexos de armazenamento, silos etc.

- Sobreposição de atribuições e competências governamentais

- Verifica-se actualmente a existência de programas ligados ao sector agrário, porém tutelados por outros Ministérios, nomeadamente, o desenvolvimento rural, segurança alimentar, entre outros. A situação atrás referida resulta na sobreposição de estruturas e atribuições, bem como na sub-otimização de recursos, dificultando a efectiva realização dos objectivos que estes importantíssimos programas se propõem alcançar.

- Política de privatização ineficaz de empreendimentos agropecuários

- Tem-se constatado iniciativas do executivo no sentido de potenciar a produção agropecuária através de alguns projectos. Nota-se porém, que a transferência dos referidos projectos da tutela pública para o sector privado nem sempre ocorre de forma exitosa e para parceiros com competência técnica e financeira.

+ Programa de desminagem e reabilitação de vias primárias

- Com vista a inverter o quadro que o país herdou do período de guerra, foi desenvolvido um extenso trabalho de desminagem nas diversas localidades do país. A eliminação de zonas minadas permitiu o desenvolvimento de outras áreas económicas e sociais do país, destacando-se a reabilitação de vias primárias e secundárias que ligam as capitais provinciais às sedes municipais, a livre circulação de pessoas e bens e o incremento das trocas comerciais intra e inter-provinciais, bem como a melhoria do comércio rural, sobretudo nos municípios sede das províncias.

- Falta de protecção física e social das famílias agrárias

- Os produtores e famílias agrárias não têm beneficiado de suficiente protecção social e segurança física a nível das comunidades rurais. Algumas zonas de produção, carecem de maior policiamento. Esta deficiência de protecção resulta em danos pessoais, roubos e perda de produção. Por outro lado, a falta de protecção social coloca em risco a estabilidade dos agregados familiares.

Enquadramento Político-Legal

Quadro Legal

Lei de Base do Desenvolvimento Agrário

Lei de Base do Desenvolvimento Agrário como um dos Instrumentos da Política Agrária

- A Lei n.º 15/05 de 7 de Dezembro, a Lei de Base do Desenvolvimento Agrário estabelece as bases que devem assegurar o desenvolvimento e modernização do sector agrário, criando para o efeito mecanismos de apoio e incentivos às actividades agrárias. A presente Lei define as actividades agrícolas como sendo todas as actividades que correspondem ao domínio e a exploração de um ciclo biológico de carácter vegetal ou animal e que constituem uma ou mais etapas necessárias ao desenvolvimento do ciclo, assim como as actividades exercidas por um explorador agrícola que estão no prolongamento do acto de produção agrária.
- A Lei persegue vários objectivos, como o racional aproveitamento dos recursos naturais e a preservação dos padrões da sua capacidade regenerativa; o aumento da produção e da produtividade, da competitividade da agricultura e a melhoria da situação económica e social da população agrária; e a preservação dos equilíbrios socioeconómicos do meio rural, no reconhecimento da importância da actividade agrária, conferindo-lhe a importância merecida para o desenvolvimento integrado do país.
- Para a prossecução destes objectivos, de acordo com a referida Lei, o Estado deve promover a valorização dos recursos humanos, através da formação profissional dos agricultores e trabalhadores rurais; a criação de incentivos à exploração directa da terra e a fixação dos jovens agricultores; o ordenamento, o incremento e a criação de áreas irrigadas, da florestação e da silvo-pastorícia, no sentido do melhor aproveitamento dos solos, de reconhecida aptidão agrícola; a organização dos mercados agrícolas e silvícolas e a melhoria da eficiência comercial, pela criação de vias de acesso entre as regiões da produção e os grandes centros populacionais; O estímulo ao cooperativismo e associativismo socioeconómico na perspectiva da participação dos agricultores na definição da política agrária e na transformação e comercialização das respectivas produções, visando uma maior integração das fileiras produtivas; o apoio ao desenvolvimento de actividades associadas à exploração agrícola sobretudo nas zonas com condições agrestes ou com ecossistemas específicos, na perspectiva de integração dos rendimentos resultantes da exploração e preservação dos recursos económicos, paisagísticos e ambientais do espaço rural; a redução gradual das atribuições do Estado no sector agrário com a transferência progressiva de funções para as organizações agrícolas e inter- profissionais; e o desenvolvimento de investigação, experimentação e vulgarização rural de forma participativa, designadamente para os diferentes subsectores que exigem uma especialização da produção agrária nacional.
- A Lei, apesar de, na sua definição, apontar as actividades agrícolas como as produções vegetais e animais, no seu conteúdo há um grande enfoque apenas na produção agrícola e florestal denotando-se um vazio na abordagem da actividade pecuária.

Enquadramento Político-Legal

Quadro Legal

— Lei 9/04 de 9 de Novembro, Lei de Terras

Insegurança jurídica da propriedade fundiária

- Muitos dos agricultores no regime de exploração familiar enfrentam situação de insegurança de posse de terras, pois não detêm nenhum tipo de título dos terrenos agrícolas que exploram, por razões diversas, tais como loteamento irregular das parcelas de terras, invasão e/ou ocupação ilícita das terras sem prévia autorização do Governo, entre outras razões. Esta situação impede-os de terem acesso a linhas de crédito para adquirir insumos e equipamentos, expandir a capacidade produtiva ou poder custear serviços de mecanização ou irrigação.

Incumprimento da Lei de Terras

- Não há cumprimento do estabelecido pela Lei de Terras nas áreas inerentes à gestão das terras, quer pelos tomadores de decisões, quer pelos utilizadores destas, com a excepção das comunidades rurais que se regem pelo Direito Costumeiro, resultando em diferendos ou conflitos. Por exemplo, não obstante a Lei estabelecer que os direitos fundiários adquiridos, transmitidos ou constituídos extinguem-se pelo seu não exercício ou pela inobservância dos índices de aproveitamento útil e efectivo durante três anos consecutivos ou seis interpolados, qualquer que seja o motivo, pessoas individuais e colectivas há que retêm extensas propriedades fundiárias agrícolas sem qualquer aproveitamento, por períodos superiores aos referidos acima. No que se refere ao domínio útil consuetudinário, o Diploma reconhece às famílias que integram as comunidades rurais a ocupação, posse e os direitos de uso e fruição dos terrenos rurais comunitários por elas ocupados e aproveitados de forma útil e efectiva, segundo o costume. No entanto, algumas destas terras estão a ser usurpadas, visto que estas comunidades não dispõem dos Títulos de Reconhecimento das Terras Comunitárias.

Enquadramento Político-Legal

Quadro Legal

+ Existência da Lei 6/17, de 24 de Janeiro, Lei de Base de Florestas e de Fauna Selvagem

Cedência da superfície sob regime de concessão

- Foi aprovada recentemente a Lei de Base das Florestas e de Fauna Selvagem que oferece garantia de produção mais sustentável dos recursos florestais, segurança contratual e melhor controlo da exploração.
- Além do regime de licença que já existia no anterior regulamento, a Lei traz como inovação a cedência da exploração da superfície florestal sob o regime de concessão e não de licença. Assim, esta nova Lei permite as empresas alargarem o direito de concessão até 20 anos, o que lhes confere mais segurança para investirem em processos e infra-estruturas de produção mais modernas e eficazes.

Requisito de Povoamento e Repovoamento

- A presente Lei tem associada várias exigências, entre as quais se destaca o requisito de repovoamento florestal nas áreas de produção o que representa um factor crítico para garantir-se uma produção sustentável dos recursos florestais.

Competência de atribuição de concessão, concentrada no MINAGRIF

- O facto da competência de atribuição das concessões ser agora da responsabilidade exclusiva do Ministério da Agricultura e Florestas, em articulação com os seus departamentos provinciais, elimina a proliferação de licenças e o deficiente controlo que se verificava no modelo anterior em que partilhava esta responsabilidade com os governos provinciais. Adicionalmente, a fixação de quotas por províncias, de acordo com o inventário florestal em curso, permite uma melhor gestão e preservação de determinadas espécies de árvores, que por norma são preferidas pelas empresas em virtude do seu valor económico.

Possibilidade de Parcerias Público Privadas

- Por último, esta nova Lei amplia a base de arrecadação do Estado. Além das taxas e emolumentos à exploração e exportação, confere ao Estado a possibilidade de participação no capital social das empresas concessionadas.

Enquadramento Político-Legal

Quadro Legal

— Decreto 92/04 sobre a proibição de sementes ou grãos transgénicos geneticamente modificados

- O Decreto n.º92/04 proíbe a introdução no território nacional de qualquer variedade de sementes e grãos transgénicos ou geneticamente modificados, excepto os destinados à ajuda alimentar observando escrupulosamente o preceituado na lei.
- Segundo o presente Decreto, esta medida de prevenção deverá manter-se devido a ausência de legislação sobre a biotecnologia e a biossegurança e até ao estabelecimento de um Sistema Nacional de Biossegurança, capaz de controlar devidamente a importação, entrada, uso e a eventual produção de organismos geneticamente modificados no território nacional.
- Apesar do Decreto proibir a importação de grãos/alimentos transgénicos ou geneticamente modificados, na prática, por insuficiências diversas (tais como fiscalização à origem, existência de laboratórios de controlo em Angola, certificação do tipo de produto), este controlo não tem sido materializado em pleno, colocando os produtos e produtores nacionais em desvantagem competitiva, face aos produtos transgénicos, os quais beneficiam de maior produtividade.

+ Lei 6/02 de 21 de Janeiro, Lei de Águas e Regulamentos sobre a Utilização de Recursos Hídricos

- A Lei de Águas, define os princípios gerais para a gestão integrada das águas, a participação dos consumidores, a coordenação institucional e outras questões relevantes.
- A Lei de Águas estipulou que os sistemas de abastecimento de água urbanos devem operar na base da recuperação total dos custos, e as comunidades rurais devem recuperar os custos correntes de operação e manutenção, de forma a que os investimentos no abastecimento de água possam ser sustentados.
- A Lei define os princípios e a coordenação entre as instituições dos diferentes sectores e os beneficiários.
- A Lei de Águas define que a drenagem das águas residuais e das águas pluviais está sujeita a regulamentação diferente, estando esta contemplada no Regulamento de Utilização Geral dos Recursos Hídricos que define o quadro de gestão das bacias para o bem colectivo com vista proteger os interesses do país do ponto de vista económico, social e ambiental.

+ Lei 14/15 de 11 de Agosto, Lei de Investimento Privado mais favorável ao investidor

- A Lei n.º14/15 de 11 de Agosto, concede mais incentivos ao investidor privado quanto maior for a participação accionista nacional, localização, volume de investimento, sector económico e a geração de emprego.
- Esta legislação contribui para a constituição, o reforço e a consolidação de uma classe empresarial nacional.
- O novo diploma legal introduz, para efeitos de transparência e precisão, uma tabela com critérios mensuráveis para a redução do imposto industrial, de CISA e sobre a aplicação de capitais desde os 5% de redução até à sua completa isenção, no extremo, para os projectos que consigam cumprir com todos os seus critérios num prazo máximo de dez anos.

Enquadramento Político-Legal

Quadro Legal

+ Lei 23/15, de 31 de Agosto, Lei das Cooperativas

- A presente Lei consagra os princípios gerais e define bases normativas para o exercício da actividade das cooperativas.
- A experiência internacional, em particular de países da África subsariana, revela que o cooperativismo pode ser uma forma de organização empresarial, com vasta relevância económica e social.
- Este Diploma pretende contribuir para a criação de um sector agrícola sustentável e rentável, capaz de satisfazer as necessidades económicas e sociais dos seus membros e da economia em geral.
- a) Cooperativas de 1º grau: Pessoas singulares e/ou colectivas cujo objecto assenta na prestação directa de serviços aos seus membros.
- b) Cooperativas de 2º grau: São as uniões ou confederações de cooperativas cujo objecto assenta na coordenação, financiamento, formação, orientação e organização produtiva em maior escala dos serviços das suas cooperativas filiadas, bem como na defesa e promoção dos interesses das suas filiadas.
- c) Cooperativas polivalentes: São aquelas que abrangem mais de uma área de actividade dentro do mesmo ramo, incluindo actividades relacionadas ou conexas, desde que estejam organizadas por secções.

+ Lei 4/04 de 13 de Agosto, Lei sobre a Sanidade Animal

- A Lei nº 04/13 de 13 de Agosto estabelece as normas gerais que regem a produção, sanidade, tráfico, importação e exportação de animais, seus produtos e subprodutos e saúde pública veterinária em todo o território nacional.

+ Decreto Nº 70/08 de 11 de Agosto, que regula a Lei de Sanidade Animal

- O presente Diploma estabelece os aspectos de pormenor que a Lei de Sanidade Animal não especifica. Define os Serviços de Veterinária como o órgão directamente responsável pela aplicação de medidas zoonos sanitárias sob tutela do Ministério da Agricultura.
- Os Serviços de Veterinária são responsáveis pela emissão de vários certificados designadamente: Certificado Higio-Sanitário, Licença de Exploração Pecuária, Licença sanitária para importação de produtos e subprodutos de origem animal, Licença Zoo sanitária para importação de animais de estimação.

+ Lei das Sementes

- O Decreto Lei n.º 7/05, de 11 de Agosto visa estabelecer normas que disciplinem tanto a produção nacional como a importação de sementes e mudas, conseguindo-se que a semente e a muda, produzidas localmente como as importadas, garantam realmente o aumento da produção agrícola e prevenir a entrada no País de sementes e mudas nocivas à agricultura.

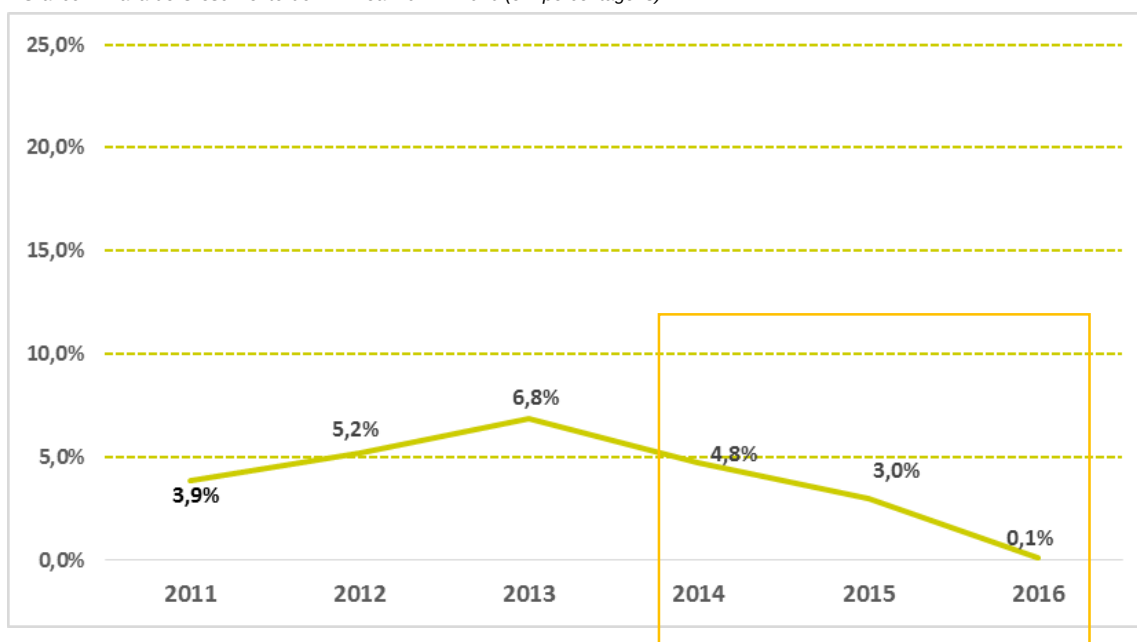
Análise da Conjuntura Económica

Desaceleração do crescimento PIB e Diversificação Económica

A taxa de crescimento do PIB real registou um decréscimo do seu pico de 6,6%% em 2013 para níveis de 0,1% em 2016. Esta desaceleração económica está fundamentalmente relacionada com a queda do preço do petróleo ocorrida nos mercados internacionais, reduzindo consideravelmente as receitas orçamentais provenientes do sector petrolífero com reflexos consideráveis na formação do produto interno bruto.

Esta conjuntura evidenciou a forte dependência da economia nacional das exportações petrolíferas, acelerando os esforços de diversificação da base económica do país. Neste contexto, o Executivo tem vindo a desenvolver um conjunto de iniciativas que visam promover o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) não petrolífero, com forte destaque para o Sector Agrário.

Gráfico 1: Taxa de Crescimento do PIB Real 2011 – 2016 (em percentagens)



Fonte: MINPLAN / CEIC UCAN

Análise da Conjuntura Económica

Redução das Reservas Internacionais Líquidas (RIL)

As reservas internacionais líquidas (RIL) têm evidenciado um movimento descendente desde 2014, igualmente, por conta do efeito da queda do preço do petróleo no mercado internacional. Em 2016, o stock de reservas internacionais atingiu um mínimo de 23.839 milhões de dólares, representando uma queda de 12% relativamente ao nível registado em 2014.

Dada a forte dependência da economia nacional das importações de bens, equipamentos, matérias-primas e produtos diversos, a conjuntura cambial acima descrita gerou um elevado desequilíbrio entre a procura e a oferta, causando uma escassez de divisas no país e consequentemente, afectando o funcionamento dos diversos sectores da economia, incluindo o sector agrário.

Desvalorização da Taxa de Câmbio do Kwanza face ao Dólar

A redução das disponibilidades de divisas tem pressionado fortemente a taxa de câmbio, dado o desequilíbrio entre a procura e a oferta.

De forma a atenuar esta pressão existente no mercado cambial e assegurar a manutenção das reservas internacionais em níveis recomendados, o BNA, com recurso a taxa de câmbio como o principal instrumento de ajustamento, realizou ao longo do período compreendido entre 2014 e 2016 uma desvalorização contínua do Kwanza. Deste modo, a taxa de câmbio no mercado primário depreciou 23% do seu valor face ao dólar norte-americano em 2015 e posteriormente 36% em 2016.

Atendendo a exiguidade de divisas no mercado formal, o mercado informal responsabilizou-se por atender a procura não satisfeita pelo mercado formal, provocando igualmente, o aumento significativo da taxa de câmbio informal.

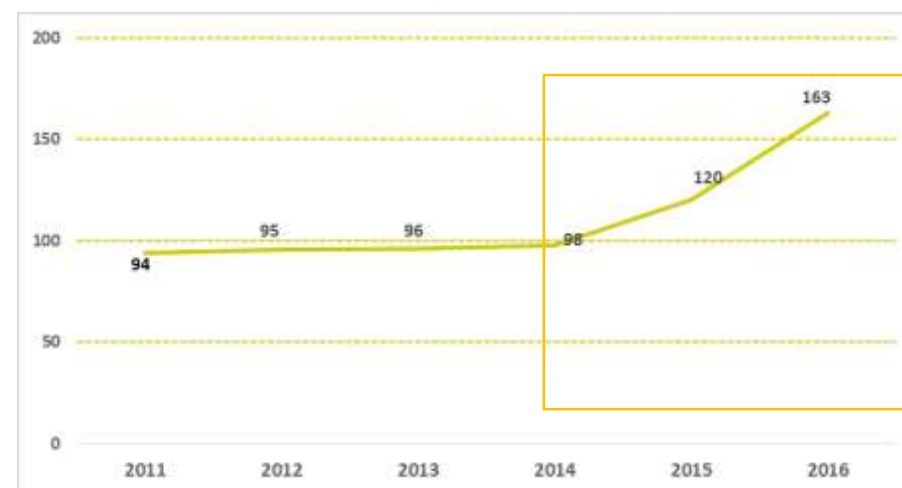
A desvalorização cambial tem diluído o poder aquisitivo dos agentes económicos, assim como reduzido os seus rendimentos, na medida em que os preços de venda dos produtos não têm compensado os custos dos factores de produção, grande parte dos quais adquiridos no mercado internacional com recurso a divisas.

Gráfico 2: Reservas Internacionais Líquidas de Angola 2011 – 2016 (em milhões de USD)



Fonte: BNA / CEIC-UCAN

Gráfico 3: Taxa de Câmbio 2011 – 2016 (Kz/USD)



Fonte: BNA / CEIC UCAN

Análise da Conjuntura Económica

— Défice Orçamental

O défice fiscal tem-se acentuado desde 2014, tendo aumentando de 3.104,2 milhões de dólares (2,4% do PIB) em 2014 para 4.590 milhões de dólares em 2015 (4,5% do PIB). O resultado orçamental negativo deve-se essencialmente, a redução das receitas fiscais petrolíferas (na ordem 57,9% em 2015) advinda da queda do preço médio do barril de petróleo. Esta situação tem afectado a capacidade de geração de poupanças públicas suficientes para ser direccionado para os diversos sectores da economia

Fonte: MINFIN / CEIC-UCAN

— Redução da Liquidez do Sistema Bancário com Impacto no Crédito

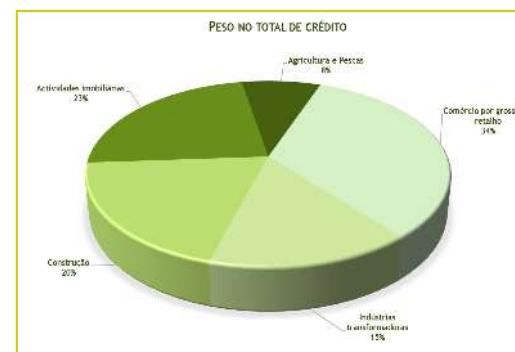
O aumento das taxas de juro bem como a introdução pelo BNA de outras medidas de redução da liquidez do sistema bancário, nomeadamente, o aumento do coeficiente de reservas obrigatórias para 25% e obrigatoriedade de constituição de contas cativas por parte dos bancos comerciais, em moeda nacional junto do BNA, com saldo correspondente à necessidade de compra de divisas, teve um severo impacto na capacidade de concessão de crédito às empresas. Além disso, grande parte do crédito concedido foi destinado ao sector de comércio, sendo que o sector agrário e das pescas têm um peso reduzido no total de crédito concedido ao sector empresarial.

— Aumento das Taxas de Juro

Com intuito de restringir o nível de liquidez do sistema financeiro, o BNA tem agravado nos últimos anos as taxas de juro de referência (Taxa BNA, Taxa das facilidades de cedência de liquidez e Taxa de redesconto). O aumento das taxas de juro de referência, conjugado com os esforços de redução da liquidez do sistema bancário, provocaram, igualmente, o aumento das taxas de juros LUIBOR, transacionadas no mercado interbancário. Consequentemente, as taxas de juro de crédito em moeda nacional (MN) apresentam uma tendência ascendente, sendo que alguns bancos chegam a praticar taxas correspondentes a LUIBOR + Taxa Inflação, as quais podem atingir níveis acima dos 30%.

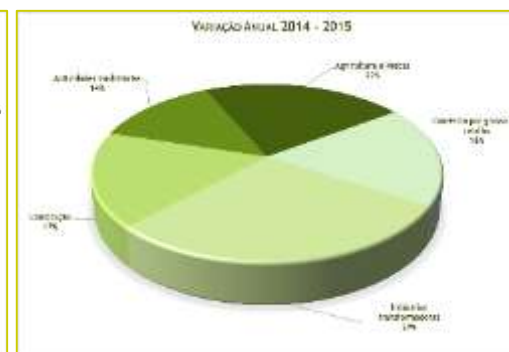
Fonte: BNA / CEIC-UCAN

Gráfico 4: Crédito Concedido à Alguns Sectores da Economia



Fonte: Instituto Nacional de Estatística (INE)

Gráfico 5: Variação anual entre 2014 e 2015



Análise da Conjuntura Económica



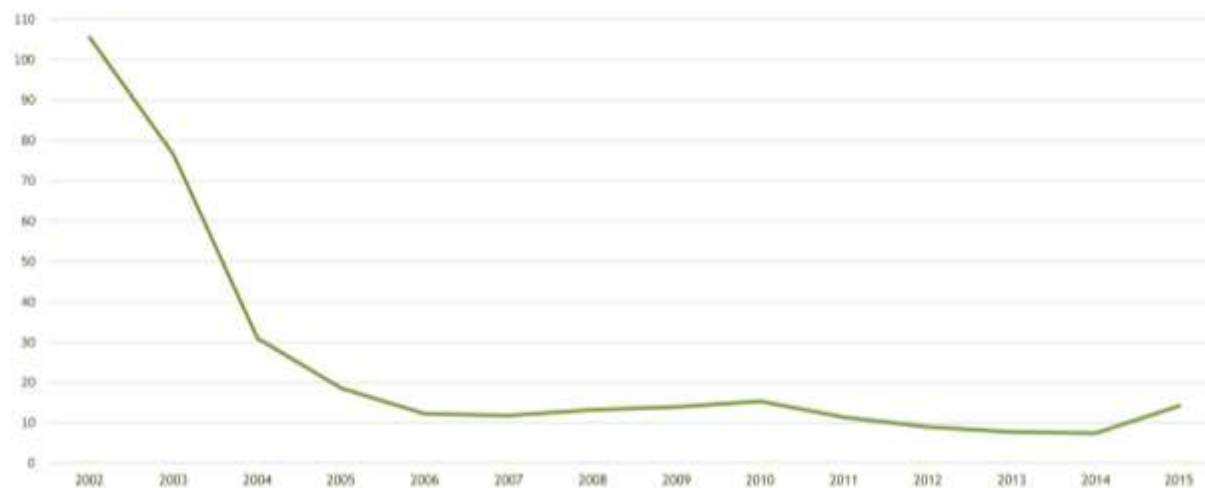
Comportamento da Inflação

No período de 2008 a 2014 as taxas de inflação apresentaram uma tendência decrescente, tendo reduzido de 13,9% para 7,5% respectivamente. Todavia, a taxa de inflação voltou a alcançar os dois dígitos em 2015, cifrando-se em 14,27%.

Diversos factores estiveram na base do aumento do índice de preços nomeadamente, a queda do preço do petróleo, a forte deterioração do stock de Reservas Internacionais Líquidas (RIL) e consequente desvalorização da moeda nacional (MN), a redução da subvenção dos preços dos combustíveis (com as correspondentes implicações sobre os custos de produção e sobre o poder de compra dos consumidores) e a redução do ritmo de crescimento da economia.

O incremento da inflação tem causado a redução do poder de compra dos agentes económicos nacionais e dificultado o acesso à divisas para importação de factores de produção.

Gráfico 6: Comportamento da inflação entre o período de 2002 a 2015



Fonte: Instituto Nacional de Estatística (INE)

Análise da Conjuntura Económica

Participação do Sector Agrário na Economia Nacional

+ Crescimento do PIB Agrícola

Em termos reais, o produto interno bruto do sector agrário tem observado um crescimento contínuo desde 2013, cifrando-se em 205.464 mil milhões de kwanzas em 2016.

Tabela 2: PIB Real por Sector 2011 – 2016 (em milhões de Kwanzas)

	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Agricultura	155 567	120 564	171 527	191 129	192 562	205 464
Pescas e derivados	3 883	4 259	4 362	5 193	5 613	5 705
Diamantes e outros	37 542	37 664	38 891	39 265	40 116	40 528
Petroleo	474 119	494 547	490 074	477 544	508 355	496 492
Indústria transformadora	102 550	116 907	126 908	137 188	134 348	129 109
Construção	131 727	147 139	159 130	171 861	177 876	183 568
Energia	1 925	2 125	2 857	3 352	3 435	4 117
Serviços mercantis	332 750	377 339	403 639	435 930	445 521	445 521
Outros	117 408	127 210	128 063	135 746	137 294	137 294
Produto Interno Bruto	1 357 470	1 427 754	1 525 451	1 597 208	1 645 120	1 647 796

Fonte: MINPLAN

- Participação Modesta do Sector Agrário na Estrutura Económica do País

Na estrutura económica do país, o sector agrário assume um contributo de 12,47% no produto interno bruto. O contributo proporcional do sector agrário tem aumentado ao longo dos anos, porém ainda se revela modesto, tendo em consideração o papel preponderante que deverá ter no processo de diversificação da economia do país.

Tabela 3: Estrutura do PIB Real por Sector 2011 – 2016

	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Agricultura	11,46%	8,44%	11,24%	11,97%	11,71%	12,47%
Pescas e derivados	0,29%	0,30%	0,29%	0,33%	0,34%	0,35%
Diamantes e outros	2,77%	2,64%	2,55%	2,46%	2,44%	2,46%
Petroleo	34,93%	34,64%	32,13%	29,90%	30,90%	30,13%
Indústria transformadora	7,55%	8,19%	8,32%	8,59%	8,17%	7,84%
Construção	9,70%	10,31%	10,43%	10,76%	10,81%	11,14%
Energia	0,14%	0,15%	0,19%	0,21%	0,21%	0,25%
Serviços mercantis	24,51%	26,43%	26,46%	27,29%	27,08%	27,04%
Outros	8,65%	8,91%	8,40%	8,50%	8,35%	8,33%
Produto Interno Bruto	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%

Fonte: MINPLAN

Gráfico 7: PIB Real por Sector 2011 – 2016 (em milhões de Kwanzas)



Fonte: MINPLAN

Gráfico 8: Estrutura do PIB Real 2016 (em percentagem)



Fonte: MINPLAN

Análise da Conjuntura Económica

Participação do Sector Agrário na Economia Nacional

Tabela 4: Valor do OGE 2008 - 2015

(Milhões de KZ)

	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
OGE Total	2 842 000	3 179 373	4 310 176	4 078 500	5 020 900	7 258 380	5 454 023
OGE Alocado ao Sector	54 507	39 830	40 764	59 390	53 390	42 912	21 775
% OGE Total	1,9%	1,3%	0,9%	1,5%	1,1%	0,6%	0,4%

Fonte: MINAGRIF

População Empregada por Sector Económico

Em Angola, a agricultura, pecuária e florestas tem um contributo importante na geração de emprego. Actualmente o sector agrário absorve cerca de 46% do total da população empregada nos diversos sectores da economia.

Tabela 5: Panorama do emprego em Angola entre 2002 e 2015

Sectores de Actividade	2002	2004	2006	2008	2010	2012	2014	2015
Agricultura, pecuária e florestas	2 231 434	2 369 037	2 510 897	2 621 107	2 621 107	2 913 360	2 932 763	2 959 269
Pescas	26 868	28 440	30 233	33 447	33 447	40 626	43 234	44 761
Petróleo e Gás	14 223	14 996	15 394	64 559	64 559	92 241	92 241	92 241
Diamantes e outros	10 577	32 483	36 157	22 904	22 904	20 142	41 079	41 983
Indústria transformadora	56 255	53 745	56 017	59 419	59 419	72 976	80 135	100 810
Electricidade	2 389	7 871	8 852	11 646	11 646	7 079	103 737	153 801
Construção	169 722	216 104	271 086	320 191	320 191	410 661	424 197	427 941
Comércio	796 139	852 508	909 051	949 645	949 645	1 061 862	1 170 836	1 218 598
Transportes e armazenagem	68 329	72 641	76 886	81 377	81 377	96 359	157 715	228 174
Correios e telecomunicações	2 476	3 175	4 339	4 574	4 574	12 167	0	0
Bancos e Seguros	5 072	5 722	7 074	14 138	14 138	23 357	0	0
Estado	326 709	346 856	367 626	420 832	420 832	431 610	438 137	438 137
Serviços imobiliários	334.0	320	356	424	424	562	0	0
Outros serviços	332 760	356 211	410 455	438 841	438 841	525 078	653 462	693 784
Angola	4 043 287	4 360 109	4 704 423	5 043 104	5 043 104	5 708 080	6 137 536	6 399 499

Fonte: CEIC, - UCAN

Insuficiente Dotação Orçamental para o Sector Agrário

As verbas atribuídas pelo OGE ao sector agrário têm decrescido desde 2009, evidenciando a dificuldade que o sector vêm enfrenta no sentido de implementar as políticas que suportam a intenção de desenvolvimento agrário do país

Baixa Produtividade do Trabalho agrícola

Porém a produtividade do trabalho agrícola está entre as mais baixas da economia Angolana, apontado para o baixo nível de competitividade deste sector.

Tabela 6: Valor Médio da Produtividade do Trabalho

Sectores de Actividade	por média
Agricultura, pecuária e florestas	1 132
Pescas	25 554
Petróleo e Gás	647 301
Diamantes e outros	34 046
Indústria transformadora	45 095
Electricidade	47 519
Construção	17 597
Comércio	5 469
Transportes e armazenagem	14 260
Estado	22 826
Total	13 520

Fonte: CEIC, - UCAN

Análise do Contexto Sócio-Cultural



Potencial de Recursos Humanos para o Sector Agrário

O país dispõe de uma população extremamente jovem. Considerando em simultâneo os grupos etários dos 0-14 anos de idade e dos 15-24 anos de idade, verifica-se que estes dois grupos representam 65% da população residente no país. O fosso entre jovens e idosos é enorme, onde apenas 2% da população tem 65 ou mais anos. Estes resultados sugerem que o país tem uma fonte elevada de mão-de-obra que, com políticas adequadas de formação e emprego, constitui um recurso indispensável para o desenvolvimento dos diversos sectores da economia.

Tabela 7: Estrutura etária da população por sexo, 2014.

Estrutura Etária	Total		Homens		Mulheres	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Angola						
0-14 anos	25 789 024	100.0	12 499 041	100.0	13 289 983	100.0
15-24 anos	12 196 496	47.3	6 051 650	48.4	6 144 846	46.2
25-64 anos	4 684 938	18,2	2 243 399	17.9	2 441 539	18.4
65 ou mais anos	8 295 160	32,2	3 938 886	31.5	4 356 274	32.8
	612 430	2,4	265 106	2.1	347 325	2.6

Fonte: INE



Redução da população rural porém prevalência de população feminina

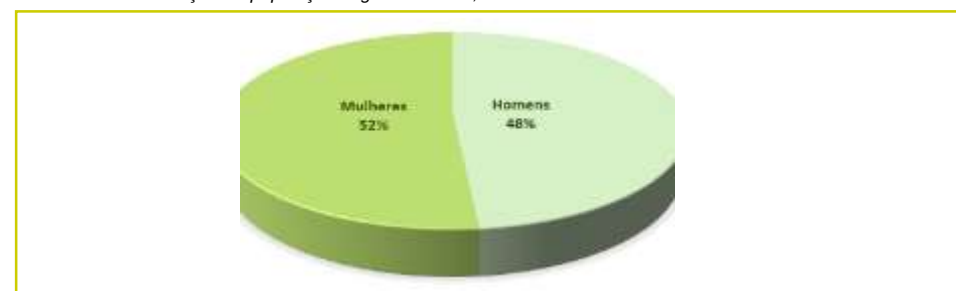
De acordo com os Resultados Definitivos do Censo 2014, a população em Angola, à data do momento censitário, 16 de Maio de 2014, era de 25.789.024 pessoas, dos quais residem na área urbana 63% e na área rural 37%. Tem-se verificado o êxodo das populações rurais para as áreas urbanas, o que afecta a disponibilidade de mão-de-obra para o exercício da actividade agrária que ocorre nas zonas rurais.

Tabela 8: População por área de residência, segundo o sexo, 2014

País e área de residência	Total		Homens		Mulheres	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Angola	25 789 024	100.0	12 499 041	100.0	13 289 983	100.0
Urbana	16 153 987	62.6	7 860 614	62.9	8 293 373	62.4
Rural	9 635 037	37.4	4 638 427	37.1	4 996 610	37.6

Fonte: INE

Gráfico 9: Distribuição da população segundo o sexo, 2014



Fonte: INE



A população angolana é maioritariamente composta por mulheres, com 13 289 983, que corresponde a 52% do total; comparativamente a população masculina com 12.499.041, representando 48% do total da população.

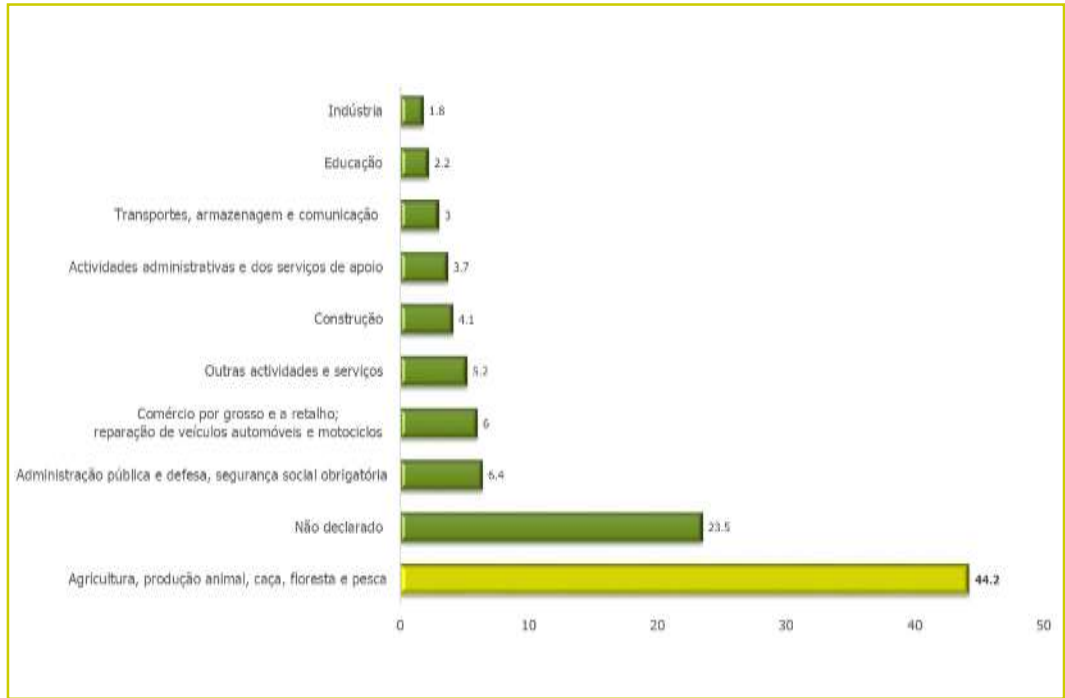
Esta distribuição do género é favorável ao sector, já que as mulheres são as que mais intervêm na actividade agrícola familiar.

Análise do Contexto Sócio-Cultural

+ Existência de Tradição Agrícola no País

Conforme já referido, parte significativa da população angolana, cerca de 44%, dedica-se a actividade agrária. Estima-se que 2.570.003 famílias de pequenos produtores desempenham actividades ligadas ao campo, sendo que a grande maioria está envolvida nas fileiras dos cereais. Não obstante os actuais índices de produção e produtividade do sector, os números abaixo, apontam para a existência de uma base ampla de famílias produtoras que poderão ser utilizadas para relançar o sector. De realçar que grande parte da produção agrária do país é resultante da actividade destas famílias.

Gráfico 10: População empregada segundo a principal actividade



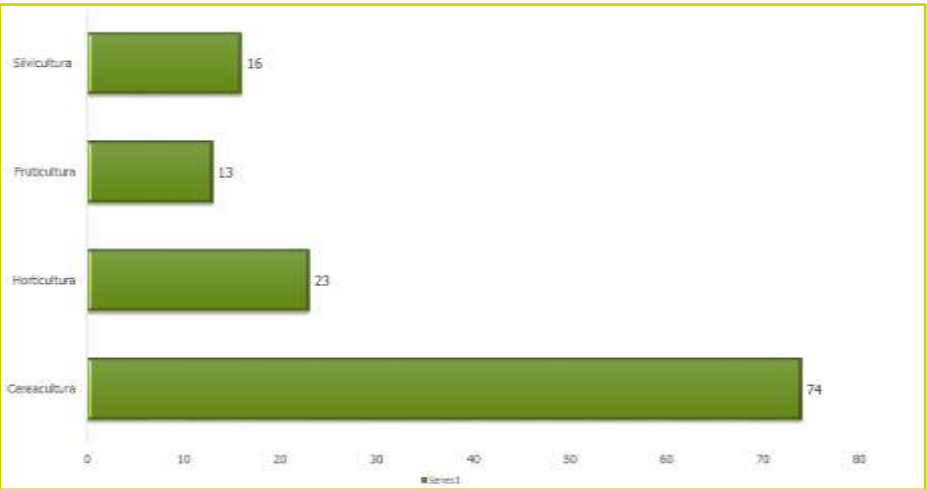
Fonte: INE

Tabela 9: Agregados familiares que praticam a agricultura

	N.º	%
Angola	2 570 003	44,2

Fonte: INE

Gráfico 11: Actividades agrícolas praticadas pelos agregados familiares



Fonte: INE

Análise do Contexto Sócio-Cultural

— Baixo nível de instrução da população nas zonas rurais e a nível das mulheres

A taxa de analfabetismo a nível nacional é de 34%, sendo mais alta na zona rural, na ordem dos 59%. De igual modo a taxa de analfabetismo é mais baixa nas mulheres situada em 47%.

Considerando que são as mulheres que se ocupam da agricultura em maior número e sendo esta uma actividade que ocorre principalmente nas áreas rurais, **os resultados supra referidos criam desafios na capacitação técnica e na adopção de novas tecnologias.**

Tabela 10: População por área de residência que sabe ler e escrever

Pais e área de residência	População com 15 ou mais anos	População que sabe ler e escrever	Taxa de Alfabetismo
Angola	13 592 528	8 915 628	65,6
Urbana	8 706 580	6 908 680	79,4
Rural	4 885 947	2 006 945	41,1

Fonte: INE

Tabela 11: População residente empregada nos diversos sectores de actividade

Ocupação	Total	Homens	Mulheres
Total	5 442 685	3 005 757	2 436 928
Profissões especificamente militares	61 777	58 629	3 148
Representantes dos poderes legislativo e executivo, dirigentes, directores e gestores executivos	103 215	83 063	20 152
Especialistas das actividades intelectuais e científicas	294 217	181 754	112 463
Técnicos e profissionais de nível intermédio	197 835	138 718	59 117
Pessoal Administrativo	50 187	29 633	20 554
Trabalhadores dos serviços pessoais, de protecção e segurança e vendedores	671 036	305 508	365 528
Agricultores e trabalhadores qualificados da agricultura, das pescas e da floresta	2 344 724	1 040 149	1 304 575
Trabalhadores qualificados da indústria, construção e artífices	280 744	267 586	13 158
Operadores de instalação de máquinas e trabalhadores da montagem	144 732	140 893	3 839
Trabalhadores não qualificados	259 635	81 040	178 595
Não declarado	1 034 583	678 784	355 799

Fonte: INE

Análise do Contexto Sócio-Cultural

  **Dois terços da população empregada no sector agrário está concentrada em 7 províncias do país**

As referidas sete províncias, que incluem Uíge, Cuanza-Sul, Malange, Benguela, Huambo, Bié e Huíla, são responsáveis pela maioria da população empregue no sector agrário, o que reflecte o peso destas na produção agrária do país.

Tabela 12: Distribuição da população empregada por províncias e sectores de actividade, com destaque para as 7 províncias com maior empregabilidade no sector agrário

Provincia e área de residência	Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca	Indústria	Construção	Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos	Transportes, armazenagem e comunicação	Actividades administrativas e dos serviços de apoio	Administração pública e defesa; Segurança social obrigatória	Educação	Outras actividades e serviços	Não declarado	Total
Angola	2 403 090	98 157	222 584	328 771	162 475	198 929	349 205	118 595	281 376	1 279 502	5 442 685
Cabinda	16 628	8 775	7 399	6 371	4 391	6 663	12 292	3 641	8 776	38 167	113 104
Zaire	76 389	4 417	7 545	7 678	4 184	6 390	9 107	3 776	4 298	17 146	140 931
Uíge	203 542	3 050	7 688	11 186	4 781	3 828	22 890	6 614	5 515	40 224	309 317
Luanda	40 198	47 365	91 788	135 487	81 653	113 034	121 165	33 836	155 621	573 044	1 393 190
Cuanza N rte	62 958	1 517	4 681	2 495	1 813	2 380	11 167	2 383	2 859	14 522	106 776
Cuanza-Sul	359 409	4 163	11 797	18 314	7 899	7 781	14 579	7 351	10 262	73 539	515 093
Malanje	164 620	2 109	7 635	7 548	3 542	3 736	12 218	4 766	6 794	35 640	248 608
Lunda Norte	71 400	3 713	2 436	6 497	1 967	2 174	7 215	1 208	4 287	35 177	136 075
Benguela	274 164	7 372	21 966	49 262	19 327	16 382	26 594	16 428	26 337	115 192	573 024
Huambo	262 451	3 446	14 049	22 887	9 635	7 793	20 143	8 014	13 261	73 526	435 205
Bié	204 907	1 344	7 716	11 130	3 308	2 778	10 949	5 422	5 552	47 922	301 030
Moxico	74 492	714	2 914	2 931	1 209	1 466	10 564	1 887	2 605	18 632	117 415
Cuando Cubango	58 622	893	3 920	2 630	1 069	1 783	12 335	2 801	3 294	16 071	103 417
Namibe	35 974	1 603	5 744	9 995	3 614	5 467	11 494	4 396	6 917	27 469	112 660
Huíla	348 231	3 849	13 994	24 444	8 303	9 030	22 571	8 992	14 847	89 576	543 838
Cunene	97 536	789	5 074	3 807	2 130	3 376	9 837	3 832	4 677	22 570	153 628
Lunda Sul	17 484	1 524	2 295	3 210	1 679	1 921	7 057	1 602	2 676	22 104	61 552
Bengo	34 086	1 514	3 944	2 897	1 972	2 947	7 029	1 657	2 797	18 981	77 823

Fonte: INE

Análise do Contexto Sócio-Cultural

Outros Elementos do Contexto Sócio Económico a Ter em Consideração

+ Incremento da Livre Circulação de Bens e Pessoas

O clima de paz que se instaurou no país após o fim da guerra, acrescido do trabalho de desminagem e reconstrução de vias primárias e a reabilitação dos caminhos-de-ferro, tem permitido a livre circulação de pessoas e bens, o que está a fomentar o aumento das trocas comerciais nas diversas regiões.

- Nutrição em Angola

Estima-se que mais de metade da população angolana esteja mal nutrida, havendo 22% de crianças menores de 5 anos em situação de subnutrição crónica severa e 45% em situação de subnutrição crónica moderada. Nos agregados extremamente pobres o consumo diário de calorias é inferior a um terço do recomendado. Nos centros urbanos, as famílias utilizam 75% da despesa para fins alimentares. Mesmo assim, estima-se que apenas 25% das famílias urbanas consuma diariamente a quantidade de calorias recomendada.

- Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) em Angola

Angola tornou-se uma referência, do ponto de vista económico, durante o período em que alcançou elevadas taxas de crescimento, alicerçadas no preço do barril de petróleo no mercado internacional (entre 2002 e 2008, a taxa média anual de crescimento do PIB foi de 10,1%5, já com as correcções das Contas Nacionais). Estas altas taxas de crescimento não teve o melhoramento desejável do IDH. Entre 2009 e 2015, o ritmo médio anual de crescimento económico baixou para 3,6%, o que, obviamente, dificultou a obtenção de saltos mais expressivos no IDH (Angola, apesar das melhorias registadas, sobretudo determinadas pela obtenção da paz em 2002, continua a fazer parte do grupo dos países com baixo Índice de Desenvolvimento Humano).

O mais recente Relatório de Desenvolvimento Humano 2015 indica que Angola ocupa a 149ª posição no ranking mundial, num universo de 189 países, conservando a posição que teve em 2013.

Quando analisado os índices dentro da SADC, verificamos que Angola ocupa a sétima posição.

Tabela 13: Posicionamento global de Angola no IDH nos últimos quatro anos

Ano	Posição	Valor (0-1)
2011	148	0,521
2012	148	0,524
2013	149	0,530
2014	149	0,532

Tabela 14: Classificação dos países da SADC em relação ao IDH

Posição	País	Índice
1	Ilhas Maurícias	0,777
2	Seychelles	0,772
3	Botswana	0,698
4	África do Sul	0,666
5	Namíbia	0,628
6	Zâmbia	0,586
7	Angola	0,532
8	Swazilândia	0,531
9	Tanzânia	0,521
10	Madagáscar	0,510
11	Zimbábue	0,509
12	Lesoto	0,497
13	Malawi	0,445
14	RDC	0,433
15	Mozambique	0,416

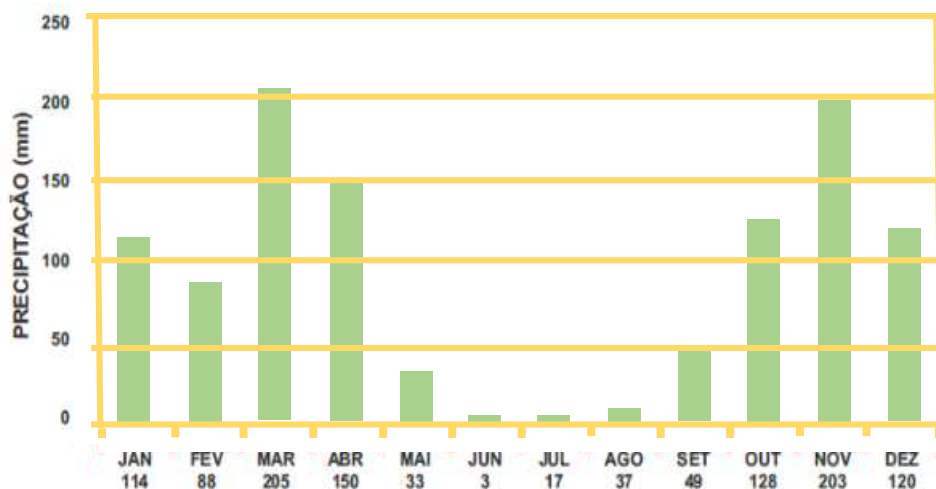
Fonte: CEIC 2016

Análise dos Factores Ambientais

+ Boa precipitação ao longo de 9 meses do ano

Angola tem duas estações, nomeadamente a estação das chuvas e a estação seca ou do cacimbo. A estação das chuvas inicia-se em Setembro e prolonga-se até Maio, no entanto o período de chuvas mais acentuado é aquele compreendido entre Novembro a Abril, com uma pequena interrupção entre os meados de Dezembro e de Janeiro, sendo que o maior volume de chuvas ocorre no mês de Março.

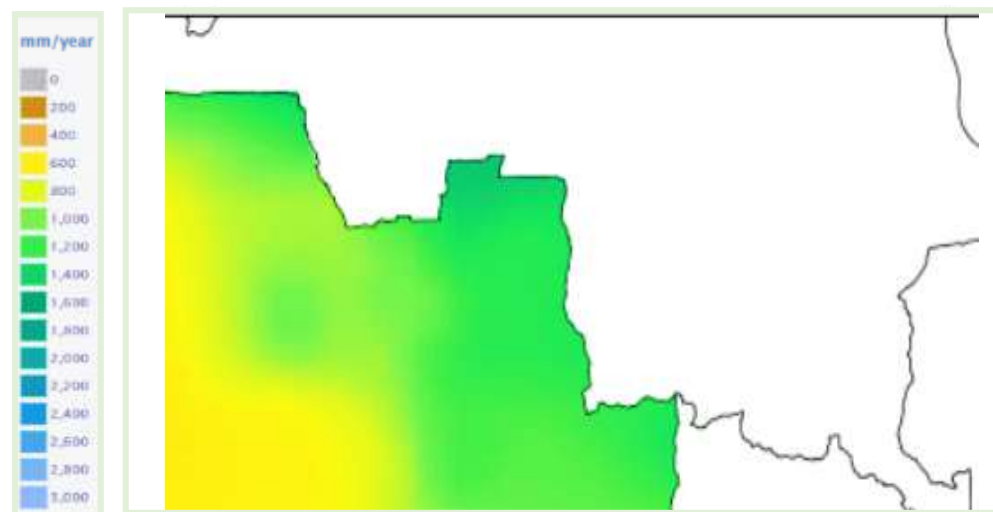
Gráfico 12: Precipitação média anual em Angola



Fonte: Global Agro-Ecological Zones Study – FAO, Land Water Development Division (AGL) em colaboração com o International Institute for Applied System Analysis (IIASA), 2000.

A precipitação média anual em Angola é de 917 mm. A precipitação é alta nos planaltos do norte e centro (média de 1250 e 1750 milímetros). No entanto diminui rapidamente ao longo da planície costeira (média entre 250 e 1000 mm), no sul do país, a sul de Benguela, a média da precipitação anual é inferior a 100 mm. A corrente de Benguela torna as regiões costeiras de Angola, áridas ou semi-áridas. A precipitação média anual ao longo da costa é de apenas 50 mm no Namibe.

Figura 3: Distribuição da pluviosidade pelo país



Fonte: Global Agro-Ecological Zones Study – FAO, Land Water Development Division (AGL) em colaboração com o International Institute for Applied System Analysis (IIASA), 2000. / pt.Climate.data.or

Análise dos Factores Ambientais

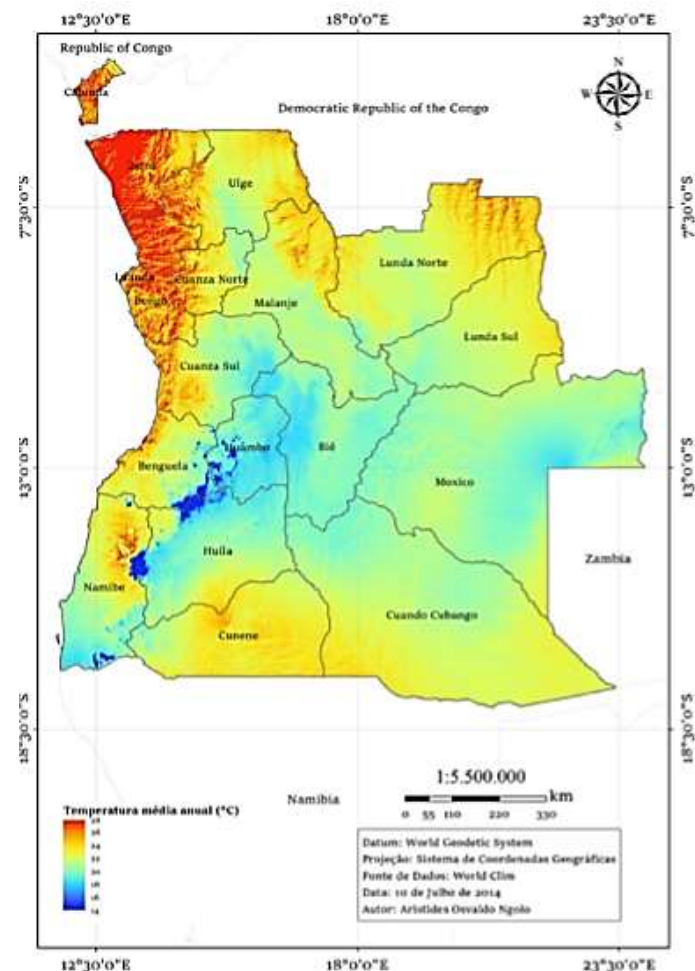
+ Temperatura média anual amena e com baixa variação

A temperatura média em Angola não varia muito ao longo do ano. A amplitude térmica em média é de 4 °C entre Julho, o mês mais frio e Março, Abril e Setembro, que são os meses onde ocorrem os maiores valores médios da temperatura atmosférica.

As temperaturas médias anuais em Angola conformam-se com a variação da altitude, sendo os menores valores de temperaturas encontrados nas regiões mais elevadas do país (acima de 1.000 m).

Em relação aos maiores valores de temperatura (acima de 24°C), estes são encontrados nas regiões de baixas altitudes (abaixo de 400 m) próximo do litoral, na região Noroeste do país, sendo essa região influenciada tanto pelas baixas altitudes quanto pela maior proximidade da região equatorial, onde as temperaturas médias mensais são mais elevadas e variam menos ao longo do ano.

Figura 4: Principais tipos de clima em Angola, segundo a classificação de Köppen



Fonte: Principais tipos de clima para África segundo a classificação de Köppen. Ngolo, 2014 adaptado de PEEL et al. (2007).

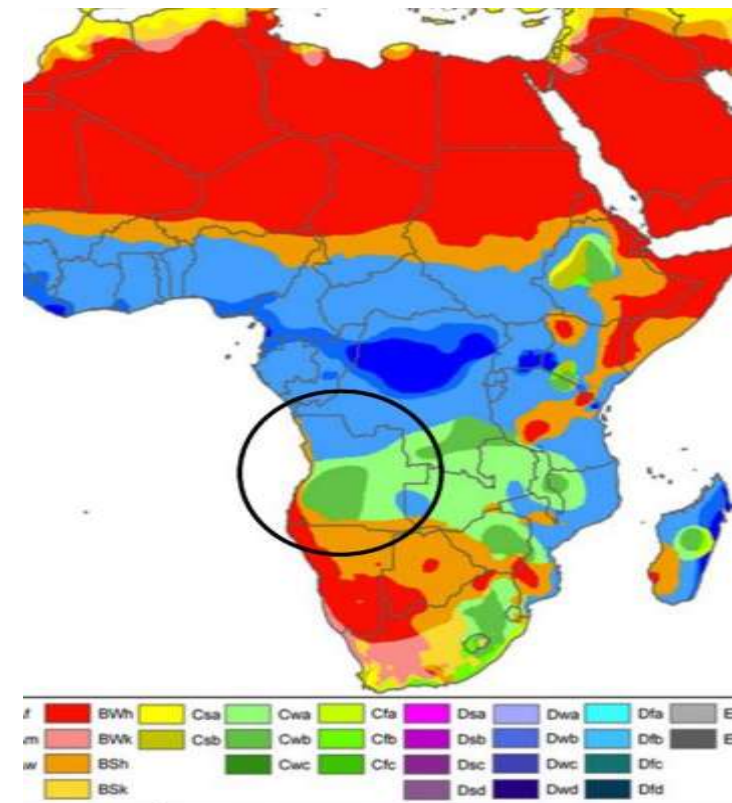
Análise dos Factores Ambientais

+ Clima propício durante grande parte do ano para a prática da agricultura

Tendo em conta a localização geográfica, a topografia e as influências das correntes marítimas, predominam em Angola quatro tipos climáticos descritos a seguir:

- Tropical húmido, que ocorre principalmente no Norte e Nordeste do país, incluindo a província de Cabinda e a faixa litoral entre Benguela e o município do Quela, caracterizado por precipitações anuais acima de 1.200 mm, sendo que a maioria desta ocorre entre Setembro e Maio, verificando-se um curto período de época seca entre Junho a Agosto. Nesse tipo climático a temperatura média anual é superior a 22 °C.
- Tropical semi-húmido, ocorre imediatamente ao sul do clima tropical húmido, localizado na zona central Sul e Leste do país, aproximadamente entre as localidades de Quibala (província Cuanza Sul) – Sacacama (província Moxico) – Luena (província do Moxico) – Lubango (província da Huila), com chuvas anuais variando entre 750 e 1.250 mm. Esse tipo climático, apresenta período muito seco entre Junho e Setembro, com médias térmicas anuais variando de 20 a 22 °C para o Leste e 18 a 20 °C na zona central, requerendo irrigação para a exploração agrícola.
- Tropical seco, ocorre ao longo do litoral desde o norte do município do Quela até ao centro do município do Lobito. As precipitações anuais variam entre 500 e 700 mm, com máxima mensal em Abril e mínima em Maio, sendo o período seco de Maio a Setembro. Esta zona é considerada semi-árida e requer irrigação complementar para a exploração agrícola. A temperatura média anual varia entre 24 e 26 °C, diminuindo até 20 °C em direção ao Sul nas províncias de Cunene e Kuando – Kubango.
- Tropical desértico, esse tipo climático localiza-se na região litoral Sudoeste do país entre o Norte do município de Lobito e Sul do município do Tombua. Esta faixa é mais larga para Sul e apresenta precipitação média anual inferior a 250 mm, com máxima no mês de Março e um período seco entre Maio a Setembro. A temperatura média anual varia de 20 a 22 °C. O extremo sul é ainda mais seco com precipitações médias anuais inferiores a 100 mm entre Janeiro a Abril e longo período seco entre Maio a Dezembro. As temperaturas médias anuais variam entre 18 e 20 °C.

Figura 5: Principais tipos de clima em Africa, segundo a classificação de Köppen, com destaque para Angola



Fonte: In “Zoneamento Agroclimático em Angola”, Ngolo, 2014 adaptado de PEEL et al. (2007).

Análise dos Factores Ambientais

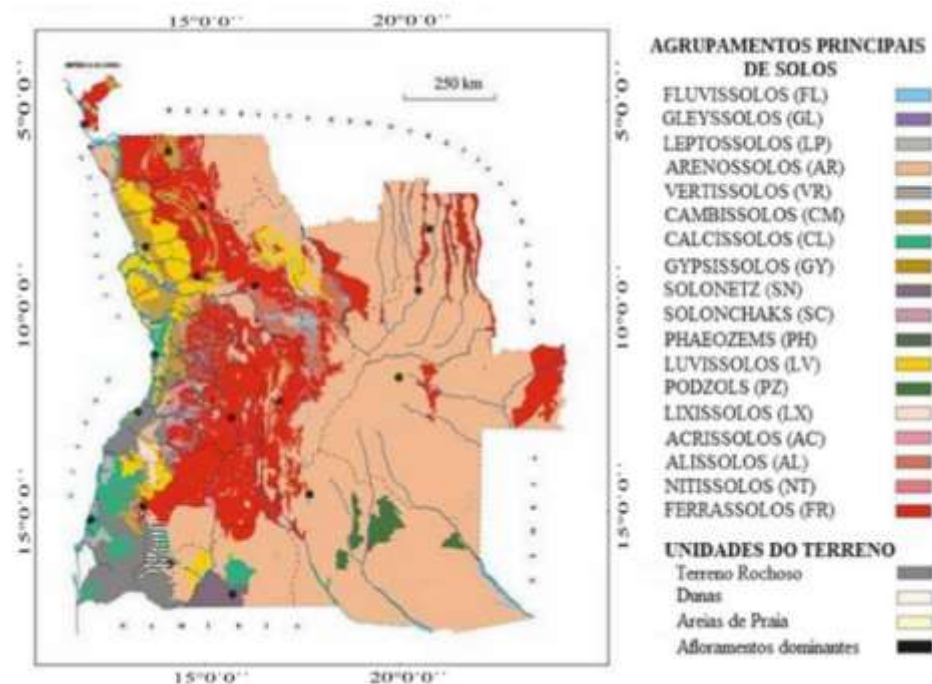
Predominância dos Ferrassolos e Arenossolos no Território Nacional

Existem na superfície territorial angolana diversas tipologias de solo, porém, conforme indica a Figura 6, a maior cobertura é ocupada por dois tipos de solo, nomeadamente, Ferrassolos e Arenossolos.

Os Ferrassolos, apresentam baixo pH (alto nível de acidez), boa drenagem e baixos conteúdos de nutrientes, porém têm propriedades físicas favoráveis para o cultivo, nomeadamente, grande profundidade, boa permeabilidade e microestrutura estável (menos suscetíveis à erosão), respondendo bem aos fertilizantes. Esses solos predominam nas regiões planálticas e sub-planálticas do centro e norte de Angola, na faixa que vai desde o norte de Cabinda, em direcção ao Lubango e de Cassinga a Menongue (em MINADER, 2004 / em N'Golo, 2014).

Os Arenossolos tem como principal característica física a textura arenosa o que resulta na sua alta permeabilidade e baixa capacidade de retenção de água e nutrientes, consubstanciando alguma limitação para a prática agrícola. Estes solos ocupam toda região Leste do país, representando quase metade do território angolano. (em N'Golo, 2014).

Figura 6: Unidades de mapeamento das principais classes de solos de Angola segundo a World Reference Base (WRB).



Fonte: Ngolo, 2014, Adaptado de Sertoli (2009).

Análise dos Factores Ambientais

Figura 7: Mapa hidrográfico de Angola (FAO)



Fonte: FAO Aquastat, 2005

— Baixo aproveitamento dos elevados recursos hídricos disponíveis,

O território nacional é coberto por inúmeras bacias hidrográficas, caracterizadas por rios e respectivos afluentes que percorrem o país de Norte à Sul e de mar à Leste conforme indica o mapa (Figura 7). Esta posição privilegiada de Angola, para a prática de actividades agrárias, tem sido pouco explorada na medida em que não se tem feito melhor aproveitamento das potencialidades hídricas, limitando-se a utilização deste recurso nas áreas situadas nas margens dos rios.



2.2

Análise do Sector

Análise da Situação Actual do Sector Agrário

A realização do pleno potencial do sector agrário nacional, como motor da segurança alimentar e promotor do desenvolvimento sócio-económico do país, depende, em grande medida, da eficiência e eficácia com que ocorrem as várias actividades dentro de cada um dos seus subsectores.

É fundamental que a actividade produtiva realizada nos sub-sectores Agrícola, Pecuário e Florestal, seja complementada, a montante e a jusante, por outras actividades primárias, essenciais para a efectiva execução das operações agrárias, nomeadamente, o fornecimento de insumos, a conservação dos produtos, a transformação primária ou secundária destes, a distribuição e comercialização dos produtos agrários aos mercados consumidores.

Por sua vez, estas actividades primárias só funcionam se forem apoiadas por adequadas estratégias e políticas sectoriais/intersectoriais, recursos financeiros e humanos, Infra-estruturas de apoio e serviços de assistência eficazes, tais como extensão rural e investigação agrária. Por conseguinte, recorrendo-se do conceito de cadeia de valor, analisa-se nesta secção, a situação actual do sector agrário, desagregada pelos subsectores agrícola, pecuário e florestal.





2.2.1 Análise do Subsector Agrícola

Análise do Subsector Agrícola

Disponibilidade de Terra

- ➕ 28% da superfície de terra do país, 35.000.000 ha, está disponível para o exercício da actividade agrícola
- ➖ No entanto, deste potencial, apenas 16% está a ser actualmente explorado, ou seja, 5.744.815 ha.
- ➖ O volume de colheita representa 80% da área semeada, evidenciando a necessidade de reduzir as perdas pós colheita
- ➖ Cerca de 0,2% da superfície semeada está irrigada. O restante depende das condições climáticas do país.

Terra Disponível p/Agricultura	35.000.000 ha
Superfície Semeada	5.744.815 ha
Superfície Colhida	4.600.576 ha
Terra Irrigada	105.000 ha

Fornecimento de Insumos

Constatação

- ➖ Défice de insumos agrícolas nomeadamente sementes (melhoradas e certificadas), fertilizantes e fitofármacos.
- ➖ Défice de equipamentos diversos utilizados na produção agrícola: equipamentos para preparação do solo, plantio, cultivo, aplicação de defensivos, colheita, transporte/elevação/manuseio.
- ➖ O actual modelo de abastecimento e distribuição de insumos e equipamentos agrícolas é ineficiente.
- ➖ A aquisição de materiais e equipamentos tem sofrido pela falta de divisas.
- ➖ Dificuldade de encaminhamento do material aos pequenos agricultores, em todas as províncias do país, após chegada aos portos do país.
- ➖ Custos elevados dos factores de produção agrícola.

Causa

- Dificuldade de importação, face a escassez de divisas;
- Inexistência de fábricas locais para a produção de insumos.
- Dificuldade de acesso à crédito para aquisição de equipamentos.
- Parque nacional de máquinas agrícolas está obsoleto e sem assistência técnica
- Os materiais nem sempre são distribuídos aos beneficiários (famílias agrícolas) e alocados ao fim à que são destinados.
- Actual situação económica do país.
- Limitação de verbas orçamentais para custear o desembarço aduaneiro e o transporte da mercadoria.
- Redução da oferta dos factores de produção face aos constrangimentos de importação.
- Não aplicação do decreto n.º 8/2000 de 6 de Fevereiro sobre a subvenção do preço do gasóleo

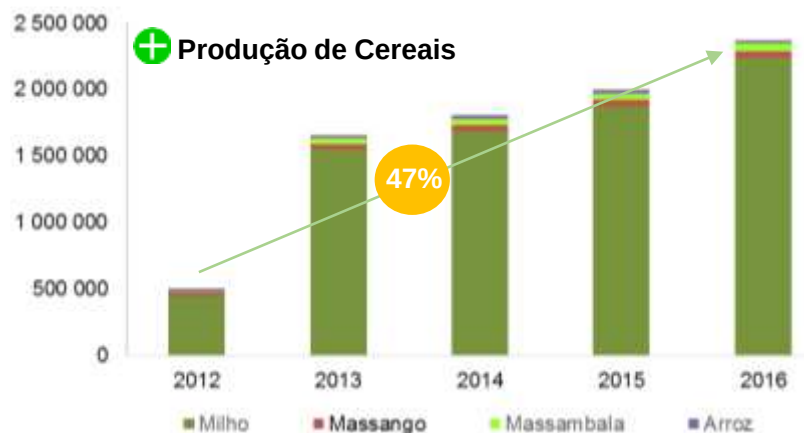
Efeito

- Afecta a capacidade produtiva
- Aumenta os custos de produção dos agricultores.
- Tem impacto visível no baixo nível de mecanização do subsector agrícola.
- Impacto negativo na área cultivada, produção e produtividade
- Imperfeições no mercado, tais como irregularidades nos preços dos produtos.
- Indisponibilidade de equipamento e/ou aumento do preço dos insumos.
- Distribuição extemporânea de insumos, ou seja, fora dos ciclos agrícolas.
- Impacto na capacidade produtiva dos agricultores.
- Aumento dos respectivos custos de produção agrícola.

Análise do Subsector Agrícola

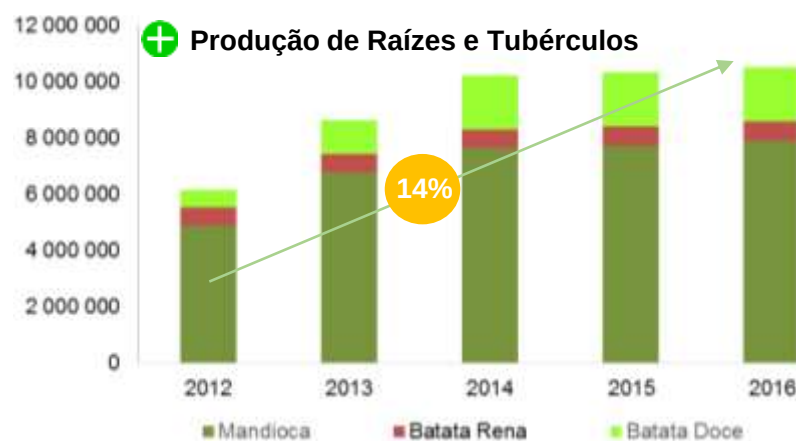
Produção e Produtividade Agrícola

Gráfico 13: Produção de Cereais entre 2012 e 2016



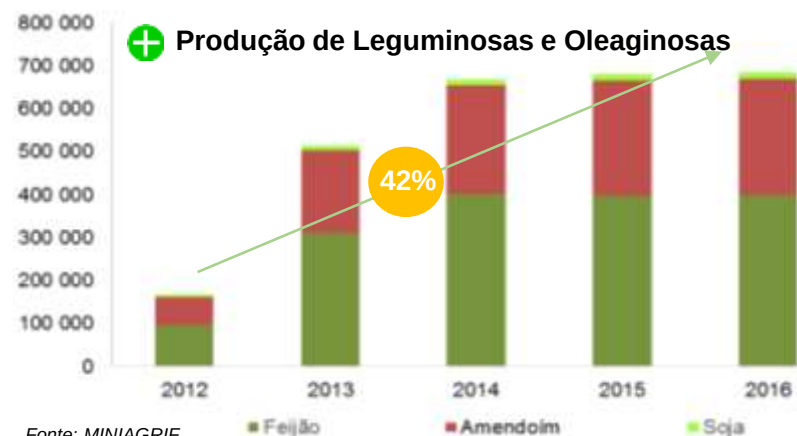
Fonte: MINAGRIF

Gráfico 14: Produção de Raízes e Tubérculos entre 2012 e 2016



Fonte: MINAGRIF

Gráfico 15: Produção de Leguminosas e Oleaginosas entre 2012 e 2016



Fonte: MINIAGRIF

Cereais

- A produção de cereais nos últimos 5 anos até 2016 aumentou de 503 mil para 2.367 milhões de toneladas, representando um crescimento cumulativo anual médio de 47%. O maior contributo resultou do crescimento do milho. A produção do arroz registou um fraco aumento de 3%. Os índices de produtividade dos cereais incrementaram, tanto em termos de quantidades produzidas por área de cultivo quanto em eficiência entre a área de cultivo e a área de colheita. Este crescimento e aumento de produtividade verificou-se quer para a EAF como para a EAE.

Raízes e Tubérculos

- De 2012 à 2016, a produção cresceu de 6.168 para 10.534 milhões de toneladas, representando um crescimento cumulativo anual médio de 14%. O maior contributo resultou do crescimento da batata-doce na ordem de 32%. A produção de mandioca e batata-rena registou um fraco aumento de 13% e 1% respectivamente. Em termos de produtividade, observa-se a partir dos últimos dois anos uma ligeira tendência decrescente com maior relevância para a cultura da batata-doce, tanto para a EAF como para a EAE.

Leguminosas e oleaginosas

- A Produção incrementou de 168.7 em 2012 para 685.5 mil toneladas em 2016, equivalente ao crescimento médio anual de 42%. Desde 2013 que não se tem registado ganhos substanciais de produtividade quer em termos de quantidades produzidas por área de cultivo como a nível da relação área de cultivo e área de colheita para qualquer umas das culturas de leguminosas.

Análise do Subsector Agrícola

Produção e Produtividade Agrícola

Gráfico 16: Produção de Frutas entre 2012 e 2016

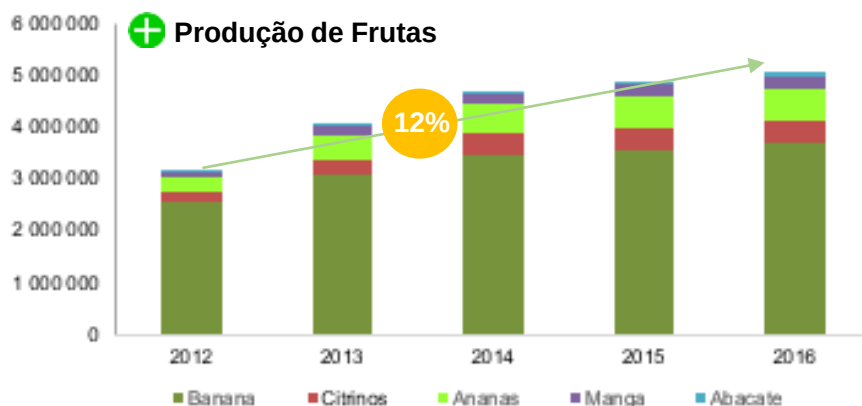
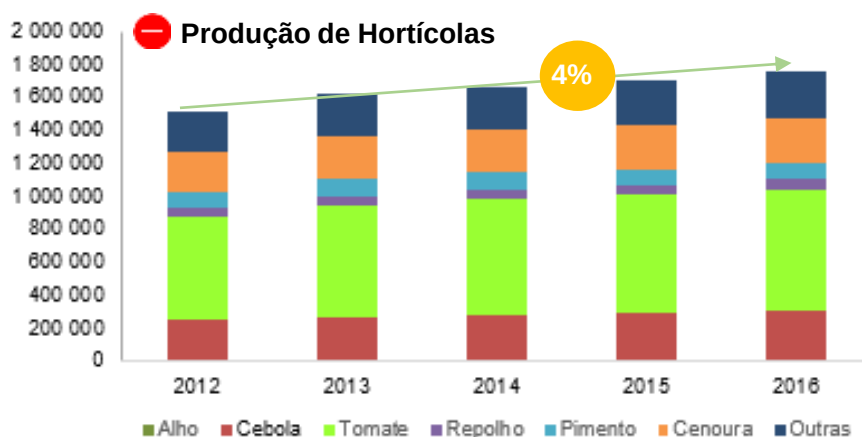


Gráfico 17: Produção de Hortícolas entre 2012 e 2016



Frutas

- De 2012 à 2016, a produção cresceu de 3.186 para 5.086 milhões de toneladas respectivamente, tendo o crescimento cumulativo médio anual sido de 12%. Apesar de registar um crescimento modesto de 10% ao longo do período em apreço, a banana é a fruta mais produzida em Angola, representando cerca de 75% da produção total. Em contrapartida, o abacate, com 27%, registou a maior taxa de crescimento, porém representa apenas 1% da produção total de fruta em Angola. O sector familiar contribuiu com cerca de 2/3 (dois terços) da produção total. Os índices de produtividade das frutas, nomeadamente, quantidades produzidas por área de cultivo e a área de cultivo versus a área de colheita, evoluíram positivamente até 2015, para os dois tipos de exploração agrícola, tendo reduzido ligeiramente em 2016.

Hortícolas

- Quanto as hortícolas, a produção variou de 1.514 para 1.621 milhões de toneladas no período compreendido entre 2012 à 2016, verificando-se nestes últimos cinco anos um crescimento médio anual na ordem dos 4%, muito abaixo do verificado para as restantes culturas. A exceção do alho que teve um crescimento de 9%, as restantes hortícolas, nomeadamente, cebola, tomate, repolho, pimento e cenoura, registaram taxas de crescimento inferiores a 5% ao longo do período em apreço. A estagnação registada decorre da estacionaridade e fraca produtividade das áreas de cultivo quer a nível da exploração agrícola familiar como em relação a exploração agrícola empresarial.

Café e Palmar

- Estas duas culturas apresentam níveis de produção e produtividade baixos, devido ao fraco nível de investimento e o envelhecimento das plantações.

Análise do Subsector Agrícola

Conservação

- O sistema de conservação da produção agrícola no país é incipiente.
- A capacidade de armazenamento em silos é deficitária, quando comparada a quantidade de produtos agrícolas produzidos no país com a capacidade agregada de armazenamento em silos. Este constrangimento resulta no armazenamento precários dos produtos, afectando a sua qualidade e conservação.
- A capacidade e cobertura da indústria de conservação de produtos agrícolas em frio é igualmente baixa, dado o número insuficiente de unidades face à produção. Este défice afecta a capacidade de conservação dos produtos frescos tais como frutas e hortícolas, resultando em elevados índices de desperdício de produção.
- Falta de estruturas de armazenamento, o que condiciona o controlo da quantidade e qualidade do café exportado.

Transformação / Processamento

— Cereais	▪ A transformação de cereais para o fabrico de produtos diversos tais como o amido, fécula, farinha de trigo, bem como o descasque, branqueamento e outros tratamentos do arroz ainda é uma actividade industrial incipiente e/ou inexistente em Angola.
— Leguminosas e Oleaginosas	▪ A utilização industrial de leguminosas e oleaginosas, principalmente, para a fabricação de óleos de cozinha (soja, amendoim, girassol e dendém) e leite (soja) é ainda uma actividade de pouca expressão em Angola. À excepção da produção artesanal de óleo de palma, não há registo da produção de qualquer outro derivado de leguminosas e oleaginosas no país.
— Frutas	▪ A indústria de preparação, conservação e processamento de frutas é igualmente incipiente. O país conta já com fábricas de sumo de frutas, no entanto, por recorrerem, normalmente, à polpa importada, estas fábricas fazem baixo recurso a fruta produzida em Angola. Não existem no país processos industriais de secagem e desidratação de frutos. Ademais, não se verifica, em escala industrial, a fabricação de doces, compotas e geleias de frutas. A actividade de descasque e transformação de frutos de casca rija não está, igualmente, implantada no país.
— Hortícolas	▪ De igual modo não existem no país, processos industriais de conservação e/ou processamento de produtos hortícolas tais como conservas em vinagre e/ou refrigeradas de hortícolas bem como a preparação de massa diversas de hortícolas (massa tomate, ketchup, massa de alho, etc).

Esta situação confronta os agricultores com problemas de garantia da qualidade e elevados desperdícios de produtos, particularmente em épocas de abundância, na medida em que ficam dependentes das condições naturais de conservação e de uma única forma de escoamento dos produtos.

Ademais, afecta a geração de renda por parte dos agricultores já que:

- A impossibilidade de aumentar a produção reduz o nível de geração de receitas do agricultor;
- A exposição à maiores custos de armazenamento e desperdício de produto afecta o rendimento do agricultor;
- A impossibilidade de participarem das fases subsequentes da cadeia produtiva, reduz a margem obtida na venda dos produtos.

Análise do Subsector Agrícola

Distribuição

- A estrutura da cadeia de distribuição é pouco desenvolvida. É notória a carência de diversos integrantes da cadeia de distribuição em todas as regiões do país, tais como entrepostos para conservação dos produtos e transportadores de dimensão regional e nacional para transportarem os produtos das áreas de produção ao consumidor final.
- O escoamento dos produtos do campo ao consumidor final também enfrenta constrangimentos de ordem estrutural.
 - A rede rodoviária do país é pouco extensa e não se apresenta em boas condições de conservação.
 - Apesar da rede ferroviária cobrir alguns corredores do país, os volumes de transporte de produtos agrícolas por esta via ainda é baixo, devido as elevadas tarifas praticadas, vagões com inadequadas estruturas de acondicionamento dos produtos, e dificuldade de transporte para tirar os produtos das estações ferroviárias para o interior das províncias.

Comercialização

Constatação

- Não existem mercados estruturados que permitam os agricultores escoarem os produtos, sem grandes constrangimentos de acessibilidade, próximo das suas regiões de produção.
- Os constrangimentos de transporte e escoamento da produção ao consumidor final elevam os custos de colocação dos produtos locais no mercado nacional.
- Observa-se inúmeras dificuldades de colocação dos produtos nacionais nos estabelecimentos comerciais de maior relevo no país, em virtude de se apresentarem, por norma, com qualidade estética e/ou nutritiva inferior aos produtos importados.
- A inexistência de preços mínimos de referência dos produtos agrícolas reduz o poder negocial dos agricultores (principalmente os de natureza familiar) diante dos grossistas e retalhistas.
- Políticas ineficientes de protecção das culturas com elevada produção local.
- O baixo nível de produtividade impede o país de produzir quantidades suficientes de alimentos para satisfazer as necessidades de consumo doméstico e, simultaneamente, gerar excedentes de produção para exportação.

Efeito

- Os agricultores são forçados a recorrerem aos mercados informais para escoarem a respectiva produção.
- Afecta a competitividade dos agricultores nacionais face aos importadores.
- Baixa penetração dos produtos nacionais nos supermercados, em contrapartida da manutenção ou aumento da importação.
- Afecta as respectivas margens mínimas de lucro.
- Dificulta a concorrência dos produtos nacionais face aos produtos importados.
- Angola ainda é um importador líquido de alimentos.



2.2.2 Análise do Subsector Pecuário

Análise do Subsector Pecuário

- +** As terras para pastagem representam actualmente 43.3 % da terra disponível para a prática agro-pecuária. A zona de pastos acres é a predominante e abrange as províncias do centro-sul de Angola.

Tabela 15: Caracterização dos Pastos em Angola

Tipo de Pastos	Pastos Doces	Pastos Mistos	Pastos Acres
Cobertura Herbácea	Rara e de porte baixo	Mais densa e de porte mais elevado do que nos pastos doces.	
Composição Florística	Predomínio de gramíneas, sobretudo espécies de Aristida na orla litoral mais seca e capins do género Eragrostis, Chloris, Urochloa e Schmidtia mais para o interior.	Composição florística variada com predomínio das espécies de Panicum, Andropogon, Heteropogon, Digitaria, Tristachia, Themeda, Hyparrhenia, Chloris e Setaria	Vegetação graminosa no entanto no cacimbo predomina a vegetação arbustiva (invasão arbustiva)
Valor Forrageiro	O valor alimentício mantém-se durante o período seco.	Elevado valor forrageiro que permanece ao longo do ano.	Enorme capacidade de apascentação durante o período chuvoso. No cacimbo o número de cabeças de gado nos pastos é limitado.
Grau de Palatabilidade	A palatabilidade dos pastos mantém-se durante o período seco (Cacimbo) por isso os animais têm alimentação durante todo o ano.	Boas condições de palatabilidade que subsistem ao longo do ano	Os pastos perdem a palatabilidade durante o período do cacimbo e tornam-se lenhosos, de Maio até a nova rebentação (Out-Nov)
Correlação com a Distribuição das Zonas Climáticas.	Zona correspondente à faixa de clima árido e semi-árido. Regiões de baixa altitude, quentes e de pluviosidade inferior a 750 mm.	Zona correspondente à faixa territorial de climas secos, dos tipos semiárido e subhúmido seco, com uma estação pluviométrica bem definida, porém de quantidades escassas de precipitação e irregular distribuição de chuvas.	Esta zona está em correspondência com os climas húmidos da estação chuvosa e quente, alternando com outra seca e fresca. Zona planáltica, com mais de 1 000 m de altitude e com mais de 1 100 mm de chuva.
Extensão Territorial	Menor	Média	Maior

Disponibilidade de Terra de Pastagem

- Não obstante as províncias do centro-sul de Angola reunirem condições favoráveis para o exercício da pecuária (cobertura herbácea, composição florística, valor nutritivo, palatabilidade e clima), a produtividade da terra para pasto tem diminuído significativamente ao longo dos anos por várias razões:
- ☐ Os criadores tradicionais de gado, principalmente na fértil região central e sudoeste do país, reclamam pela tendência crescente de perda de terras de pastos a favor de agricultores comerciais.
 - ☐ A medida que a população aumenta, criadores tradicionais de gado necessitam de mais terra para sustentar a maior quantidade de animais, porém a capacidade de carga fica reduzida devido ao facto da disponibilidade da terra estar a diminuir significativamente ao longo dos anos.
 - ☐ A concentração intensiva de áreas de criação de gado nas terras (com bons pastos e disponibilidade de água) tem causado a degradação severa do solo nestas áreas, resultando ao longo do tempo, no desenvolvimento de pastos menos adequados.
- Tem-se observado ao longo dos anos a continua deterioração dos pastos em Angola, por várias razões, destacando-se entre estas, a falta de chuvas, as queimadas descontroladas e o pisoteio intensivo dos pastos pelo gado.

Análise do Subsector Pecuário

Fornecimento de Insumos

Constatação

- Défice de insumos pecuários designadamente para nutrição (volumosos, rações, suplementos, sementes de pastagens/forrageiras), saúde (medicamentos e vacinas), sanidade (herbicidas, inseticidas, fungicidas) e reprodução (genética).
- Na região pecuária do Sul do país, cuja área total é superior a 200.000 quilómetros quadrados, a maior dificuldade encontrada para o desenvolvimento da actividade pecuária reside na falta de água.
- A pecuária extensiva que representa mais de 90% da produção em Angola, desenvolvida por inúmeras famílias, fundamentalmente nas províncias do centro, sul e sudeste de Angola, por norma não faz recurso a equipamentos e infraestruturas que garantem a melhor gestão do processo de produção pecuária, nomeadamente, equipamentos para mecanização/automatização da nutrição animal sistemas de lactação/amamentação, sistemas de sanidade assim como equipamentos de recria e engorda.

Causa

- Constrangimentos na importação, face a escassez de divisas;
- Inexistência de fábricas e conhecimento local ("know-how") para a sua produção.
- Muitos dos pontos de água construídos para servirem as populações pastoris e o seu gado (captações de águas subterrâneas e dispositivos de retenção de águas superficiais -chimpacas), foram indevidamente apropriados, destruídos ou encontram-se actualmente, em mau estado de conservação.
- Dificuldade de acesso à créditos para aquisição de equipamentos.
- Práticas rudimentares de criação de gado que ainda perduram no país, associadas a cultura e tradição de vários grupos étnicos que habitam as diversas regiões pastorís.

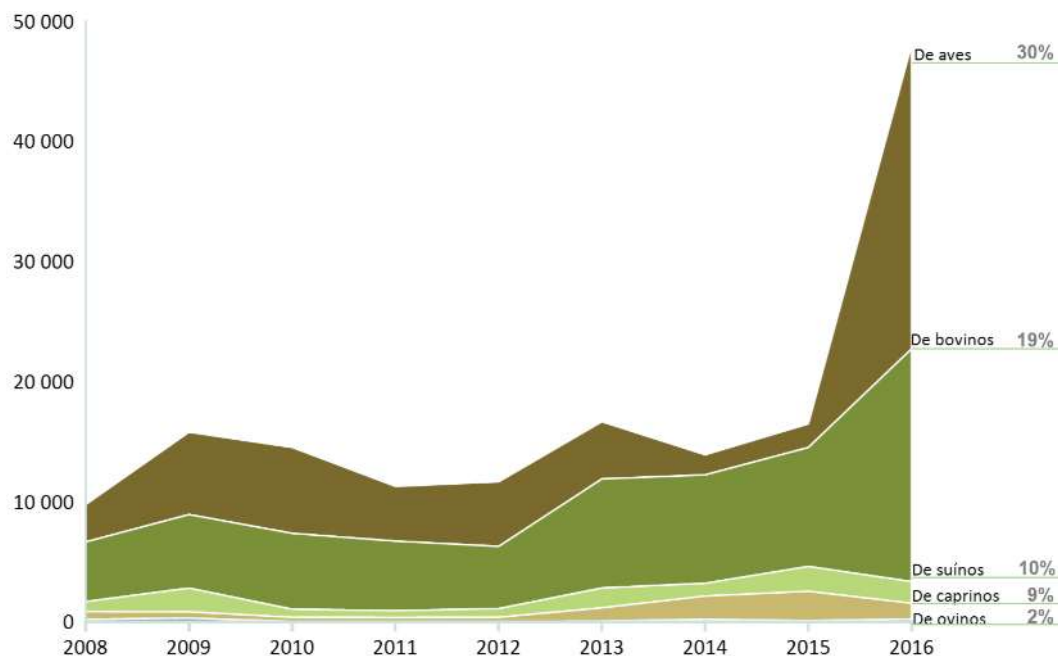
Efeito

- Má nutrição animal e baixa qualidade da sanidade e gestação de espécies animais.
- Baixa produtividade e consequentemente baixo rendimento dos produtores.
- Redução substancial do caudal e da capacidade de armazenamento de água para o gado, afectando a produção animal e ocasionando a redução do efectivo em épocas de estiagem.
- A qualidade da produção pecuária do país tem sido afectada, traduzindo-se na redução do efectivo pecuário, subnutrição das espécies, decréscimo dos índices de reprodução dos animais e na baixa qualidade da carne produzida.

Análise do Subsector Pecuário

Gráfico 18: Produção de carne entre 2008 e 2016

Produção de Carne (Toneladas)



Fonte: MINAGRIF

+ Aves

- Nos últimos 8 anos a produção de carne de ave variou de 3.109 para 25.252 toneladas em 2016, representando um crescimento cumulativo médio anual de 30%. Não obstante este aumento significativo, a baixa taxa de modernização tecnológica desta actividade tem condicionado o crescimento da produção.

+ Bovinos

- De 2008 à 2016, registou-se um crescimento cumulativo médio anual de 19%, tendo a produção variado de 4.972 para 19.373 toneladas. Dado o papel que a carne bovina desempenha na dieta alimentar dos angolanos, este crescimento afigura-se modesto, havendo necessidade de se melhorar as práticas e tecnologias usadas de criação de gado bovino.

- Suínos

- A produção de carne suína cresceu de 832 toneladas em 2008 para 2.071 toneladas em 2015. Porém, em 2016 a produção caiu para 1.799 toneladas. Entre 2008 e 2016, o crescimento cumulativo médio anual foi ligeiro de 10%. Face a preponderância no hábito alimentar dos angolanos, a carne suína constitui um importante vector para a satisfação da necessidade de consumo do país e o crescimento económico nacional, sendo imperioso suprir-se as actuais ineficiências na sua cadeia produtiva.

- Caprinos

- De igual modo, a produção de carne caprina atingiu o pico em 2015 com 2.443 toneladas, decrescendo para 1.315 toneladas em 2016. O crescimento cumulativo médio anual, no período em apreço, foi modesto na ordem de 9%. A fácil capacidade de adaptação destes animais ao calor, parasitas e de percorrer grandes distâncias em busca de alimentos, facilita o seu manejo, e garante a obtenção de altos níveis de produção, pelo que o Estado e a classe empresarial deverão considerar maiores incentivo/sensibilização (cultural) na sua criação.

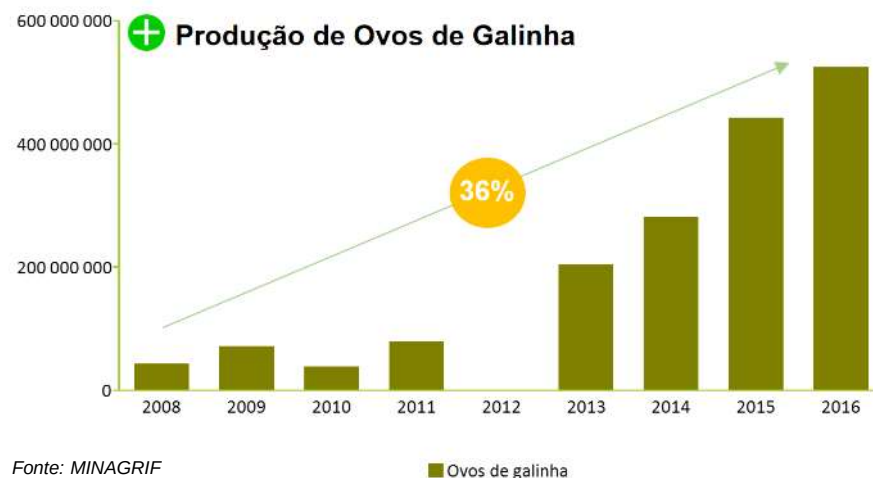
- Ovinos

- A produção de carne ovina em Angola é modesta, tendo variado de 212 a 239 toneladas entre 2008 e 2016, correspondendo a um crescimento médio anual de apenas 2%.

Análise do Subsector Pecuário

Produção e Produtividade Pecuária

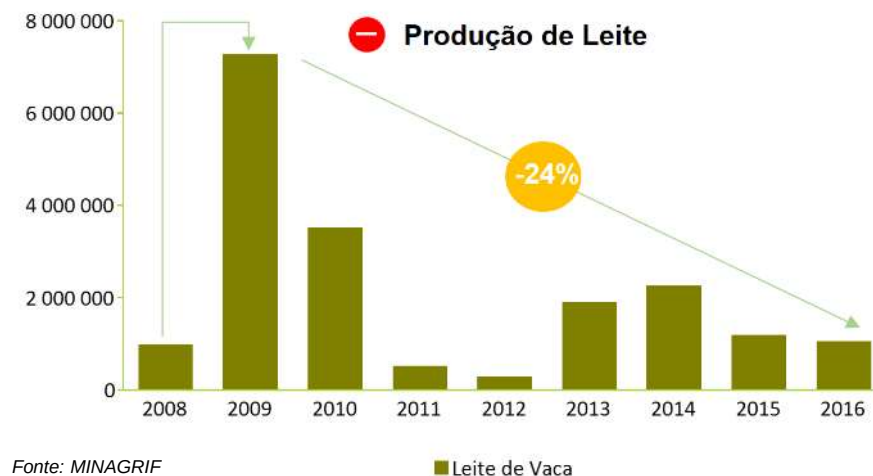
Gráfico 19: Produção de ovos de galinha entre 2008 e 2016



+ Ovos

- A produção de ovos cresceu de 44.422.066 toneladas em 2008 para 526.598.333 em 2016, correspondendo a um crescimento cumulativo médio anual de 36%.
- Há necessidade de continuar-se a aprimorar o processo de produção para aumentar a produtividade pois, pelo seu alto valor nutritivo e proteico o ovo é um alimento muito procurado pelos consumidores.

Gráfico 20: Produção de leite entre 2008 e 2016



- Leite

- A produção de leite atingiu o pico em 2009, com 7.289.333 litros, porém, decresceu continuamente até 2016, em média 24% ao ano, cifrando-se em 1.070.028 litros.
- Face ao contributo do leite para a boa nutrição humana, é igualmente necessário, introduzir processos e tecnologias mais eficientes e eficazes de produção, com vista a aumentar os níveis de produção, fornecer matéria prima suficiente para a produção de derivados do leite (iogurtes, queijos, entre outros) e subsequentemente reduzir os custos com a importação destes produtos.

Análise do Subsector Pecuário

Conservação

- Ao longo dos anos foram instalados matadouros industriais, semi-industriais e rurais nas várias províncias e municípios do país. No entanto, o funcionamento destas unidades carece de melhorias. Salienta-se a paralisação da linha de produção de algumas unidades pelo facto da capacidade instalada destas ter-se revelado superior ao número de cabeças disponibilizadas pelos pecuaristas em determinadas regiões. De igual modo, algumas das unidades industriais e semi-industriais encontram-se paralisadas por falta de abastecimento de energia eléctrica e água.
- Apesar do esforço desenvolvido para aumentar a capacidade de armazenamento em câmaras frigoríficas, a capacidade agregada ainda é baixa, tendo em consideração a elevada necessidade de consumo e a produção de carne e outros produtos.
- Adicionado a este problema, existe a questão estruturante relacionada com o abastecimento precário de energia eléctrica nos diversos municípios do país.

Transformação / Processamento

- **Carne**
 - A transformação da carne produzida em conservas naturais e enchidos é uma actividade que carece de investimento. A criação e/ou relançamento de indústrias de transformação de carne é um processo que já está a decorrer, no entanto, a um ritmo baixo, face as potencialidades do mercado local.
- **Produtos de Origem Animal**
 - A indústria para produção de produtos de origem animal é ainda pouco desenvolvida no país. Além da carne, não é feito o aproveitamento pleno, de modo industrializado do leite, da pele, chifre, carcaça e do cebo dos animais, os quais servem de matéria-prima para diversas indústrias, tais como a de produção de lacticínios, calçados, acessórios (carteiras, cintos, pentes e botões) e sabão.

Distribuição

- O sistema de distribuição de produtos pecuários enfrenta desafios semelhantes àqueles apontados para o sistema de distribuição de produtos agrícolas, nomeadamente, o fraco desenvolvimento da cadeia de distribuição (ausência de todos os níveis de intermediação da cadeia necessários para levar o produto até aos consumidores finais) e a deficiente rede de transporte rodoviário, ferroviário e marítimo, assim como os elevados custos do transporte aéreo.

Comercialização

- A nível da comercialização, a situação é semelhante a do subsector agrícola. Os mercados não estão estruturados, impedindo que os pecuaristas escoem facilmente os produtos das suas zonas de produção ao consumidor final em bom estado de conservação, levando-os a aceder aos mercados informais, com todas as imperfeições e irregularidades sanitárias que daí advêm.
- Os custos de colocação do produto no mercado são igualmente, elevados face aos constrangimentos de transporte, energia e água, reduzindo a atractividade dos produtos locais relativamente aos produtos importados.
- Adicionalmente, constrangimentos de qualidade e estrutura de custo dificultam a penetração dos produtos pecuários nacionais nos grandes estabelecimentos comerciais do país.



2.2.3 Análise do Subsector Florestal

Análise do Subsector Florestal

Disponibilidade
de Terra/
Cobertura
Florestal

- + O país tem uma cobertura florestal formada fundamentalmente por florestas naturais de cerca de 69.3 milhões de hectares.
- + As formações florestais são bastante diferenciadas, variando de florestas densas a outros tipos de formações, conforme indicado no quadro abaixo. Por conseguinte, existe o potencial de extracção de variados produtos florestais, além da madeira, tais como resinas, celuloses, mel, borracha, entre outros.

Tabela 16: Caracterização das formações florestais em Angola

Floresta Densa	Floresta Aberta de Miombos	Outras formações florestais
Floresta densa húmida de composição florística muito variada com diversos estratos arbóreos mais elevados dos quais se salientam ricas e diversas espécies com elevado valor económico	Floresta aberta ou miombo, mosaicos de floresta seca e savanas. Alto valor social em termos de combustível lenhoso, materiais de construção, pastos, alimentos e plantas medicinais	Constituídas, entre outras, por prados, chanas, anharas, savana seca com árvores e arbustos, estepes da faixa litoral sub-desértica e desértica, formações vegetais do deserto.

Fonte: MINAGRIF/Documento de Discussão sobre a Política Nacional de Florestas, Fauna7: Formações florestais em Angola Selvagem e Áreas de Conservação pag.7

- A superfície florestal em Angola é de 69.3 milhões de hectares, o que representa mais de metade da superfície do país. Predominam em Angola as florestas abertas de Miombos, localizadas na região sudeste, as quais cobrem cerca de 80% da superfície florestal do país, porém os níveis de produtividade são baixos. Da superfície florestal, apenas 2% correspondem a floresta densa húmida. No entanto, estas florestas tropicais, localizadas nas regiões do Uíge, Cabinda, Bengo e Kwanza Norte, são actualmente as mais exploradas em Angola. Sem o nível adequado de repovoamento florestal, estas florestas poderão confrontar-se, a médio-longo prazo, com riscos de desflorestação e baixa produção.

Tabela 17: Superfície Ocupada por florestas e não florestas

Tipo de ocupação do solo	Superfície	
	(milhões de ha)	% da área total
Floresta	69.3	55.6
Não Floresta	55.3	44.4
Total (País)	124.6	100

Fonte: MINAGRIF/FAO

Tabela 18: Classificação da ocupação do solo (FAO)

Tipo de ocupação do solo	Superfície	
	(milhões de ha)	% da área total
Floresta	69.3	55.6
Outras terras arborizadas	25.9	20.7
Outras terras	28.2	22.7
Águas continentais	1.2	1.0
Total (País)	124.6	100

Fonte: MINAGRIF/FAO

Tabela 19: Distribuição das formações florestais em Angola

Tipo de Florestas	Floresta Densa	Floresta Aberta de Miombos	Outras formações florestais
Superfície florestal	2%	80%	18%
Localização	Cabinda, Zaire, Bengo e Kwanza-Norte	Lundas, Moxico, Cunene e Cuando Cubango, Huíla,	Dispersas pelo território nacional
Produtividade	Alta	Média	Baixa

Fonte: MINAGRIF/Documento de Discussão sobre a “Política Nacional de Florestas, Fauna Selvagem e Áreas de Conservação”, pag.7.

Análise do Subsector Florestal

+ Com base nos resultados da primeira fase do Inventário Florestal Nacional (IFN-2015), a cobertura florestal por província é caracterizada a seguir:

Tabela 20: Superfície ocupada por florestas e não florestas por província

Províncias	Florestas		Não Florestas		Total	
	Área (1 000 ha)	% da área total	Área (1 000 ha)	% da área total	Área (1 000 ha)	% da área
Bengo	835.9	0.67	2.301.2	1.85	3.137.1	2.52
Benguela	597.6	0.48	258.1	2.07	3.178.8	2.55
Bié	3.339.9	2.68	3.691.5	2.96	7.031.4	5.64
Cabinda	465.8	0.37	261.2	0.21	727.0	0.58
Cuando Cubango	15.566.8	12.49	4.338.0	3.48	19.904.9	15.97
Cuanza Norte	1.500.3	1.20	918.6	0.74	2.419.0	1.94
Cuanza Sul	2.138.8	1.72	3.427.1	2.75	5.566.0	4.46
Cunene	4.467.1	3.58	4.467.1	3.58	8.934.2	7.17
Huambo	2.589.4	2.08	837.9	0.67	3.427.4	2.75
Huíla	5.136.0	4.12	2.364.1	1.90	7.500.2	6.02
Luanda	-	-	-	-	241.8	0.19
Lunda Norte	5.680.1	4.56	4.598.1	3.69	10.278.3	8.24
Lunda Sul	2.114.0	1.70	2.450.8	1.97	4.564.9	3.66
Malanje	5.055.1	4.05	4.705.0	3.77	9.760,2	7.83
Moxico	17.307.8	13.88	4.994.5	4.01	22.302,3	17.89
Namibe	581.4	0.47	5.232.3	4.20	5.813,7	4.66
Uíge	2.581.0	2.07	388.7	2.64	5.869,8	4.71
Zaire	829.4	0.67	3.183.6	2.55	4.013	3.22
Total (País)	69.382,7	55,65	55.287,3	44,35	124.670	100

Fonte: MINAGRIF/FAO

Disponibilidade
de Terra/
Cobertura
Florestal

Análise do Subsector Florestal

Fornecimento de Insumos	Constatação	Causa	Efeito
	— Incipiente produção de mudas	▪ Não obstante as acções desenvolvidas nas províncias do Huambo, Benguela, Cabinda, Namibe, Luanda, Lunda-Sul e Cunene, o número de viveiros ainda é insuficiente.	▪ A baixa disponibilidade de mudas, tem tido impacto adverso na reposição e plantação de biomassas de elevado valor económico para o país.
	— Défice de insumos florestais nomeadamente, sementes, adubos/fertilizantes e fitofármacos (defensivos) para controlo de pragas e plantas daninhas (herbicidas).	▪ Constrangimentos na importação, face a escassez de divisas. ▪ Inexistência de fábricas e conhecimento local para a sua produção.	▪ Declínio do povoamento florestal. ▪ Inadequado trato cultural com impacto na quantidade e qualidade da biomassa e do ecossistema.
	— Défice de acesso a equipamentos florestais mecanizados/automatizados tais como máquinas de serração, equipamentos de descasque de madeira, tractores, elevadores, <i>dumpers</i> e <i>monta-cargas</i>, assim como equipamentos para extracção de celulose, resinas e borracha	▪ Constrangimentos de importação agravados pela escassez de divisas.	▪ Deficiência na capacidade de exploração de madeira e outros produtos florestais. ▪ Dificuldades nos trabalhos de rotina nas carvoarias, serralharias e em outras empresas que trabalham com produtos florestais.
Formação Florestal/ Plantio de Árvores	Constatação	Causa	Efeito
	— A actividade de plantação de espécies vegetais/biomassas com vista a reposição de zonas florestais exploradas e/ou a recuperação de áreas florestais degradadas ainda é baixa. — A taxa anual de desflorestação em Angola, actualmente de cerca de 0.8%, tem vindo a crescer ao longo dos anos, fundamentalmente nas zonas de florestas com maior produtividade.	▪ Baixa disponibilidade de mudas. ▪ Baixa taxa de conversão dos viveiros em áreas florestais plantadas. ▪ Acções humanas, tais como substituição de área florestal por zonas de agricultura; urbanização; utilização da floresta como fonte de matéria-prima; abate indiscriminado de árvores. ▪ Fenómenos naturais: erosão e desertificação.	▪ Baixo nível de povoamento e repovoamento florestal. ▪ Aumento da taxa de desflorestação.

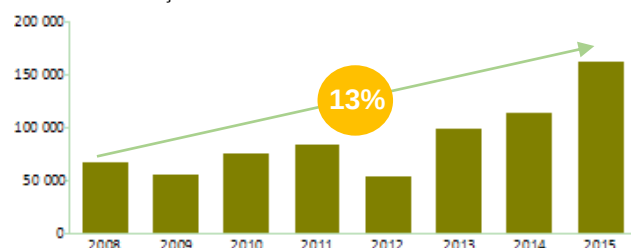
Análise do Subsector Florestal

Tratos Culturais

- A prestação dos serviços de assistência florestal não tem ocorrido pela carência de técnicos e meios. Este facto aumenta a exposição e vulnerabilidade das culturas florestais aos riscos de pragas, reduz a fertilidade dos solos e afecta o desenvolvimento orgânico das biomassas, com impacto adverso na produção e produtividade.

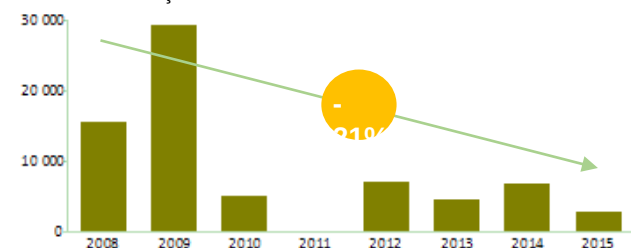
Extracção/ Produção de Produtos Florestais

Gráfico 21: Produção de madeira entre 2008 e 2015



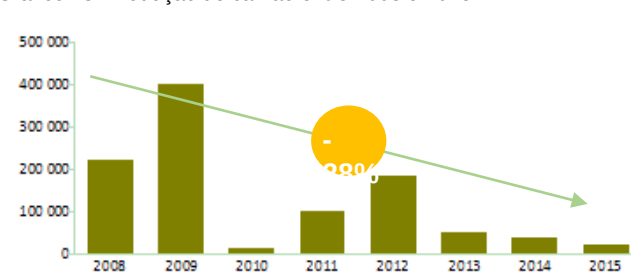
Fonte: MINAGRIF

Gráfico 22: Produção de lenha entre 2008 e 2015



Fonte: MINAGRIF

Gráfico 23: Produção de carvão entre 2008 e 2015



Fonte: MINAGRIF

+ Madeira

A produção de madeira, no período 2008 a 2015, aumentou de 69.073 m³ para 163.371 m³, correspondendo a um crescimento cumulativo anual médio de 13%. O maior contributo advém da produção da província do Uíge, Cabinda e Bengo que em 2015 registaram volumes de 45.385 m³, 29.209 m³ e 16.392 m³ respectivamente. Este aumento de produção acompanhou o crescimento dos índices de produtividade da madeira em termos de quantidades produzidas por província, registados durante o mesmo período.

+ Lenha

A produção de lenha diminuiu de 15.681 toneladas em 2008 para 3.095 toneladas em 2015, representando um decréscimo cumulativo médio anual de 21%. Em termos de produtividade observa-se uma tendência semelhante, com redução acentuada nos últimos 3 anos a partir de 2013. O decréscimo da produção atribui-se a uma baixa procura de lenha, o que é positivo considerando a pressão sobre os recursos florestais.

+ Carvão

Notou-se, igualmente, uma redução da produção de carvão de 225.561 toneladas em 2008 para 22.718 toneladas em 2015, equivalente ao decréscimo médio anual de 28%. A variação negativa prende-se com o contínuo emprego de técnicas de conversão de lenha em carvão bastante rudimentares e de baixo rendimento. O controlo e registo da produção de carvão no sector informal é deficiente.

— Outros Produtos Florestais

Actualmente, não há registo no país de produção de outros produtos florestais madeireiros (Celulose) e não madeireiros (Óleos, Essências, Resinas, Borracha, etc)

Análise do Subsector Florestal

Transformação/ Processamento dos Produtos Florestais

— Lenha e Carvão	A produção de lenha e carvão é essencialmente artesanal. A demanda de combustível lenhoso devido a impossibilidade de acesso a outras fontes de energia provoca uma forte pressão sobre os recursos e constitui-se num factor de degradação dos recursos e dos ecossistemas florestais.
— Madeira Sólida	Existem em Angola um número considerável de serrações/carpintarias de pequeno e médio porte, envolvidas no processamento primário da madeira em madeira serrada, tábuas e compensados, com capacidade instalada estimada em 500 – 600 m3/dia, ou seja, 100.000 – 150.000 m3/ano. No entanto, actualmente estas unidades fazem-no abaixo das suas capacidades, devido ao estado obsoleto dos equipamentos e da dificuldade na obtenção de financiamentos para a aquisição e reposição dos mesmos.
— Madeira Prensada/ Contraplacados	- A produção industrial de contraplacado, principalmente em Cabinda e Luanda é deficiente, pelo facto dos complexos fabris dedicados a sua manufacturação estarem inoperantes. - Contudo, alguma produção tem sido feita na província do Huambo, em quantidade que satisfaz o mercado local, onde o produto tem sido usado essencialmente na construção civil.
— Celulose e Pasta de Papel	Como resultado da paralisação total da Companhia de Celulose e Pasta de Papel de Angola (CCPA), localizada na província de Benguela, a produção de celulose a partir de espécies resinosas, foi interrompida.
— Painéis de Madeira Industrial / Reconstituídos	Estes painéis resultam do aproveitamento da casca e dos refugos provenientes da madeira serrada, sendo posteriormente processados industrialmente com resinas aglutinadoras. Incluem os painéis reconstituídos tais como aglomerado, MDF e chapa de fibra assim como os compensados ou laminados. Actualmente, a produção destes derivados da madeira no país, os quais são amplamente utilizados na indústria de construção civil, automóveis e móveis, é incipiente.
— Produtos Não Madeiros	A excepção do mel cujo sistema de produção tem ainda um carácter artesanal, não se verifica no país o processamento de qualquer outro produto florestal não madeiro, devido a baixa extracção dos mesmos e a inexistência das correspondentes indústrias de processamento.

Análise do Subsector Florestal

Distribuição

- + Por força do decreto executivo conjunto nº 169/16, o transporte interprovincial de toros de madeira foi interdito. Esse transporte ocorria em veículos com condições inadequadas para o efeito, situação que representava riscos elevados de segurança patrimonial e humana. Ademais, acarretava perdas económicas consubstanciadas no abandono de toros deixados ao longo das vias ou em acidentes.
- O elevado estado de degradação das vias rodoviárias constitui igualmente um factor de constrangimento na medida em que não somente dificulta a movimentação dos produtos entre as áreas de produção e as de consumo como também provoca uma alteração substancial do custo do frete. Esta situação é agravada pela falta de alternativas economicamente viáveis como poderiam ser o transporte marítimo ou ferroviário.
- Adicionalmente, o sistema de distribuição de produtos florestais enfrenta desafios semelhantes àqueles apontados para o sistema de distribuição de produtos agrícolas e pecuários, nomeadamente, o baixo desenvolvimento da cadeia de distribuição (ausência de todos os níveis de intermediação da cadeia necessários para levar o produto até ao consumidor final) e a deficiente rede de transporte.

Comercialização

Constatação

- O mercado interno não tem capacidade de absorver grande parte da produção de madeira pelo défice da indústria de transformação (mecânica e/ou industrial) da madeira.

 As carpintarias e marcenarias existentes têm produções diminutas que ficam aquém de satisfazer a demanda nacional, tanto em qualidade como em quantidade.
- A ausência de indústrias de processamento no país condiciona os produtores nacionais na obtenção de preços competitivos nas transações comerciais com o estrangeiro.
- Os constrangimentos de transporte e escoamento da produção elevam os custos de colocação dos produtos florestais locais ao consumidor final.

Efeito

- Recurso a importação com desvantagem de dispêndio de divisas.
- Rendimento sub-otimizado nas vendas da madeira no mercado externo.
- Afecta a competitividade dos produtos nacionais face aos importados.





2.2.4 Análise das Políticas e Actividades de Suporte Transversais ao Sector Agrário

Análise das Políticas e Actividades de Suporte Transversais ao Sector Agrário

Estratégias e Políticas Sectoriais e Intersectoriais



Conselho Nacional de Segurança Alimentar

- O país não dispõe de um Conselho Nacional de Segurança Alimentar, responsável por assegurar a implementação integrada e coordenada de todas acções, sectoriais e intersectoriais, necessárias para o alcance da auto-suficiência alimentar da nação angolana. A ausência dessa “autoridade” torna difícil o alinhamento, no plano nacional, das prioridades e urgência dos programas de acção do sector agrário, com as dos demais sectores da economia.



Política Agrária Nacional

- O país não dispõe de um conjunto integrado e complementar de leis e princípios, que orientam o desenvolvimento da actividade agrária nacional, assim como da importação de produtos agrários do exterior. Esta lacuna, afecta a sua capacidade de garantir os níveis de oferta de produtos agrários requeridos pela nação, a qualidade nutricional e sanitária dos produtos agrários disponíveis no mercado, a estabilidade dos preços, práticas efectivas de utilização da terra para aumento da produção, geração de empregos e melhoria da qualidade de vida no meio rural, entre outros.



Política de Estímulo e Incentivo ao Desenvolvimento do Sector Agrário Nacional

- O país carece de uma política integrada de estímulos/incentivos específicos para o desenvolvimento do sector agrário e protecção dos produtores e produtos agrários nacionais, consubstanciada no fornecimento/importação subsidiada de alguns factores de produção (ex. sementes, fertilizantes, pesticidas, combustíveis e lubrificantes), atribuição aos produtores nacionais de incentivos fiscais sob a forma de redução do imposto de consumo e imposto industrial, criação de estruturas logísticas e de mercado para assegurar o escoamento da produção, entre outros.



Aplicação dos Preceitos da Lei de Terras

- A aplicação dos preceitos de utilização das terras agrárias, previsto na Lei nº 9/04, de 9 de Setembro, Lei de Terras, é deficiente e/ou não estão a ser cumpridos, o que resulta numa má distribuição e na utilização inadequada das terras aráveis, na medida em que se observa, actualmente, um sub-aproveitamento das áreas disponíveis para o exercício das actividades agro-pecuárias.

Análise das Políticas e Actividades de Suporte Transversais ao Sector Agrário

Estratégias e Políticas Sectoriais e Intersectoriais

— Segurança Fundiária para as Explorações Agrárias Familiares

- De acordo com a Lei de Terras, não é possível a transmissão da propriedade plena de terrenos rurais do domínio privado do Estado para particulares, sendo que muitas famílias agricultoras não têm celebrados contratos de compra e venda dos terrenos onde exercem a actividade agrícola.
- A incerteza em relação aos direitos comunitários sobre as terras para a agricultura e pecuária, tem causado a perda de propriedade pelos produtores à favor de grandes grupos agrícolas empresariais. Diante deste risco, os agricultores e pecuaristas têm adoptado práticas menos sustentáveis, resultando no uso excessivo das áreas de cultivo e pastagem, o que tem provocado a baixa produtividade das terras.

— Políticas de Fomento ao Desenvolvimento de Indústrias a Montante e a Jusante da Produção Agrária

- A produtividade e rentabilidade da produção agrária, só se poderá obter pelo equilíbrio entre os factores de produção e a transformação dos produtos agrários, nos seus vários níveis. A transformação garante uma maior variedade na oferta de produtos com valor acrescentado que a simples venda do produto natural não oferece por si só. Há, igualmente, a necessidade de se fomentar a criação de pequenas e médias indústrias para o aproveitamento dos sub-produtos agrícolas, pecuários e florestais, garantindo fontes alternativas de renda para os produtores agrários.

— Sanidade vegetal, animal e ambiental ao longo de toda a cadeia produtiva do sector

- O aumento da produção e produtividade de todos os subsectores deve ser acompanhado por uma estrita observância a questão da sanidade vegetal, animal e ambiental ao longo de todos os eixos da cadeia produtiva, pois que a mesma constitui hoje uma barreira para o consumo de produtos tanto no mercado interno, como no externo. Pelo que, o reforço do sistema de prevenção e defesa sanitário, o mapeamento e monitoramento das áreas de risco, pragas e enfermidades, bem como protocolos e sistemas de comunicação céleres são estritamente necessários. Legislação complementar deverá ser aprovada e um trabalho constante de controle, fiscalização e aconselhamento, deverá ser adoptado junto de todos os agentes da cadeia, para se garantir a observância das melhores práticas sanitárias.

Análise das Políticas e Actividades de Suporte Transversais ao Sector Agrário

Comunicação/Coordenação entre os Actores do Sector

— Coordenação com o Sector de Energia, Águas, Telecomunicações e da Construção

- Os passos dados para aumentar a capacidade de produção e processamento dos produtos agrários, não estão a ser acompanhados pela extensão da rede de energia eléctrica, água, rede de telecomunicação e vias de acesso rodoviário às áreas rurais, suscitando a necessidade de melhoria na coordenação das acções entre os sectores.

— Alinhamento de Acções com o Sector do Comércio e de Transporte

- Não existe um sistema de mercado nacional, grossista e retalhista, para o escoamento dos produtos agrícolas, pecuários e silvícolas, o que carece de coordenação de esforços entre o sector do comércio, transporte e agrário.
- Há necessidade de se incentivar a organização da rede do comércio rural e investimentos destinados a reabilitação das vias de acesso.

— Coordenação com o Sector Industrial

- A produtividade e rentabilidade da produção agro-pecuária e florestal, apenas poderá ser alcançada pelo equilíbrio entre os factores de produção, a produção e a transformação dos produtos agrários.
- A ausência de indústrias locais, a montante das operações agrárias, para a produção dos principais insumos, encarece o exercício da actividade agrária no país.
- De igual modo, a falta de indústrias complementares ao sector agrário, tais como de embalagens diversas, afecta o custo e a qualidade dos produtos agro-pecuários nacionais.
- A inexistência de indústrias de transformação, a jusante da produção agrária, impossibilita a oferta de uma maior variedade de produtos agrários, com valor acrescentado, em consonância com as necessidades dos consumidores locais.
- Por último, a ausências de indústrias de transformação, não permite o aproveitamento dos sub-produtos da agricultura, pecuária e florestas, desprovendo os produtores agrários de fontes alternativas de renda.

Análise das Políticas e Actividades de Suporte Transversais ao Sector Agrário

Comunicação/Coordenação entre os Actores do Sector

Articulação com o Sector Académico de Ensino e Investigação

- A articulação entre o sector agrário e as instituições de ensino carece de melhoria, com vista a identificação das reais necessidades de competências do sector para que as instituições académicas possam responder com programas curriculares e cursos adequados para dar cobro ao actual défice de competências.
- Neste domínio, torna-se igualmente pertinente reestruturar os centros de formação, introduzindo nos mesmos conteúdos curriculares que respondam aos desafios do sector agrário.
- A investigação deve assegurar a exequibilidade dos programas agrários de forma sustentável, garantindo uma melhor selecção e reprodução das culturas e espécies animais. Para o efeito, há que melhorar a articulação entre as estruturas de investigação, o sector agrário e o meio rural.

Integração entre os Programas Agrícolas Centrais e Locais

- Existe uma desarticulação entre os programas agrários de âmbito central e locais, em grande parte devido a presente falta de cumprimento das políticas e das estratégias de médio e longo prazo, delineadas nos vários planos de desenvolvimento do Sector Agrário, o que afecta a execução dos programas e resultados previstos pelo Sector.

Alinhamento com o Sector Privado/ Empresarial

- A comunicação com os actores privados do sector ainda é considerada deficiente, resultando na fraca coordenação entre as políticas, objectivos, metas e programas de acção propostos pelo MINAGRIF e as acções implementadas pelo sector privado. Alega-se, de igual modo, a existência de constrangimentos na obtenção de informação do sector privado, o que dificulta a criação de uma base de dados fiável, que permita a partilha de informação estatística, uma melhor avaliação do grau de consecução do plano de desenvolvimento agrário de médio-longo prazo e a tomada de decisões sustentáveis em tempo oportuno.

Análise das Políticas e Actividades de Suporte Transversais ao Sector Agrário

Comunicação/Coordenação entre os Actores do Sector



Articulação com o Sector Financeiro, Banca e Seguros.

- A efectivação de estímulos e incentivos, fundamentalmente de natureza fiscal, ao desenvolvimento do sector agrário em Angola requer uma estreita coordenação com o Ministério das Finanças, dado o impacto destas medidas nas receitas públicas.
- A intensificação do financiamento dos programas do sector mediante a manutenção e/ou incremento de linhas de financiamento nacionais ou internacionais, sujeita-se ao devido alinhamento com a política financeira pública, em virtude do impacto na capacidade de endividamento do Estado.
- A expansão do sector agrário requer o incremento da respectiva dotação orçamental, acção esta que exige coordenação e apoio dos Ministérios das Finanças e da Economia e Planeamento.
- Por último, as iniciativas para ampliação e adequação do crédito bancário às especificidades do sector agrário, bem como de introdução do seguro agrário, requer acções conjuntas com o MINFIN, MINEC, BNA, Banca comercial, ARSEG e companhias de seguros.



Articulação com as Instituições que intervêm no Desenvolvimento Rural

- Face ao peso do sector familiar, o desenvolvimento do sector agrário depende da estabilidade social e desenvolvimento do meio rural, o que passa por coordenar esforços com as instituições públicas e organizações civis afins, no sentido de garantir a melhoria da qualidade de vida no meio rural, aumentar os níveis de alfabetização e diversificar as fontes de rendimento.



Alinhamento com o Sector da Administração Pública, Trabalho e Segurança Social

- A introdução de mecanismos de remuneração diferenciada à nível do MINAGRIF (a semelhança do MINFIN) bem como a promoção de regimes de carreiras especiais com vista a atracção, desenvolvimento e retenção de competências críticas para o Sector, assenta na efectiva coordenação de acções e políticas com o MAPTSS.

Análise das Políticas e Actividades de Suporte Transversais ao Sector Agrário

Recursos Humanos do Sector

— Défice de Técnicos Qualificados para o Sector

- O número de técnicos especializados é insuficiente, em parte devido ao défice de ingresso de técnicos para a extensão rural assim como à fraca contratação de quadros por parte do sector empresarial. A nível do sector familiar, a ausência de mão-de-obra qualificada tem um grande impacto na qualidade e produtividade das culturas. No domínio da exploração empresarial, existe uma certa dependência de mão-de-obra estrangeira o que encarece os custos de produção.

— Falta de Formação ou Capacitação Técnica

- Regista-se uma insuficiência de quadros formados e capacitados. Esta situação é derivada do facto do modelo de formação técnica e desenvolvimento de quadros ser inadequado, consubstanciado pela falta de articulação entre as reais necessidades técnicas do sector e os programas curriculares das instituições de ensino.

— Inadequada Política de Remuneração

- Os baixos níveis salariais, bem como a falta de subsídios, assistência médica e medicamentosa, condições de vida e de trabalho pouco atractivas, são apontadas como as razões para a fuga de quadros para outros sectores, tornando cada vez maior a insuficiência de técnicos qualificados no sector agrário.

— Inadequado Enquadramento e Valorização dos Quadros

- A inexistência de políticas de alocação, retenção e de estímulo, bem como a criação de uma base de dados para o devido cadastramento de quadros, assim como a não aprovação da carreira específica do sector agrário, dificulta a valorização e o enquadramento destes. Igualmente, dificulta o recrutamento e mobilidade de quadros com outras valências, tais como agro-economistas, sociólogos, psicólogos, entre outros.

Análise das Políticas e Actividades de Suporte Transversais ao Sector Agrário

Financiamento e Seguro Agrícola

Insuficiência e Inadequação do Crédito Bancário

- O financiamento à actividade agrícola é baixo e o acesso ao crédito agrícola difícil. Esta situação caracteriza-se pela limitação de recursos financeiros para a implementação dos programas, assim como um fraco desempenho da banca no financiamento de projectos agrários, consubstanciado na indisponibilidade de produtos financeiros/crédito bancário específicos, adequados a natureza da actividade agrícola, os constrangimentos relativos a falta de segurança fundiária, bem como ao perfil de risco associado a composição e estrutura do sector, dominado por explorações agrícolas familiares.
- Além disso, verifica-se a ausência nos bancos locais de analistas de crédito especializados no Sector Agrário. O deficiente acesso ao crédito origina a que os recursos financeiros sejam insuficientes para apoiar os projectos de investimento que visam o crescimento da produção e da produtividade.

Baixa Dotação Orçamental para o Sector Agrário

- Apesar do esforço no investimento, a fatia do OGE para o sector, continua a ser insuficiente tendo como resultado um fraco investimento na infra-estrutura de suporte.

Inadequação dos Créditos de Campanha

- O crédito de campanha disponibilizado à pequenos agricultores é afectado por diversos factores, nomeadamente, o montante máximo é insuficiente para aquisição de insumos e equipamentos, o período de reembolso é bastante curto para garantir a devida geração de rendimentos suficientes para cobrir os custos incorridos no final da campanha.

Análise das Políticas e Actividades de Suporte Transversais ao Sector Agrário

Financiamento e Seguro Agrícola

— Insustentabilidade das Linhas de Financiamento

- O sector agrícola tem beneficiado do apoio de linhas de financiamento internacionais do Banco Mundial, BAD, FIDA, FAO entre outras. Quer o MOSAP 1-BM (beneficiou 45 mil agricultores nas províncias do Bié, Huambo e Malange) como o PRODECA-FIDA (financiou culturas alimentares em Malange) tiveram uma avaliação positiva dos beneficiários.
- No entanto, o modelo de financiamento é pouco sustentável. Durante a vigência dos projectos, os agricultores têm apoio em todas actividades a montante da produção, nomeadamente, preparação da terra, disponibilidade de insumos de produção e assistência técnica no manuseio das culturas. Porém, após o término do projecto estes deixam de beneficiar do acesso aos factores de produção. A acção de desenvolvimento de competências técnicas junto dos pequenos agricultores é deficiente o que dificulta que muitos deles se tornem autónomos após o término do projecto. Ademais, não fomentam o desenvolvimento de indústrias de apoio à produção agrícola, nomeadamente, a indústria de insumos, sujeitando os agricultores aos normais constrangimentos de aquisição destes, uma vez concluído o projecto.

— Falta de Fundos para o Fomento da Actividade Agrícola

- Há necessidade de se operacionalizar a actividade do FADA enquanto fundo específico para o fomento da actividade agrícola do país. Apesar de financiar projectos agrários, os créditos concedidos pelo Banco de Desenvolvimento de Angola (BDA) visam múltiplos sectores da economia. Neste contexto, há necessidade de expandir as acções do Fundo de Desenvolvimento do Sector Agrário, com vista a atender especificamente os projectos do sector.

— Inexistência do Seguro Agrícola

- O seguro agrícola ainda se afigura um negócio pouco atractivo para as seguradoras. Essa situação requer uma análise profunda e técnica da matéria relativa a cobertura dos riscos. A falta de um seguro torna os produtores agrários mais expostos e menos protegidos aos riscos inerentes a actividade, tais como a seca, pragas, excessivas quedas pluviométricas e outras intempéries. O seguro pode servir como alavanca para o aumento do financiamento bancário ao sector agrícola.

Análise das Políticas e Actividades de Suporte Transversais ao Sector Agrário

Serviços de Assistência aos Produtores Agrários



Serviços de Extensão Agrária Peri-urbana e Rural

- O actual modelo de Extensão do Desenvolvimento Rural apresenta-se inadequado, na medida em que não transfere para os agricultores um apoio técnico baseado em processos actualizados de trato das culturas, práticas melhoradas (como cultivo durante todo o ano, rotação de culturas e aplicação equilibrada de fertilizantes), assim como ainda é assente no uso de tecnologia rudimentar e pouco mecanizada.



Serviços Veterinários e Inspecção

- Os serviços veterinários foram transcurados durante longos períodos, sendo evidente a sua ausência e carência em várias áreas do país. Por conseguinte, apenas uma parte mínima do efectivo pecuário em Angola é coberto pelas campanhas de vacinação e assistência sanitária, influndo na sanidade animal. Associado a este facto, tem-se verificado nos últimos anos, a redução contínua da disponibilidade de vacinas no mercado local o que, igualmente, tem impactado adversamente a cobertura vacinal do efectivo pecuarista. Em última instância, o efeito agregado dos factores acima apontados é a dificuldade de controlo e combate das principais doenças que afectam o gado (e as aves) e por conseguinte da qualidade do gado e da carne produzida localmente.



Serviços de Assistência Florestal

- Actualmente não há qualquer prestação de serviço de assistência florestal, o que implica que grande parte da superfície florestal esteja desprotegida dos efeitos das pragas, queimadas descontroladas, abate indiscriminado da flora/fauna e outros constrangimentos associados.



Serviços de Protecção e Segurança

- Verifica-se a ausência de autoridade e policiamento em algumas áreas de produção, o que afecta a protecção e segurança dos produtores rurais bem como resulta em danos pessoais, roubos e perda de produção.

Análise das Políticas e Actividades de Suporte Transversais ao Sector Agrário

Investigação Agrária

— Modelo e Infra-Estruturas de Investigação

- Existência de um modelo de investigação agrária não actualizado, consubstanciado pela falta de coordenação entre o objecto de investigação e as necessidades do meio rural assim como a falta de condições nos laboratórios.

— Investigação Agronómica

- Verifica-se uma fraca ou exígua pesquisa científica na área agrícola, para dar resposta a desafios tais como o do melhoramento de culturas assim como ao combate as pragas e doenças vegetais.

— Investigação Veterinária

- Há necessidade de desenvolver a investigação no sentido de realizar ensaios sobre culturas herbáceas existentes nas zonas de pastos que permitam melhorar a sua qualidade.
- De igual modo, há necessidade da investigação pecuária evoluir no sentido de avaliar técnicas de melhoramento das espécies animais locais, com a introdução de novas raças, quer por inseminação artificial tanto por cruzamento normal.
- Este conhecimento deve ser transferido por via dos serviços de extensão aos pecuaristas nacionais, com vista a melhorar a gestão dos rebanhos e aumentar a qualidade e produtividade dos animais.

— Investigação Florestal

- As actividades de investigação florestal estão completamente paralisadas, por inoperância dos serviços de silvicultura no Instituto de Investigação Agronómica, instituição responsável pela investigação no domínio agrário, em geral e florestal em particular.

Análise das Políticas e Actividades de Suporte Transversais ao Sector Agrário

Cooperativismo e Associativismo



Partilha dos Factores de Produção

- A débil organização dos produtores em associações e cooperativas, torna mais difícil o acesso das Empresas Agrícolas Familiares aos insumos, equipamentos e outros factores de produção.



Cooperativismo de Crédito

- O débil funcionamento das poucas cooperativas agro-pecuárias e florestais existentes, impossibilita os produtores de beneficiarem de Créditos Rurais Solidários, para financiar investimentos, custos de produção e a actividade de comercialização, concedidos sob condições de acesso facilitadas (pela partilha da capacidade de endividamento e dos bens/propriedades colateralizadas), condições especiais de pagamento/reembolso do capital e juros mais baixos.
- De igual modo, o país carece de cooperativas de crédito cujo papel principal é a captação de recursos financeiros para suportar as actividades dos respectivos associados, mediante o acesso ao crédito a prazos e condições mais adequadas às características dos associados, bem como, para prestação de outros serviços de natureza bancária, de modo mais simples e vantajoso aos seus associados (tais como aplicações, investimentos, empréstimos, financiamentos, recebimento de contas, seguro, etc).



Partilha de Risco

- Não se verifica, igualmente, no país a associação dos produtores agro-pecuários e florestais, com vista a concertarem a cobertura de riscos futuros inerentes à exploração agrária, mediante a captação solidária de serviços de seguro junto de entidades seguradoras independentes ou por via de quotizações em Sociedades Mútuas de Seguros, estabelecidas criteriosamente em função da probabilidade do risco.



Realização de Obras de Interesse Comum

- Não existem formas associativas destinadas a gerir, explorar e conservar obras de infra-estruturas de interesse regional e impacto colectivo para os produtores agrários em determinadas regiões do país (tais como obras de natureza hidro-agrícola).

Análise das Políticas e Actividades de Suporte Transversais ao Sector Agrário

Cooperativismo e Associativismo



Partilha de Práticas de Gestão

- Não há registo no país de existência de associativismo a nível do sector agro-pecuário e florestal, cujo objectivo principal seja de apoiar os associados na contabilidade e gestão das suas propriedades, através da aplicação de modernas técnicas de gestão, optimizando os recursos e resultados do negócio.



Divulgação Conjunta dos Produtos

- Não se observa no país, práticas de divulgação e promoção conjunta dos produtos (nacionais) e da sua qualidade (nutritiva e sanitária) junto do mercado consumidor.



Intercâmbio Técnico

- É igualmente notório, a ausência de iniciativas de associativismo com vista assegurar apoio técnico aos produtores agrários, na melhoria dos processos e tecnologia de produção e na formação contínua.



Comercialização Conjunta

- A inoperância das cooperativas não permite a implementação de um sistema de comercialização solidário, caracterizado pela existência dos seguintes elementos: (1) contratos de vendas conjuntos, com grossistas e grandes superfícies; (2) partilha de infra-estrutura de armazenamento e conservação de produtos; (3) utilização de forma solidária dos meios de transporte e distribuição; (4) programas de exportação conjunta.
- Por conseguinte, os produtores agrários não beneficiam das vantagens inerentes à este tipo de sistemas de comercialização, nomeadamente, redução de custos de comercialização, estabilização dos preços de mercado, redução dos desperdícios de produção, melhoria da segurança e qualidade dos produtos.

Análise das Políticas e Actividades de Suporte Transversais ao Sector Agrário

Gestão dos Recursos Hídricos e dos Sistemas de Irrigação

Ineficiente Gestão dos Perímetros Irrigados

- Os Perímetros irrigados estão a ser utilizados a um nível muito inferior da capacidade existente, por factores diversos. Alguns dos produtores aos quais foram atribuídas parcelas nos perímetros, revelam alguma incapacidade técnica e/ou financeira para desenvolver as suas actividades, apontando para a necessidade urgente de revisão dos critérios de concessão de parcelas nestes perímetros. Adiciona-se à este constrangimento, o facto da construção de perímetros irrigados em determinadas regiões do país, não ter tido em consideração a predominância de outras actividades económicas, em detrimento da actividade agrícola, resultando num baixo nível ou utilização inadequada dos referidos perímetros e das infraestruturas correspondentes. De igual modo, a falta de infra-estruturas de apoio, como electricidade, agudiza o mau funcionamento dos perímetros (caso do Luena – Moçico). Por último, a construção de perímetros em zonas onde não há hábito de cultura agrícola (Kuanza Kubango e Moçico) e competência de utilização de sistema de regadio, condiciona a sua utilização e manutenção.

Défice de Sistemas de Irrigação de Apoio ao Pequeno Agricultor/ Exploração Agrícola Familiar

- A nível da exploração agrícola familiar, muitos dos pequenos sistemas de irrigação utilizados no passado (com capacidade de cobertura aproximada de 4 ha, em consonância com a área média de terra utilizada pelas famílias agrícolas) carecem de recuperação ou renovação. No entanto, a escassez de recursos financeiros e acesso à divisas, tem condicionado a reabilitação destes sistemas de irrigação. Os custos de operação (combustível, óleos, filtros, etc) também agravam o uso desses sistemas, condicionando o aumento da produção e produtividade das culturas e das terras.

Pouco Aproveitamento dos Recursos Hídricos

- Não obstante os vastos recursos hídricos existentes no país, grande parte das explorações agrícolas familiares e algumas empresariais, ainda são de sequeiro, verificando-se pouca utilização dos recursos hídricos existentes nas diversas localidades do país (rios, canais e águas subterrâneas) na criação de sistemas de irrigação para garantirem o regadio adequado das plantações. A inexistência de programas específicos, tais como a construção de represas, diques, chimpacas para a retenção de água em épocas chuvosas, constitui evidência adicional da incapacidade de utilização dos recursos naturais em prol da prática de uma agricultura e pecuária menos dependentes das chuvas.

Problemas de Abastecimento de Água nas Zonas de Pecuária

- Na região pecuária no sul do país, a maior dificuldade encontrada para o desenvolvimento da actividade, reside na falta de água. Muitos dos pontos de água construídos até o início da década de setenta para servirem as populações pastoris e o seu gado, nomeadamente, captações de águas subterrâneas e dispositivos de retenção de águas superficiais (chimpacas), foram indevidamente apropriados, destruídos ou encontram-se, actualmente, em mau estado de conservação, reduzindo substancialmente o caudal e a capacidade de armazenamento de água para o gado.

Análise das Políticas e Actividades de Suporte Transversais ao Sector Agrário

Infraestruturas de Suporte ao Sector Agrário

— Limitação das Infra-Estruturas de Transporte

- As vias de acesso aos locais de produção, e destas para as áreas de consumo, encontram-se degradadas, criando constrangimento no escoamento da produção.
- A indisponibilidade de infraestruturas de transporte rodoviário, combinada com as limitações da rede ferroviária e dos elevados custos de transporte marítimo e aéreo, condicionam o escoamento dos produtos agrários ao consumidor final a preços competitivos, fundamentalmente no mercado nacional.

— Inexistência de Rede Eléctrica no Meio Rural

- A falta de electrificação rural, constitui um constrangimento, ao funcionamento em pleno dos sistemas de irrigação, à utilização de sistemas de conservação e à adopção de procedimentos e meios de produção agrícola mais modernos, condicionando deste modo o aumento e a melhoria da qualidade dos produtos.
- De igual modo, a ausência de eletricidade condiciona a evolução do processo de criação de animais com recurso a equipamentos mecanizados/automatizados, assim como limita a capacidade de abate, conservação e processamento de carne.
- A nível do sector florestal, a industrialização da transformação dos produtos madeireiros é condicionada pelo fornecimento de energia eléctrica às serrações o que afecta a qualidade e encarece os preços da madeira serrada.

— Falta de Cobertura dos Sistemas de Telecomunicação nas Zonas Rurais

- A inexistência de infra-estrutura de telecomunicação nas zonas rurais, dificulta a adopção de ferramentas e sistemas que podem melhorar a eficiência e produtividade das actividades agrárias, bem como assegurar a conexão com os intervenientes críticos do sector, tais como: sistemas informáticos para gestão agrária; “mobile banking” para realizar operações financeiras; internet para partilha de dados sobre o mercado, legislação, clima e preços; sistemas logísticos, entre outros.





2.3

**Análise da Expectativa
do Público de Interesse
(Stakeholders)**

Expectativas do Público de Interesse

Público de Interesse	Expectativa	Avaliação			Perspectiva				
		Baixa	Média	Alta	Eliminar	Reduzir	Manter	Elevar	Criar
População e Outros Consumidores	População	▪ Segurança alimentar	✓					✓	
		▪ Redução da fome e da pobreza	✓					✓	
		▪ Aumento da oferta de produtos de qualidade	✓					✓	
		▪ Garantia da origem e certificação dos produtos	✓						✓
		▪ Preços justos		✓				✓	
	Consumidores Grossistas e Retalhistas	▪ Aumento da oferta de produtos de qualidade	✓					✓	
		▪ Garantia da origem e certificação dos produtos	✓						✓
		▪ Preços justos		✓				✓	
		▪ Funcionamento adequado do mercado	✓					✓	
Governo e Parceiros Sociais	Executivo	▪ Promoção do crescimento económico	✓					✓	
		▪ Diversificação económica	✓					✓	
		▪ Redução da fome e da pobreza	✓					✓	
		▪ Desenvolvimento rural	✓					✓	
	Parceiros Sociais	▪ Redução da fome e da pobreza	✓					✓	
		▪ Desenvolvimento rural	✓					✓	
		▪ Diálogo e acesso a informação fiável	✓					✓	

Fonte: Workshop de Conformação do PDMPA 2018 -2022

Expectativas do Público de Interesse

Público de Interesse	Expectativa	Avaliação			Perspectiva				
		Baixa	Média	Alta	Eliminar	Reduzir	Manter	Elevar	Criar
Produtores Agrários	Famílias Agrárias	Legalização da terra	✓					✓	
		Assistência técnico-material		✓				✓	
		Preço competitivo dos insumos e equipamentos	✓					✓	
		Acesso ao crédito	✓					✓	
		Incentivos fiscais	✓					✓	
		Auto consumo e geração de excedente		✓				✓	
		Aumento da renda	✓					✓	
		Apoio no escoamento da produção	✓					✓	
	Empresas Agrárias / Investidores Privados	Legalização da terra		✓				✓	
		Ambiente de negócio favorável /desburocratização		✓				✓	
		Disponibilidade de insumos e equipamentos	✓					✓	
		Preço competitivo dos insumos e equipamentos	✓					✓	
		Acesso ao crédito/financiamento	✓					✓	
		Desenvolvimento de agroindústrias	✓					✓	
		Funcionamento adequado do mercado	✓					✓	
		Infra-estruturas de apoio adequadas	✓					✓	

Fonte: Workshop de Conformação do PDMPA 2018 -2022

Expectativas do Público de Interesse

		Avaliação			Perspectiva				
Público de Interesse	Expectativa	Baixa	Média	Alta	Eliminar	Reduzir	Manter	Elevar	Criar
Prestadores de Serviço	Fornecedores de Insumos e Equipamentos	▪ Acesso aos cambiais	✓					✓	
		▪ Acesso ao crédito/financiamento	✓					✓	
		▪ Facilidade de importação		✓				✓	
	Agro-Indústria/ Indústria de Transformação/ Processamento	▪ Dinamização da agro-indústria	✓						✓
		▪ Acesso aos cambiais	✓					✓	
		▪ Acesso ao crédito/financiamento	✓						✓
		▪ Facilidade de importação		✓				✓	
		▪ Funcionamento adequado do mercado	✓					✓	
		▪ Infra-estruturas de apoio adequadas	✓					✓	
	Transportadores de Produtos Agrários	▪ Infra-estruturas de apoio adequadas: vias de acesso	✓					✓	
		▪ Incentivo fiscal: subvenção de combustível	✓					✓	
		▪ Desburocratização		✓				✓	
	Instituições Financeiras	▪ Risco controlado do sector agrário	✓					✓	
		▪ Rentabilidade do sector agrário	✓					✓	
		▪ Informação sobre especificidades do sector	✓					✓	

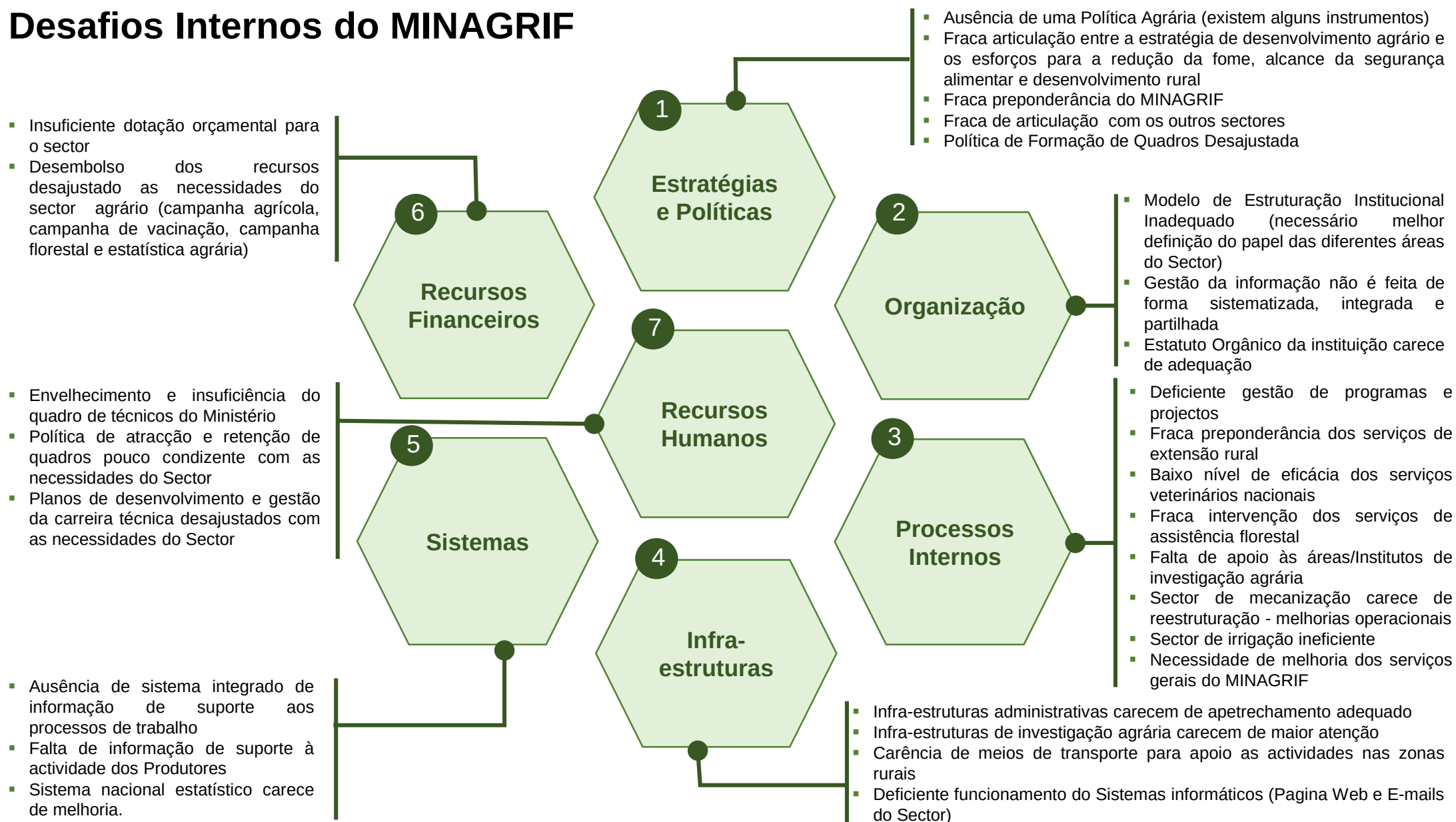
Fonte: Workshop de Conformação do PDMPA 2018 -2022



2.4

**Análise da
Instituição**

Desafios Internos do MINAGRIF

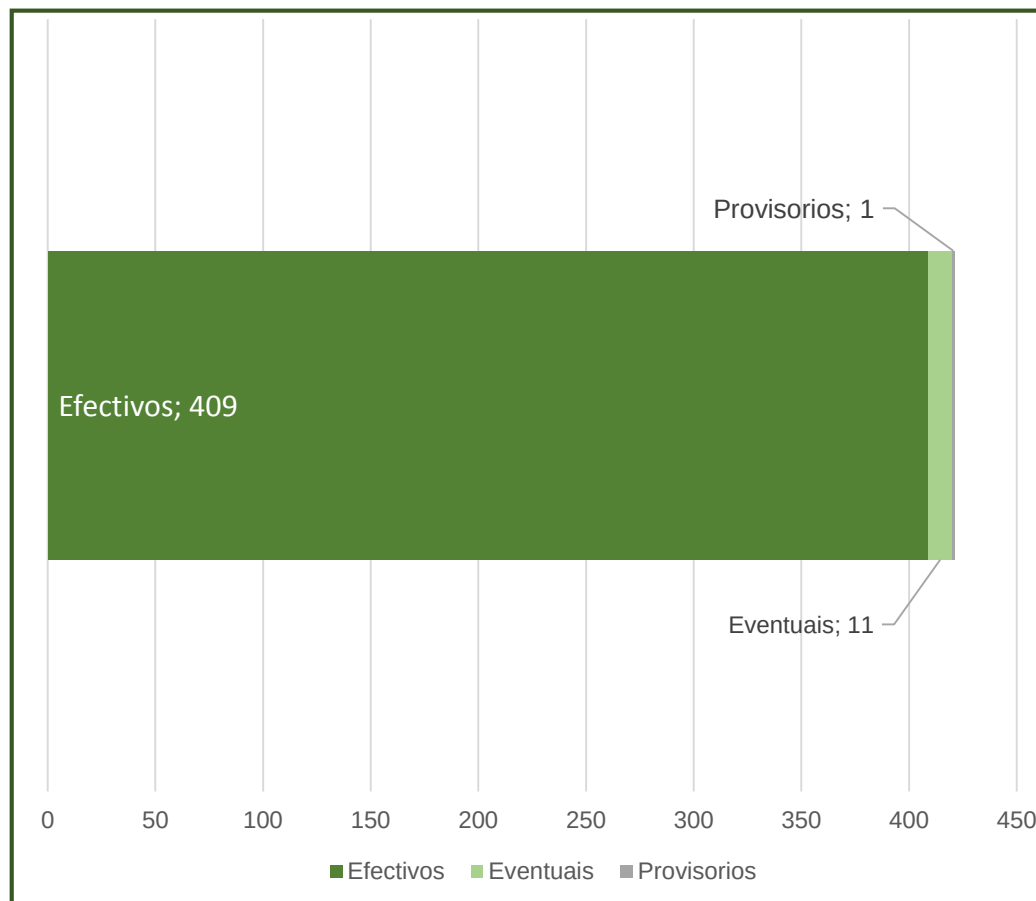


Análise dos Recursos Humanos: Caracterização da Força de Trabalho Actual

Grande maioria da força de trabalho é efectiva

97% da Força de trabalho do MINAGRIF é efectiva sendo que o remanescente 3% é composto por Eventuais (11 trabalhadores) e Provisórios (1 trabalhador)

Gráfico 24: Distribuição da Força de Trabalho – Total 421

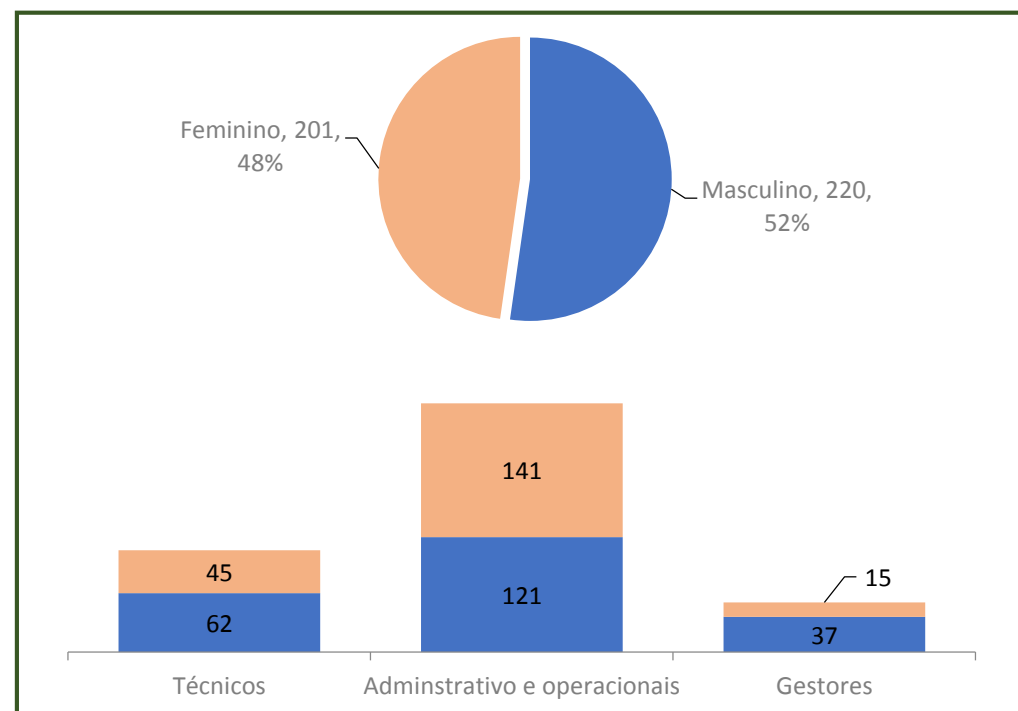


Verifica-se uma proporcionalidade aceitável entre a distribuição da Força de Trabalho por género.

Cerca de 62% dos trabalhadores desempenham funções Operacionais e Administrativas o que converge com o escopo de actividade do MINAGRIF.

Constata-se o Rácio de Gestão (gestor/técnico) de 1/27, que traduz uma estrutura com um nível de hierarquização relativamente alto que consequentemente pode originar perda de agilidade e eficácia.

Gráfico 25: Distribuição da Força de Trabalho por Género e Função



Análise dos Recursos Humanos: Caracterização da Força de Trabalho Actual

Cerca de 16% da força de trabalho, já cumpre com os critérios estabelecidos legalmente para a passagem a Reforma Ordinária por idade e por tempo de serviço.

A composição da força de trabalho em termos etários e antiguidade no MINAGRIF não obedece a distribuição normal. Verifica-se uma acentuada concentração no intervalo etário dos 50 aos 60 anos o que representará saídas consideráveis nos próximos 5 anos.

Comportamento semelhante constata-se na antiguidade, uma vez que aproximadamente 43% da força de trabalho estará elegível a saída por tempo de serviço nos próximos 5 anos

Gráfico 26: Distribuição por Grupos Etários

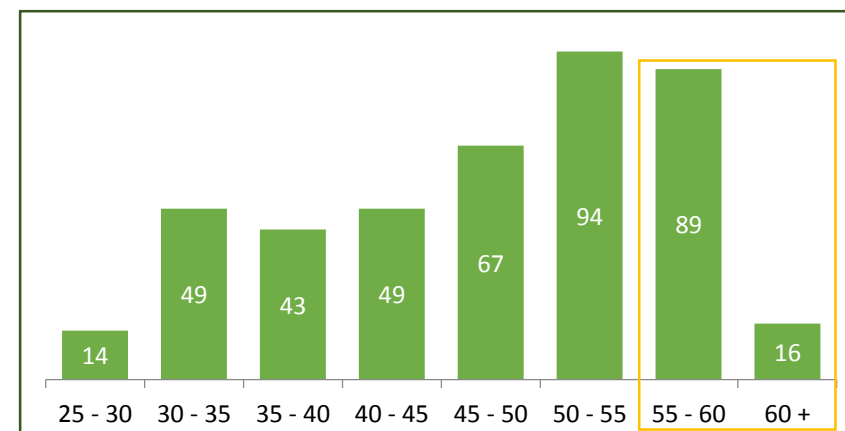
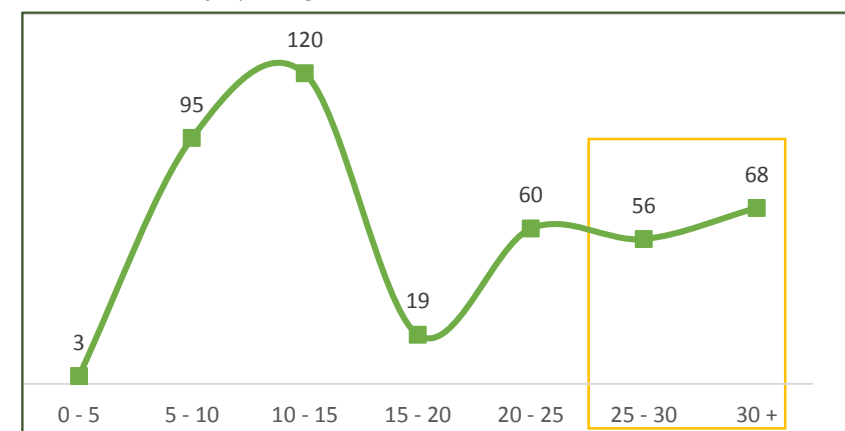


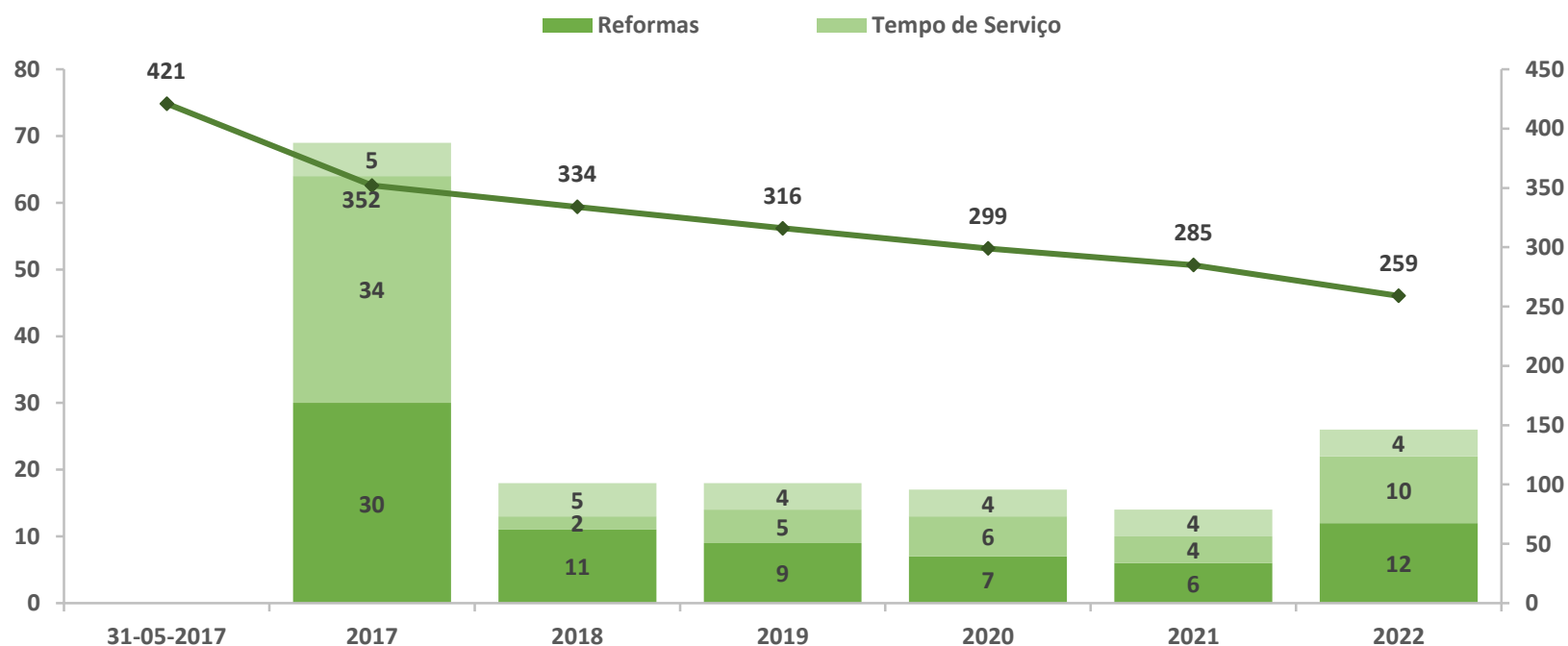
Gráfico 27: Distribuição por Antiguidade



Análise dos Recursos Humanos: Evolução Natural da Força de Trabalho

Estima-se a saída de 162 (38%) trabalhadores até ao final de 2022, sendo 75 por Reforma do Idade, 61 por Reforma por Tempo de Trabalho e 26 por Atrito (demissão, despedimento e falecimento).

Gráfico 28: Evolução Natural da Força de Trabalho



Análise dos Recursos Humanos: Evolução Natural da Força de Trabalho por Categoria

Estima-se que 50% dos actuais gestores e 40% dos técnicos do MINAGRIF saiam do Ministério por factores de evolução natural.

Excepto os Assistentes, Auxiliares, Director Adjunto e Director de Gabinete, verificar-se-á saídas de mais de 40% dos trabalhadores em todas outras tipologias de funções.

Tabela 21: Evolução Natural da Força de Trabalho por Categoria

Categorias de Funções	31/05/2017	2017	2018	2019	2020	2021	2022	Saídas no período	%
Adminstrativo e operacionais	262	221	210	200	193	185	169	93	35%
Gestores	52	41	38	34	31	31	26	26	50%
Técnicos	107	90	86	82	75	69	64	43	40%
Total	421	352	334	316	299	285	259	162	38%

Tabela 22: Evolução Natural da Força de Trabalho por Tipologia de Função

Tipologia de Função	31/05/2017	2017	2018	2019	2020	2021	2022	Saídas no período	%
Assistentes	195	164	157	149	145	137	127	68	35%
Auxiliares	67	57	53	51	48	48	42	25	37%
Chefe de Departamento	28	24	21	19	18	18	15	13	46%
Chefe de Secção	3	1	1	1	1	1	1	2	67%
Consultor	5	4	4	4	3	3	3	2	40%
Director	2	2	2	2	2	2	0	2	100%
Director Adjunto	2	2	2	2	2	2	2	0	0%
Director de Gabinete	3	3	3	3	3	3	3	0	0%
Director Nacional	10	7	7	5	4	4	4	6	60%
Ministro	1	1	1	1	0	0	0	1	100%
Secretário de Estado	2	1	1	1	1	1	1	1	50%
Secretário Geral	1	0	0	0	0	0	0	1	100%
Técnico	102	86	82	78	72	66	61	41	40%
Total	421	352	334	316	299	285	259	162	38%

Análise dos Recursos Humanos: Evolução Natural da Força de Trabalho por Áreas

Estima-se que 12 áreas venham a verificar taxas de saídas de colaboradores superiores a 40% nos próximos 5 anos devido a factores de evolução natural.

Em termos absolutos, a DNAP, DRH e Secretaria Geral são as áreas em que verificar-se-á o maior número de saídas no período em análise.

Tabela 23: Evolução Natural da Força de Trabalho por Áreas

Áreas / Entidades	31/05/2017	2017	2018	2019	2020	2021	2022	Saídas no período	%
CODEX-ANGOLA	5	4	4	4	4	4	3	2	40%
DNAP	41	32	27	25	25	23	22	19	46%
DNF	16	14	14	12	10	10	9	7	44%
DNHER	16	12	12	12	10	10	8	8	50%
FADA	1	1	1	1	1	1	1	0	0%
Gab. Ministro	25	20	18	17	15	15	13	12	48%
Gab. R. Humanos	35	23	21	20	19	19	17	18	51%
Gab. Sec.Est.Agricultura	15	13	12	12	10	10	9	6	40%
Gab. Sec.Est.Rec.Florestais	13	13	13	12	12	11	10	3	23%
Gab.Intercâmbio	8	7	7	7	7	6	6	2	25%
Gab.Tecnol.de Informação	6	6	6	6	6	6	6	0	0%
Gabinete Inspeção	5	3	3	3	2	2	1	4	80%
Gabinete Jurídico	6	6	6	6	6	5	5	1	17%
Gabinete Seg. Alimentar	18	14	14	12	12	10	10	8	44%
GCI	15	11	11	10	9	7	6	9	60%
GDBJ	8	8	8	7	7	7	6	2	25%
GDBLCC	6	6	6	6	6	6	6	0	0%
GDC	6	6	6	6	5	5	5	1	17%
GDCAMaba	7	7	7	7	7	7	6	1	14%
GDH	3	3	3	3	3	3	3	0	0%
GDK	44	42	39	37	36	35	31	13	30%
GDM	9	9	9	9	9	8	8	1	11%
GDQ	4	3	3	3	3	3	3	1	25%
GEPE	29	26	24	22	21	20	17	12	41%
GGTA	15	14	13	11	10	10	10	5	33%
Secretaria Geral	60	44	42	41	39	37	35	25	42%
UTAIP	5	5	5	5	5	5	3	2	40%
Total	421	352	334	316	299	285	259	162	38%

Análise dos Recursos Humanos: Evolução Natural da Força por Funções

Prevê-se que todos os Inspectores e grande parte dos assessores principais sairão do MINAGRIF até ao final de 2022.

Tabela 24: Evolução Natural da Força de Trabalho por Funções

Funções	31/05/2017	2017	2018	2019	2020	2021	2022	Saídas no período	%
1º Assessor	11	8	7	7	7	7	6	5	45%
1º Oficial Administrativo	7	2	2	2	2	2	2	5	71%
2º Oficial Administrativo	10	7	7	6	6	5	4	6	60%
3º Oficial Administrativo	9	8	7	7	7	5	4	5	56%
Aspirante	8	7	7	5	5	5	5	3	38%
Assessor	10	6	5	5	4	3	3	7	70%
Assessor Principal	13	7	5	3	1	1	1	12	92%
Auxiliar Administrativo 1ª Classe	3	2	2	1	1	1	1	2	67%
Auxiliar Administrativo Principal	5	5	5	5	4	4	2	3	60%
Auxiliar de Limpeza de 2ª Classe	2	2	1	1	1	1	1	1	50%
Auxiliar Limpeza Principal	16	12	10	9	8	7	7	9	56%
Encarregado Qualificado	10	8	7	7	6	6	6	4	40%
Estagiário de Investigação	1	0	0	0	0	0	0	1	100%
Inspector 1º Assessor	1	0	0	0	0	0	0	1	100%
Inspector Superior de 1ª Classe	1	0	0	0	0	0	0	1	100%
Motorista de Pesados Principal	1	0	0	0	0	0	0	1	100%
Motorista Ligeiro Principal	2	0	0	0	0	0	0	2	100%
Oficial Administrativo Principal	7	5	5	5	5	5	3	4	57%
Técnico Médio de 1ª Classe	2	2	2	2	2	2	2	0	0%
Técnico Médio de 1ª Classe	13	9	9	8	8	7	7	6	46%
Técnico Médio Principal 1ª Classe	20	17	13	12	10	8	7	13	65%
Técnico Médio Principal 2ª Classe	7	7	7	7	7	7	4	3	43%
Técnico Médio Principal 3ª Classe	7	5	5	4	4	4	4	3	43%
Técnico Superior	4	3	3	3	2	2	2	2	50%
Técnico Superior de 1ª Classe	9	9	9	9	9	7	6	3	33%
Técnico Superior Principal	12	11	11	9	9	8	6	6	50%
Outras Funções	230	210	205	199	191	188	176	54	23%
Total	421	352	334	316	299	285	259	162	38%

Análise Orçamental: Evolução das Verbas Alocadas ao Sector Agrário de 2009 -2015

Verificou-se a redução contínua do orçamento alocado ao Sector entre 2009 e 2015.

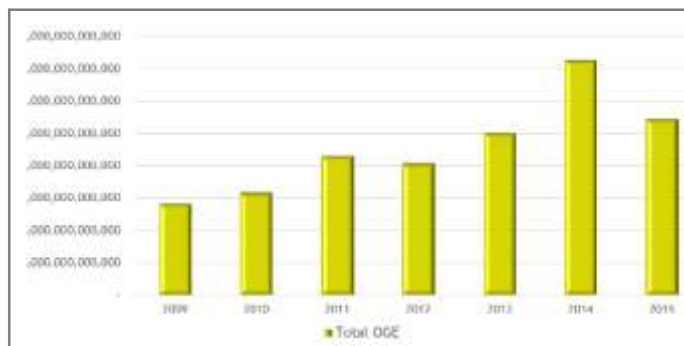
As verbas atribuídas pelo OGE ao sector agrário têm decrescido desde 2009, evidenciando a dificuldade que o sector enfrenta no sentido de implementar as políticas que suportam a intenção de desenvolvimento agrário do país.

Tabela 25: Alocação de recursos financeiros ao sector agrário 2009 - 2015

Anos	Total OGE	OGE Alocado ao Sector
2009	2,842,000,000,000	54,506,655,620
2010	3,179,373,400,000	39,830,405,100
2011	4,310,175,600,000	40,763,722,055
2012	4,078,500,000,000	59,389,701,469
2013	5,020,900,000,000	53,389,701,469
2014	7,258,380,000,000	42,911,811,692
2015	5,454,022,865,085	21,775,130,017
Total	32,143,351,865,085	312,567,127,422

Fonte: MINAGRIF/OGE Aprovado/ "SIGFE"

Gráfico 29: OGE Total 2009 - 2015

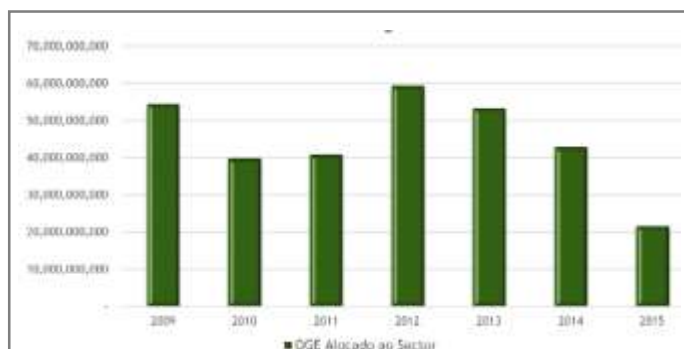


Fonte: MINAGRIF/OGE Aprovado/ "SIGFE"

OGE Total cresceu até 2014 ...

O OGE apresentou uma tendência crescente de 2009 à 2014 altura em que atingiu o pico de 7.258 mil milhões de Kwanzas. Em 2015, face a conjuntura económica nacional e internacional, o OGE reduziu para 5.454 mil milhões de Kwanzas, porém manteve-se ligeiramente acima do montante orçamentado em 2013.

Gráfico 30: OGE Alocado ao Sector Agrário 2009 - 2015



Fonte: MINAGRIF/OGE Aprovado/ "SIGFE"

...No entanto as verbas atribuídas ao sector agrário caíram ao longo dos últimos cinco anos.

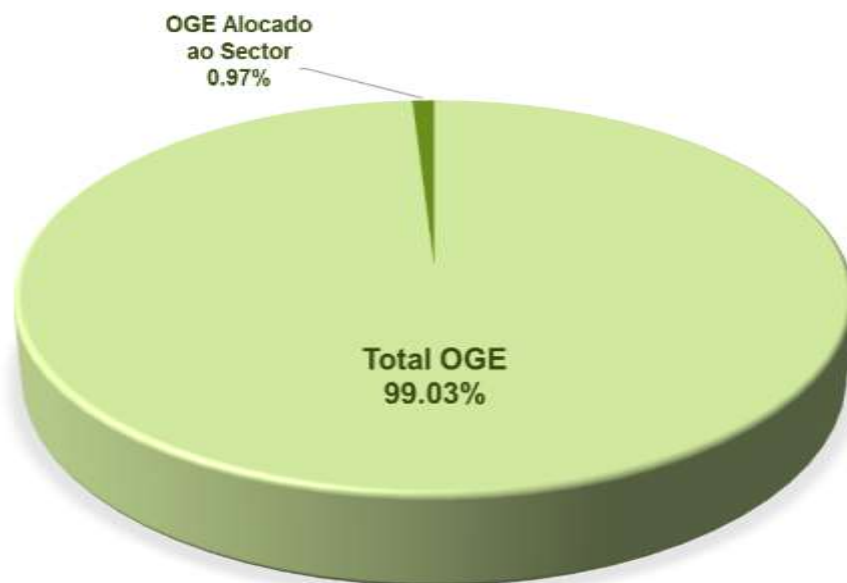
As verbas do OGE alocadas à agricultura decresceram de 2009 à 2011 de 54.506 para 40.763 mil milhões de kwanzas. Em 2012 o orçamento do sector voltou a atingir os níveis de 2009, porém a partir desta data, as verbas têm gradualmente decrescido ano após ano, tendo atingido o seu ponto mais baixo em 2015 com 21.775 mil milhões de kwanzas.

Análise Orçamental: Proporção dos Recursos Financeiros Alocados ao Sector Agrário

A dotação orçamental para o sector de 2009 a 2015 foi insignificante...

Durante o período compreendido entre 2009 e 2015, o volume de recursos financeiros alocados ao sector agrário, representaram apenas 0,97% do total do OGE aprovado para o mesmo período.

Gráfico 31: Total do OGE Alocado ao Sector Agrário entre 2009 e 2015

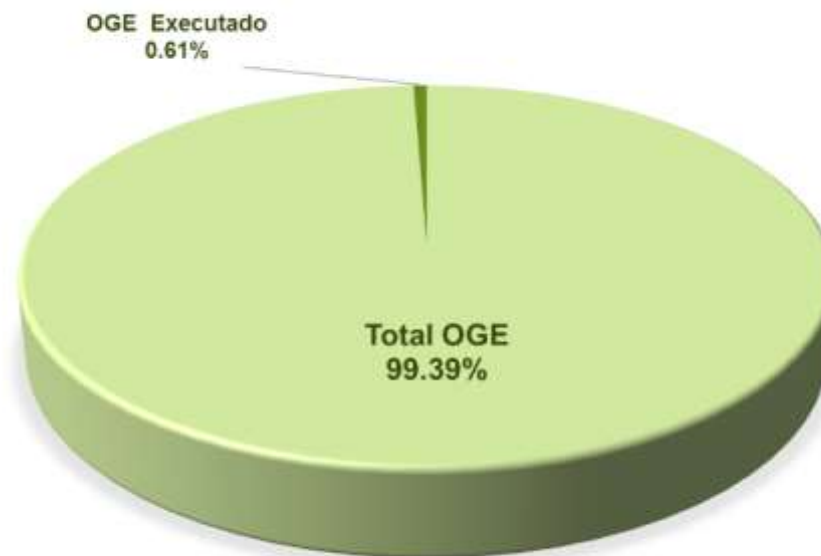


Fonte: MINAGRIF/OGE Aprovado/ "SIGFE"

... e o nível de execução do OGE alocado foi ainda mais negligível.

Contudo a percentagem de execução do orçamento alocado para o período em análise, foi de apenas 0,61%, evidenciado, uma vez mais, as dificuldades enfrentadas pelo sector para mobilizar os fundos públicos requeridos para a execução cabal do Plano de Desenvolvimento de Médio Prazo do Sector Agrário.

Gráfico 32: Total do OGE Executado pelo Sector Agrário entre 2009 e 2015



Fonte: MINAGRIF/OGE Aprovado/ "SIGFE"

Análise Orçamental: Nível de Execução do Orçamento Alocado ao Sector Agrário

Fraca execução orçamental no sector agrário

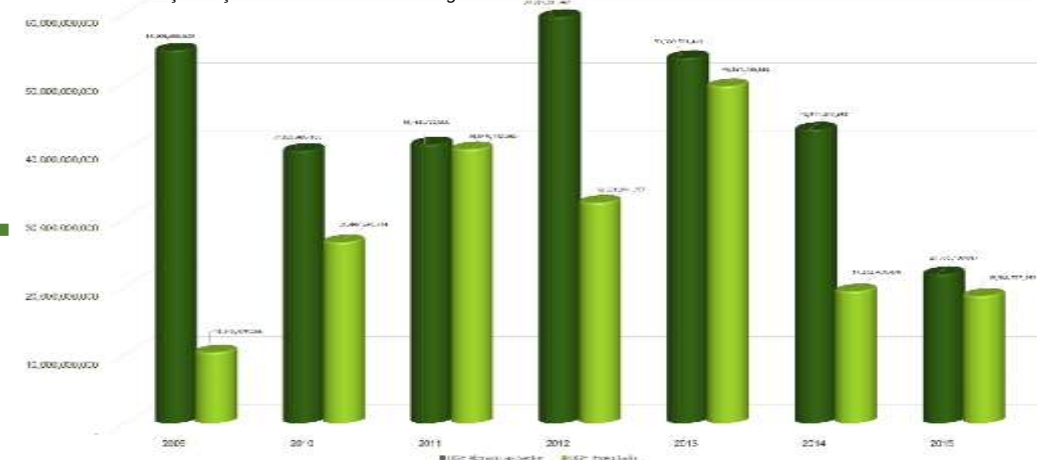
O nível de execução das verbas alocadas oscilou consideravelmente ao longo do período 2009 a 2015, permanecendo em geral, abaixo do valor alocado pelo OGE.

Tabela 26: OGE Alocado vs OGE Executado pelo Sector Agrário entre 2009 e 2015

Anos	OGE Alocado ao Sector	OGE Executado
2009	54,506,655,620	10,343,479,236
2010	39,830,405,100	26,447,245,974
2011	40,763,722,055	40,049,142,565
2012	59,389,701,469	32,228,891,357
2013	53,389,701,469	49,261,786,885
2014	42,911,811,692	19,272,431,474
2015	21,775,130,017	18,588,707,259
Total	312,567,127,422	196,191,684,750

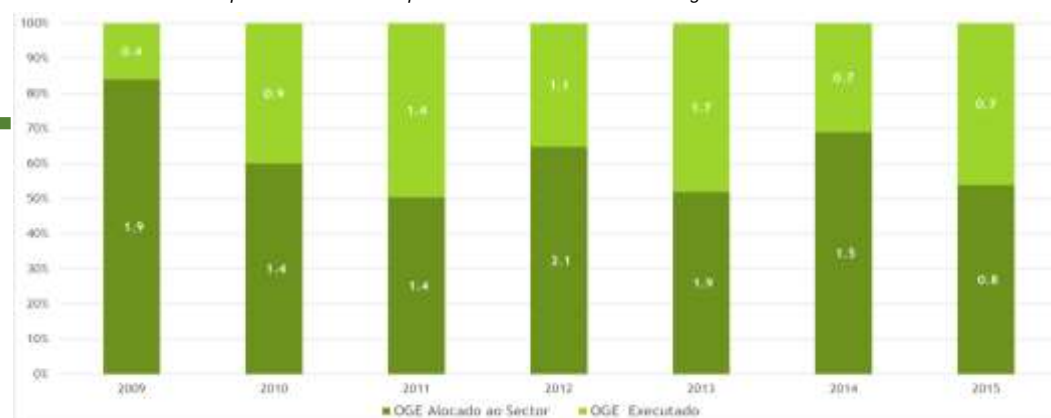
Fonte: MINAGRIF/OGE Aprovado/ "SIGFE"

Gráfico 33: Execução orçamental anual no sector agrário de 2009 a 2015



Fonte: MINAGRIF/OGE Aprovado/ "SIGFE"

Gráfico 34: Estrutura percentual anual comparativa entre o OGE alocado a Agricultura e o OGE executado de 2009 à 2015.



Fonte: MINAGRIF/OGE Aprovado/ "SIGFE"





2.5

Síntese dos Principais Desafios Estratégicos

Síntese dos Principais Desafios Que o Sector Agrário Enfrenta

Sub Sector Agrícola	Sub Sector Pecuário	Sub Sector Florestal
❑ Segurança jurídica sobre a terra (direito fundiário). ❑ Gestão sustentável dos solos. ❑ Fornecimento e produção local de insumos agrícolas. ❑ Gestão dos recursos hídricos e sistemas de irrigação. ❑ Mecanização/modernização dos processos de produção agrícola. ❑ Aumento da produção e produtividade agrícola. ❑ Sanidade vegetal e inocuidade agroalimentar. ❑ Expansão dos sistemas de armazenamento e conservação da produção agrícola. ❑ Processamento e transformação de produtos agrícolas. ❑ Acesso aos mercados de produtos agrícolas.	❑ Segurança jurídica sobre as zonas de pastagem (direito fundiário). ❑ Fornecimento e produção local de insumos pecuários (para nutrição, saúde, sanidade e reprodução). ❑ Fornecimento de água às zonas de produção pecuária. ❑ Modernização do sistema de produção pecuária. ❑ Aumento da produção e produtividade pecuária. ❑ Cobertura veterinária, inspecção e sanidade animal. ❑ Optimização das infraestruturas de conservação. ❑ Fomento do desenvolvimento da indústria de transformação dos produtos pecuários. ❑ Acesso aos mercados de produtos pecuários.	❑ Fornecimento e produção de insumos. ❑ Reflorestamento e/ou exploração florestal sustentável. ❑ Inspeção e controlo das zonas de exploração florestal. ❑ Modernização dos processos e tecnologias de exploração. ❑ Nível de produção e produtividade dos produtos madeireiros. ❑ Fomento da produção dos produtos florestais não madeireiros. ❑ Transformação da madeira em produtos de mais-valia. ❑ Certificação dos produtos florestais madeireiros e não madeireiros. ❑ Acesso aos mercados de produtos florestais madeireiros e não madeireiros.
Desafios Transversais		
❑ Satisfação das necessidades alimentares da população angolana ❑ Aumento da participação do sector no produto interno bruto do país ❑ Atracção, motivação, remuneração, desenvolvimento de competências, gestão da carreira e retenção dos quadros do Sector ❑ Desenvolvimento da infra-estrutura de suporte ao sector (energia, água, vias de acesso e telecomunicações). ❑ Financiamento dos projectos agrários e gestão de riscos associados às actividades do sector. ❑ Investigação agrária. ❑ Senso agrário e estatística do sector ❑ Cooperativismo e associativismo. ❑ Reforço da comunicação intersectorial. ❑ Desenvolvimento institucional ❑ Sanidade vegetal, animal e ambiental		



3

PDN 2018 – 2022:
Quadro Macroeconómico e
Eixos e Políticas de Desenvolvimento Prioritárias

Quadro Macroeconómico de Base para 2018 - 2022

O Ministério da Economia e Planeamento (MEP) estabeleceu, no PDN 2018-2022, o seguinte quadro macroeconómico:

Tabela 27: Quadro Macroeconómico de Base para 2018 – 2022

Indicadores	Unidade	Preliminar	Projeções					
		2017	2018	2019	2020	2021	2022	Média 2018-2022
PIB (Valor nominal)	Mil Milhões AKZ	16.445,9	23.274,5	29.220,6	33.784,0	37.784,0	42.191,4	33.228,9
Taxa de Crescimento Real	%	-2,1	2,3	3,5	2,4	2,6	4,1	3,0
Sector de Petróleo e Gás	%	0,8	2,0	1,7	-3,1	-5,7	-4,9	-2,0
Sector Petrolífero	%	-5,2	0,8	0,6	-3,6	-2,5	-4,5	-1,8
Sector do Gás	%	461,4	18,5	14,0	1,8	-36,0	-10,8	-2,5
Sector Não Petrolífero	%	-4,7	2,4	4,4	5,0	6,2	7,5	5,1

De acordo com as projeções, o PIB deverá crescer, entre 2018 e 2022, em termos reais, a uma taxa média de 3,0%, com o sector petrolífero incluindo o gás natural a diminuir em média 2,0% e o sector não petrolífero a crescer em média 5,1%.

O cenário revela uma gradual aceleração do crescimento económico, associada à uma aceleração do crescimento do sector não petrolífero e a uma redução da importância do produto petrolífero.

Identificam-se, como principais motores do crescimento, os sectores da agricultura, pescas, indústria transformadora, construção e serviços (incluindo o turismo):

A nível da Agricultura, espera-se que o desempenho nesse período seja o resultado da produção projectada em fileiras directamente ligadas à dieta alimentar das populações: cereais (com uma produção média anual de 4.090.600 toneladas); tubérculos e raízes (com uma produção média anual de 13.642.262 toneladas); leguminosas e oleaginosas (com uma produção média anual de 1.004.172 toneladas); e frutas (com uma produção média anual de 6.893.800 toneladas).

Segundo o PDN, o sector da agricultura deverá registar em média, entre 2018 e 2022, uma taxa de crescimento real de 8,9%, com destaque para os dois últimos anos deste ciclo.

Eixo e Políticas de Desenvolvimento Prioritárias para 2018 - 2022

O PDN é sustentado por objectivos nacionais enquadrados na Estratégia de Longo Prazo (ELP) Angola 2025, os quais encontram-se agrupados em torno de 6 eixos estratégicos que explicitam as prioridades gerais do Executivo relacionadas com as grandes áreas do desenvolvimento do país. Cada um destes eixos subdivide-se em políticas estratégicas – num total de 25, o conjunto de temas que serão assumidos pelo Executivo para alcançar os objectivos nacionais, no período 2018 – 2022.

Eixo de Desenvolvimento	Políticas de Desenvolvimento Prioritárias
Eixo 1: Desenvolvimento Humano e Bem-Estar	1. Política da População 2. Política de Educação e Ensino Superior 3. Política de Desenvolvimento dos Recursos Humanos 4. Política de Saúde 5. Política de Assistência e Protecção Social 6. Política de Habitação 7. Política de Cultura 8. Política de Desporto
Eixo 2: Desenvolvimento Económico Sustentável, Diversificado e Inclusivo	9. Política de Sustentabilidade das Finanças Públicas 10. Política de Ambiente de Negócios, Competitividade e Produtividade 11. Política de Fomento da Produção, Substituição de Importações e Diversificação das Exportações 12. Política de Sustentabilidade Ambiental 13. Política de Emprego e Condições de Trabalho
Eixo 3: Infra-estruturas Necessárias ao Desenvolvimento	14. Política de Transportes e Logística 15. Política de Energia Eléctrica 16. Política de Água e Saneamento 17. Política de Comunicações
Eixo 4: Consolidação da Paz, Reforço do Estado Democrático e de Direito, Boa Governação, Reforma do Estado e Descentralização	18. Política de Reforço das Bases da Democracia e da Sociedade Civil 19. Política de Boa Governação, Reforma do Estado e Modernização da Administração Pública 20. Política de Descentralização e Reforço do Poder Local
Eixo 5: Desenvolvimento Harmonioso do Território	21. Política de Desenvolvimento Territorial 22. Política de Ordenamento do Território e Urbanismo
Eixo 6: Garantia da Estabilidade e Integridade Territorial de Angola e Reforço do seu papel no contexto Internacional e Regional	23. Política de Defesa Nacional 24. Política de Segurança Nacional e dos Cidadãos 25. Política de Reforço do papel de Angola no contexto Internacional e Regional





4

. Política Orientadora para o Desenvolvimento do Sector





4.1

**Missão do
MINAGRIF**

Missão do MINAGRIF

1 Formular

- Traçar políticas agrícolas, pecuárias e florestais
- Desenvolver estratégias para a implementação das políticas do Sector Agrário
- Conceber programas de acção e projectos para o Sector Agrário
- Emitir marcos regulatórios necessários para o bom funcionamento do Sector Agrário

2 Conduzir

- Acompanhar o cumprimento e implementação das políticas, estratégia, programas e projectos do Sector Agrário
- Executar selectivamente projectos relevantes para o Sector, em que produtores ou empresários não tenham interesse de realizar ou não tenham capacidade técnico-financeira para realizar
- Fomentar o desenvolvimento de indústrias a montante e a jusante da produção agrícola
- Promover a estruturação dos mercados e o eficiente escoamento dos produtos
- Coordenar políticas e criar sinergias com outros sectores para o Desenvolvimento do Sector Agrário

Formular, conduzir e supervisionar as políticas, programas e projectos agropecuários e florestais com vista ao desenvolvimento de um sector capaz de garantir a segurança alimentar e contribuir para o desenvolvimento sócio-económico do país

3 Supervisionar

- Controlar a implementação da política nacional no domínio da agricultura, pecuária e florestas
- Monitorar e controlar a execução dos programas e projectos ligados e relacionados com o Sector
- Fiscalizar a produção agrícola
- Acompanhar o processo de aprovisionamento, tratamento, processamento e comercialização dos produtos agropecuários e florestais
- Acompanhar a implementação de políticas transversais à outros sectores



4.2

**Visão para os
Próximos 10 anos**

Visão

Ser uma instituição eficiente, competente e preponderante, capaz de tornar o sector agrário produtivo, competitivo e desenvolvido, com vista ao alcance da segurança alimentar, e contribuir significativamente para crescimento económico e desenvolvimento social do país.

PILARES DA VISÃO

Ser uma instituição eficiente, competente e preponderante,

Eficiente

- Dinamismo/rapidez no exercício das suas atribuições
- Proactividade na identificação e implementação de acções para melhorar o desempenho do Sector
- Coordenação exitosa de políticas e acções com outros órgãos governamentais em prol do desenvolvimento do Sector Agrário
- Ter uma estrutura orgânica ágil, sem duplicação de atribuições e sem burocracia no exercício das suas atribuições
- Criar um modelo de comunicação regular e directa entre gestores e técnicos, entre os técnicos, com os parceiros externos e grupos de interesse

Competente

- Instituição dotada de capacidade técnica e científica
- Instituição com quadros suficientes
- Execução dos programas, projectos e actividades definidos nos prazos, limites orçamentais e padrões de qualidade expectáveis
- Realização em pleno das suas atribuições

Preponderante

- Contribuição elevada no crescimento económico do país.
- Impulsionador do desenvolvimento rural do país
- Garante da auto-suficiência e segurança alimentar

Tornar o sector agrário produtivo, competitivo e desenvolvido

Produtivo

- Aumento significativo da produção agrária no país
- Ser um Sector diferenciado e com relevância no crescimento do produto interno bruto do país

Competitivo

- Acesso seguro à terra
- Amplo e regular acesso aos insumos e equipamentos, a custos concorrenciais e compensatórios
- Baixos custos de produção, comparáveis aos dos países da região da SADC
- Disponibilidade de recursos financeiros
- Acesso à assistência técnica de qualidade e diferenciada
- Aumento das exportações
- Escoamento dos produtos ao mercado

Desenvolvido

- Adopção de sistemas de produção agrícola modernizados
- Desenvolvimento da Agro-Indústria ao longo de toda a cadeia produtiva
- Apoio adequado, com infra-estruturas de suporte (Energia, Água e Transporte)

Alcançar a segurança alimentar e contribuir significativamente para crescimento económico e desenvolvimento social do país.

Segurança Alimentar

- Alcance da auto-suficiência alimentar nos principais produtos agrícolas da cesta básica, na produção de frangos e ovos, e na produção de carne suína e de pequenos ruminantes
- Participar da constituição da reserva alimentar do país
- Alcance de segurança nutricional
- Biossegurança e segurança biológica

Desenvolvimento Económico

- Aumento da participação do Sector Agrário no PIB
- Suporte da diversificação da economia
- Eliminação do défice da balança comercial agrícola
- Geração de emprego e desenvolvimento dos quadros nacionais
- Desenvolvimento do Sector Agrário Familiar e Empresarial

Desenvolvimento Social

- Redução da fome
- Redução da extrema pobreza
- Aumento do rendimento das famílias rurais
- Desenvolvimento das comunidades rurais (estabilidade social e económica/renda)



4.3

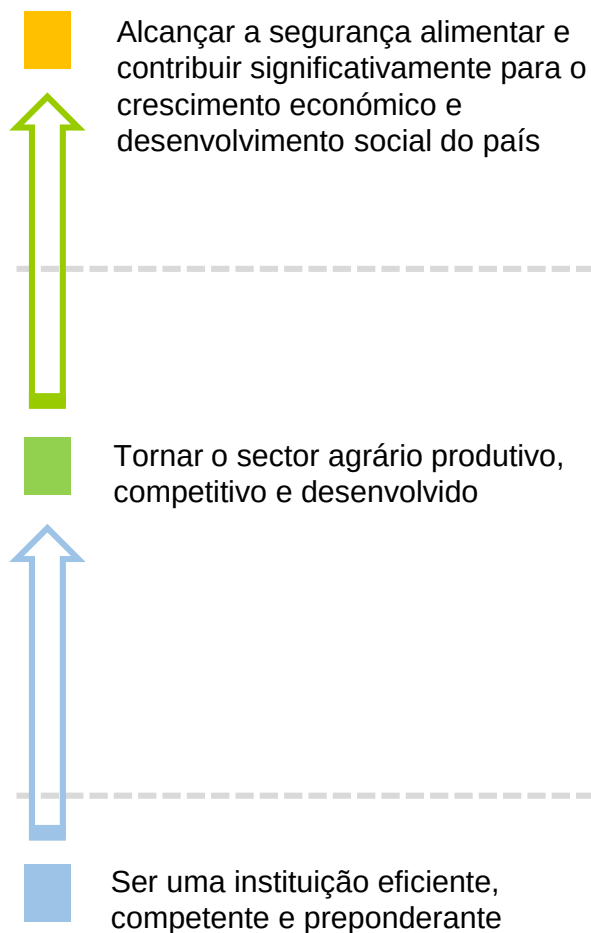
Objetivos Estratégicos



Objectivos Estratégicos

Os Objectivos Estratégicos foram definidos, com base na visão, para gerar os resultados esperados para o Sector.

Pilares da Visão



Objectivo Estratégico

- Satisfazer as necessidades alimentares da população
- Aumentar o contributo do sector agrícola para o crescimento e diversificação da economia nacional
- Satisfazer as necessidades dos produtores
- Expandir a produção agrária para satisfação das necessidades do país e para a exportação
- Apoiar o desenvolvimento sustentável da agricultura familiar e empresarial
- Melhorar a capacidade e infraestrutura produtiva do Sector Agrário
- Garantir recursos financeiros para o desenvolvimento das actividades do Sector
- Promover a gestão do risco visando a protecção das actividades agropecuárias e florestais
- Atrair, reter, valorizar os quadros do Sector e desenvolver competências técnico-produtivas
- Melhorar o modelo de gestão interno e coordenação intra e intersectorial
- Modernizar os sistemas e tecnologias de informação

Resultados Esperados

- Satisfação das expectativas da População, Executivo e Produtores
- Desenvolvimento do sistema de produção e comercialização agro-pecuária e florestal, assim como das infra-estruturas de apoio ao Sector
- Disponibilidade de recursos financeiro e seguro agrário
- Reforço da capacidade institucional

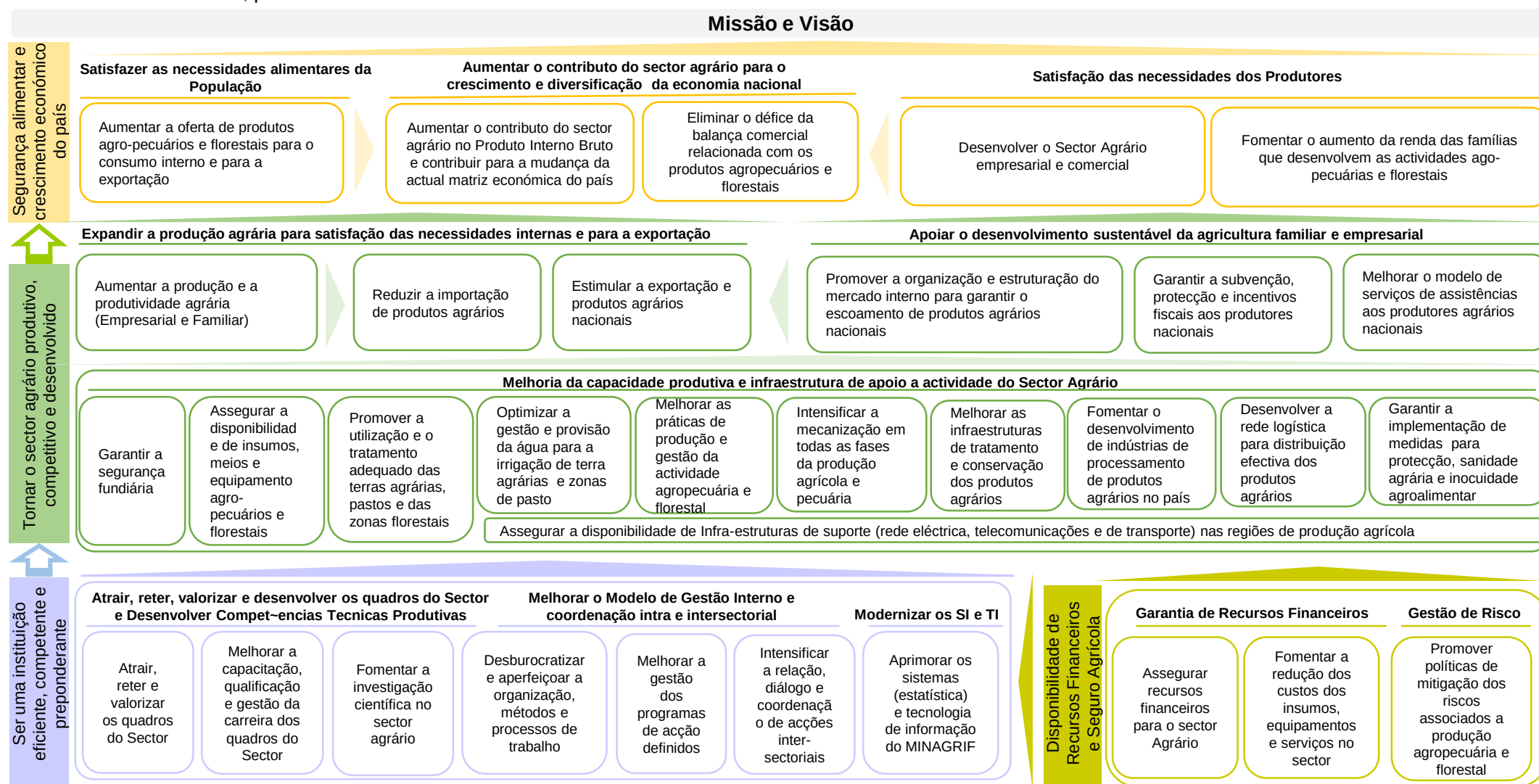


4.4

Objetivos Específicos

Objectivos Específicos

Os objectivos Específicos associados a cada Objectivo Estratégico, são detalhados e apresentados no Mapa Estratégico abaixo, pormenorizando a **relação de causa-efeito** entre eles, para o alcance da missão e visão do MINAGRIF.





4.5

**Principais
Indicadores e Metas**

Produção Agrícola

Indicador Chave de Desempenho	Unidade	Valor Base	Meta				
		2017	2018	2019	2020	2021	2022
Produção de Cereais	Tons	2.507.637	3.162.727	3.570.164	4.030.551	4.550.807	5.138.749
Produção de Raízes e Tubérculos	Tons	10.805.419	11.488.100	12.429.469	13.495.220	14.707.159	16.091.364
Produção de Leguminosas e Oleaginosas	Tons	567.372	807.449	895.408	993.164	1.101.901	1.222.890
Produção de Hortícolas	Tons	1.914,072	1.937.852	2.001.269	2.066.855	2.134,688	2.204.849
Produção de Frutas	Tons	5.152.940	5.962.619	6.393.314	6.857.466	7.357.901	7.897.703
Produção de Café	Tons	6.942	8.100	8.350	8.600	8.850	9.100
Produção de Cana de Açúcar	Tons	509.000	585.350	673.152	774.125	890.244	1.023.180
Área Média de Cultivo por Família	ha	1,5	2	2,5	3	3,5	4
Grau de Disponibilidade de Fertilizantes	%	10	15	20	40	60	80
Grau de Disponibilidade de Sementes	%	10	15	20	25	30	40
Grau de Disponibilidade de Instrumentos de Trabalho / Equipamentos	%	10	15	20	40	60	80
Escolas de Campos dos Agricultores - ECAs	N.º	2.040	2.244	2.468	2.714	2.985	3.282
Campos de Demonstração	N.º	1.485	1.559	1.636	1.771	1.859	2.000
Estações de Desenvolvimento Agrário - EDAs	N.º	131	35	25	25	25	21

Produção Pecuária

Indicador Chave de Desempenho	Unidade	Valor Base	Meta				
		2017	2018	2019	2020	2021	2022
Produção de Carne	Tons	287.976	302.320	335.284	353.825	400.074	439.222
Produção de Ovos	N.º	563.773.350	767.000.000	767.000.000	1.067.970.800	1.260.205.544	1.487.042.542
Produção de Leite	Litros	3.872.000	5.200.000	6.972.000	9.228.000	10.229.200	11.673.500
Prevalência das Principais Doenças Animais	%	15	13	11	9	7	5
Mortalidade Animal	%	12	10	8	6	4	2

Exploração e Gestão Sustentável de Recursos Florestais

Indicador Chave de Desempenho	Unidade	Valor Base		Meta			
		2017	2018	2019	2020	2021	2022
Produção de Madeira em Toro	m³	170.315	251.643	275.323	301.230	329.576	360.589
Produção de Madeira Serrada	m³	102.189	150.986	165.194	180.738	197.746	216.353
Exportação de Madeira Serrada	m³	60.000	90.595	99.116	108.443	118.648	129.812
Produção de Mudras de Plantas	N.º	1.720.000	2.800.000	4.500.000	5.600.000	6.700.000	8.400.000
Áreas Florestais a Plantar	ha	650	2.500	4.000	5.000	6.000	7.500
Zoneamento e Licitação das Áreas a Concessionar	Unidade /Ano	-	5	12	12	8	6
Produção de Mel	Tons	11.829	36.275	41.716	47.974	55.170	63.446
Produção de Cera	Kg	N.D.	37.919	42.666	45.063	49.510	70.194

Segurança Alimentar e Nutricional

Indicador Chave de Desempenho	Unidade	Valor Base	Meta				
		2017	2018	2019	2020	2021	2022
Implantação do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional	%	-	10	25	45	79	100
Instalação da Rede Agro-meteorológica	%	1	16	37	68	87	100
Quantidade pré definida da média trimestral das importações de bens alimentares básicos	Milhares Tons	-	73,7	77,4	81,25	78,0	75,0





4.6

**Estratégia Geral de
Actuação e Factores
Críticos de Sucesso**

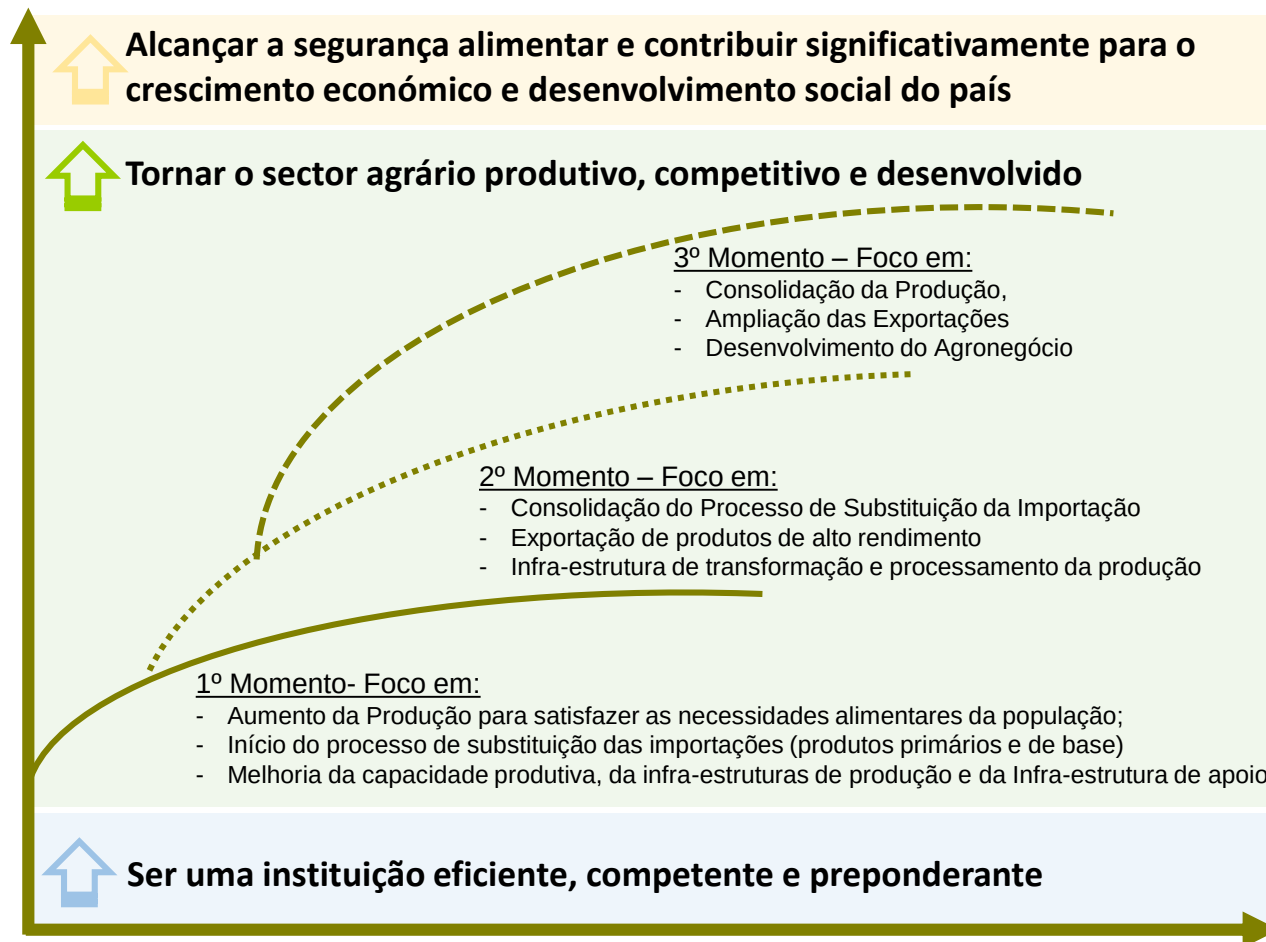
Estratégia Geral de Actuação

A realização da missão, visão, objectivos e metas definidas tem subjacente o cumprimento dos princípios gerais de actuação os quais definem as culturas alvo de produção no país, as regiões do país onde serão concentradas as actividades agrárias, os agentes produtores intervenientes em cada segmento do sector, o grau de intensidade das operações agrárias no país e, por último, os mecanismos de financiamento das actividades.



Fases de Actuação

A realização da missão, visão, objectivos e metas definidas requer também a implementação sequencial das ações planificadas. **Tornar o MINAGRIF numa instituição eficiente, competente e preponderante**, constitui a acção de base. Após lançamento deste alicerce, estará o MINAGRIF em melhor posição para garantir a implementação de políticas e acções com vista **tornar o sector agrário produtivo, competitivo e desenvolvido**, sendo que este desiderato deverá ser realizado em três momentos, com focos diferentes, conforme ilustra a figura abaixo. Com o desenvolvimento da instituição e do sector, estarão criadas as condições necessárias para o **alcance da segurança alimentar e o aumento significativo da participação do sector agrário no crescimento sócio-económico do país**.



Factores Críticos de Sucesso

O sucesso da implementação deste Plano de Médio Prazo e a mudança do actual contexto do Sector Agrário para que possa ter competitividade e sustentabilidade, passa indubitavelmente pela remoção dos constrangimentos que vêm enfermando a actividade agropecuária e florestal do país e que se estendem aos vários domínios, nomeadamente nos domínios dos recursos humanos, materiais e financeiros. Abaixo, faz-se uma descrição dos principais constrangimentos, mas que não se limitam aos que aqui são descritos.

1

Recursos Humanos:
Atracção e Ingresso de Novos Quadros; Incentivo e Retenção; Gestão de Carreira

O Sector tem um défice de mão-de-obra especializada à todos os níveis. **É urgente que se proceda a um ingresso de quadros técnicos**, quer para o apoio na formulação e implementação de políticas, como para o apoio ao sector produtivo, particularmente ao sector familiar; é igualmente necessário a definição de um modelo de desenvolvimento de competências para os quadros. É também **urgente que se proceda a aprovação das carreiras específicas do Sector Agrário e se implementem os diversos subsídios** ao Sector, como instrumentos de atracção, retenção, e de motivação dos quadros.

2

Recursos Financeiros:
Redefinição do Modelo de Orçamentação e de Financiamento para o Sector

É imperioso que se reveja o volume orçamental do OGE destinado ao financiamento de projectos de investimento público (PIP) e das despesas de apoio ao desenvolvimento (DAD) alocadas ao Ministério da Agricultura e Florestas. Não se compreende que a Agricultura como actividade prioritária do Estado tenha alocações orçamentais inferiores a 1% do volume orçamental do Estado. Por outro lado e no âmbito do crédito à economia, o volume financeiro destinado ao crédito à actividade agropecuária e florestal não poderá se manter nos actuais níveis; terá que crescer substancialmente para que aumente o investimento privado no Sector. **É imperiosa a existência de uma instituição financeira efectiva dedicada ao Sector Agrário** (como a transformação do FADA em Banco de Desenvolvimento Agrário).

3

Produção de Sementes, Estacas e Mudas no País

É necessário que o país passe muito rapidamente a ser **autosuficiente na produção sementes de qualidade**, particularmente das culturas primárias e deixe de depender da importação. **O mesmo deve ocorrer com a produção de estacas e/ou mudas de mandioca e de batata-doce.** Paulatinamente, o país deverá estender a produção de sementes e mudas à outras culturas, com destaque para às fruteiras e árvores para a produção silvícola.

4

Produção de Fertilizantes e Pesticidas

O país dispõe de condições para produzir fertilizantes; portanto, **é imperioso que o país faça uso destes recursos e passe a produzir os fertilizantes que necessita.** Sendo que esse processo deverá ocorrer no médio prazo, e com vista a manter os preços baixos e ter-se fertilizantes que vão ao encontro das necessidades dos produtores, numa primeira fase deve-se apostar em fabricas de *blend*. A par dos fertilizantes químicos, **é necessário que se aumente a produção e o consumo (utilização) dos adubos verdes no país.** Por outro lado, **é igualmente imperioso a produção de pesticidas e fungicidas**, para fazer face as necessidades destes produtos no campo.

Factores Críticos de Sucesso

5 Correção dos Solos

Os solos das actuais zonas de maior produção agrícola – planalto central – caracterizam-se pelo excessivo nível de acidez. A busca do aumento da produção, da produtividade e competitividade desta região passa pela correção dos solos com calcário dolomítico. Por um lado, **é necessário aumentar a capacidade de produção e de distribuição de calcário** às zonas produtivas, por outro lado, **é necessário haver maior intervenção do Estado (subsídios) no apoio a correção dos solos para que este investimento a montante, gere fluxos financeiros para o Estado a jusante.**

6 Montagem de Tractores e Equipamentos e Produção de Utensílios Agrícolas

Será muito difícil reverter os actuais custos de produção sem que se dê início a montagem e/ou produção no país dos equipamentos e utensílios necessários para o desenvolvimento da actividade agrícola e florestal. **É necessário que se instalem no país linhas de montagem de tractores, alfaías agrícolas, sistemas de bombagem e de irrigação.** A existencia destas unidades de montagem no país permitirá melhor assistência pós venda e melhorar a oferta de acessórios e sobressalentes. É igualmente **necessário que se implantem indústrias para a produção dos diferentes utensílios necessários à produção agrícola, tais como charruas, enxadas, catanas, limas, etc.**

7 Subsídios aos Combustíveis

É necessário que se reveja a actual legislação sobre os subsídios aos combustíveis para tornar sustentável a produção no Sector Agrário. A actual legislação penaliza o produtor, ao considerar que ele tem recursos financeiros suficientes para suportar a actividade e depois assumir o crédito fiscal como um ganho financeiro resultante da compra dos combustíveis aos actuais preços. Na realidade a principal dificuldade dos produtores é dispor de recursos financeiros para adquirirem os combustíveis de que necessitam para produzir.

8 Infraestruturas e Serviços Rurais

As condições precárias e/ou a falta de infraestruturas rurais têm condicionado a produção e competitividade da agricultura no país. Portanto, **é necessário que se implementem medidas transversais para que se construam e melhorem as estradas e vias rurais; para que se estenda a rede eléctrica às principais zonas produtivas; para que se criem condições de acesso à água quer para a produção como para o consumo humano, e que se implementem e melhorem os serviços sociais nas comunidades rurais.**

9 Seguro Agrícola

Por fim e não menos importante, **é imperiosa a implementação do seguro agrícola, como instrumento para proteger os produtores e as instituições financeiras diante das actuais adversidades climáticas e as queimadas que ocorrem frequentemente no país.** O seguro agrícola deverá beneficiar não apenas o sector empresarial com pacotes multi-risco, mas também as comunidades camponesas, com pacotes que protejam a sua produção (índice climático) e comercialização dos produtos (protecção as colheitas), **com o apoio do estado no subsídio o seguro e na implementação de política de preços mínimos.**





5

Plano de Execução da Política Orientadora do Sector

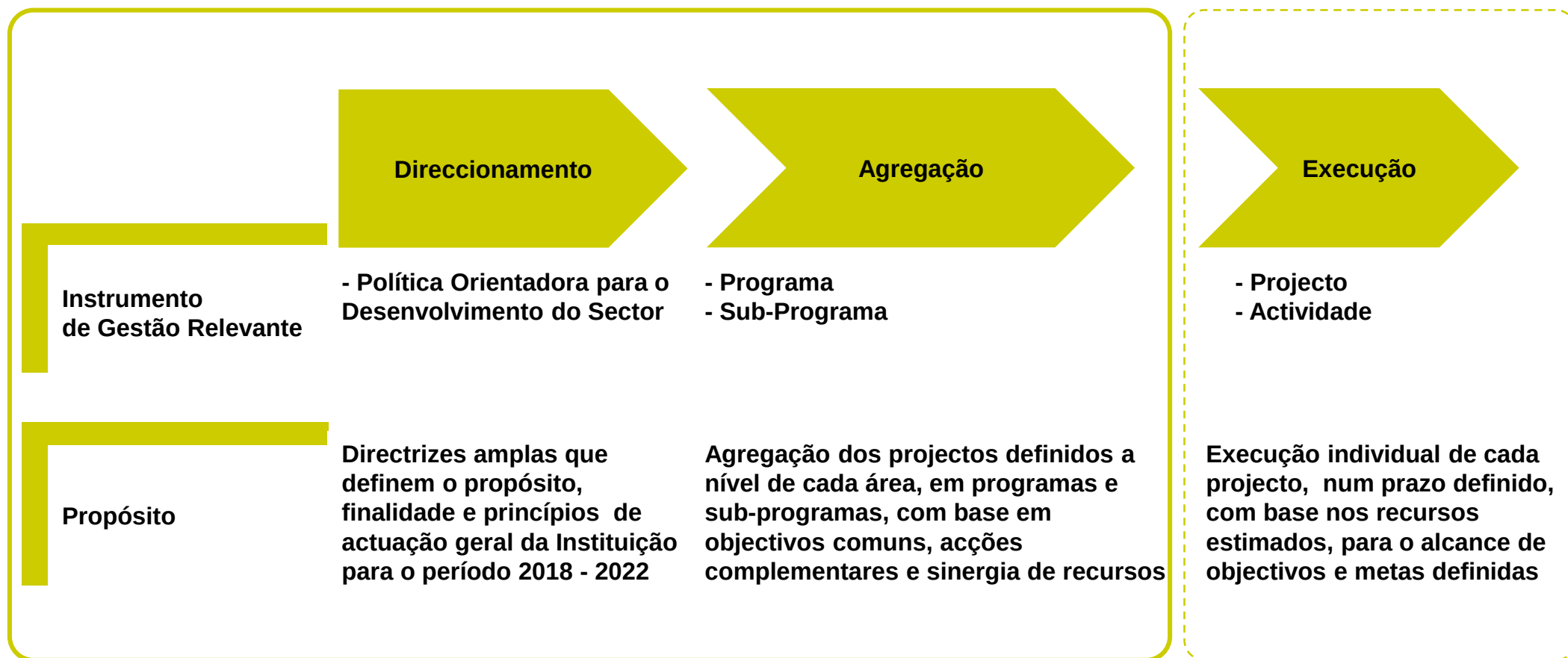


5.1

**Programas e
Sub-Programas**

Metodologia para a definição dos Programas e Sub-Programas Incorporados no PDMPSA 2018-2022

Os Programas/Sub-Programas para implementação da Política Orientadora do Sector Agrário, foram definidos, por via da agregação dos projectos identificados em cada área, tendo em conta, objectivos comuns, actividades complementares e a possibilidade de partilha de recursos, conforme ilustra o diagrama abaixo. A execução dos Programas/Sub-Programas serão implementados por intermédio de projectos e actividades.



Benefícios, riscos e acções de mitigação devido a adopção desta metodologia

A adopção da metodologia de agregação dos Programas com objectivos e propósitos semelhantes, criando Programas Âncoras, desdobrando em Sub-Programas (e eventualmente em Projectos), trará benefícios significativos ao MINAGRIF. No entanto, acarreta alguns riscos que terão de ser continuamente geridos e monitorizados.

Benefícios	Riscos	Acções de Mitigação
❑ Melhor Integração ao Plano de Desenvolvimento Nacional (PDN); ❑ Maior probabilidade de todos os programas e respectivos projectos serem orçamentados; ❑ Maior foco e responsabilização na execução dos programas; ❑ Maior coordenação dos recursos materiais, humanos e financeiros engajados nos programas; ❑ Maior facilidade de acompanhamento e monitorização.	❑ Alguns Institutos e órgãos tutelados deixarão de ser responsáveis por determinados programas, o que encerra alguns desafios de aceitação; ❑ A sub-alocação de recursos aos projectos, inicialmente atribuídos à um único programa, requer maior coordenação e gestão financeira dos Programas (GEPE), de execução (institutos) e controlo (direcções).	❑ Intervenção da Direcção do Ministério na definição clara de responsabilidade de execução dos Subprogramas e Projectos, bem como de alocação de recursos materiais, humanos e financeiros; ❑ Atribuição clara de responsabilidade de execução e acompanhamento ao nível dos órgãos de direcção e de execução – Direcções e Institutos; ❑ Forte intervenção do GEPE, como órgão de coordenação de execução das políticas do Sector, na alocação dos recursos financeiros aos Sub-programas e Projectos; ❑ Efectivação do PMO para apoio a gestão dos programas e projectos.



5.1.1 Identificação dos Programas e Sub-Programas

Programas e Sub-Programas

Programa	Sub-Programa
1 Programa de Fomento da Produção Agrícola	1.1 Sub-Programa de Apoio à Agricultura Familiar 1.2 Sub-Programa de Produção de Culturas Industriais e de Rendimento 1.3 Sub-Programa de Fomento à Actividade Agrícola
2 Programa de Fomento da Produção Pecuária	2.1 Sub-Programa de Fomento da Produção Pecuária 2.2 Sub-Programa de Prevenção, Controlo e Erradicação de Doenças Animais
3 Programa de Fomento da Exploração e Gestão Sustentável de Recursos Florestais	3.1 Sub-Programa de Exploração e Gestão dos Recursos Florestais 3.2 Sub-Programa de Fomento e Modernização da Apicultura Tradicional
4 Programa de Melhoria da Segurança Alimentar e Nutricional	4.1 Sub-Programa de Monitoria da Segurança Alimentar e Nutricional 4.2 Sub-Programa de Sistema de Alerta rápido 4.3 Sub-Programa de Reserva Estratégica Alimentar
5 Programa de Reforço Estratégico da Actividade Agrária	5.1 Sub-Programa de Investigação Agrária e Desenvolvimento Tecnológico 5.2 Sub-Programa de Gestão Fundiária de Terras Agrárias 5.3 Sub-Programa Nacional de Estatística Agrária: Criação do Sistema Nacional Integrado das Estatísticas Agrárias 5.4 Sub-Programa de Reforço estratégico e operacional do MINAGRIF



5.1.2 Objectivos e Programas/Sub-Programas

Programas/Sub-Programas para o Alcance dos Objectivos

Os Programas/ Sub-Programas foram definidos com vista a realizar os objectivos estratégicos e específicos, previamente definidos, em conformidade com a estratégia geral de actuação gizada.

Os Programas/Sub-Programas indicados nos quadros abaixo visam, fundamentalmente, o desenvolvimento do sistema de produção e de comercialização agrária, bem como das infraestruturas de apoio ao Sector Agrário, para a satisfação das necessidades da população (consumidores), produtores agrários e do governo.

Objectivo Estratégico	Objectivo Específico	Programa/Sub-Programa
Expandir a produção agro-pecuária e florestal para satisfação das necessidades do país e para a exportação	Aumentar a produtividade e a produção das explorações agrícolas familiares e empresariais	Sub-Programa de Apoio à Agricultura Familiar Sub-Programa de Produção de Culturas Industriais e de Rendimento Sub-Programa de Fomento da Produção Pecuária Sub-Programa de Prevenção, Controlo e Erradicação de Doenças Animais Sub-Programa de Exploração e Gestão dos Recursos Florestais Sub-Programa de Fomento e Modernização da Apicultura Tradicional Sub-Programa de Monitoria da Segurança Alimentar e Nutricional Sub-Programa de Sistema de Alerta Rápido
	Reduzir a importação de produtos agropecuários	
	Estimular a exportação de produtos agropecuários e florestais	
Apoiar o desenvolvimento sustentável da agricultura familiar e empresarial	Melhorar o modelo de serviços de assistências aos produtores agrários nacionais	Sub-Programa de Apoio à Agricultura Familiar Sub-Programa de Produção de Culturas Industriais e de Rendimento Sub-Programa de Fomento à Actividade Agrícola Sub-Programa de Monitoria da Segurança Alimentar e Nutricional Sub-Programa de Criação e Gestão da Reserva Estratégica Alimentar Sub-Programa de Sistema de Alerta Rápido
	Promover a organização e estruturação do mercado interno para garantir o escoamento de produtos agrários nacionais	
	Garantir a subvenção, protecção e incentivos fiscais aos produtores nacionais	

Programas/Sub-Programas para o Alcance dos Objectivos

Objectivo Estratégico	Objectivo Específico	Programa/Sub-Programa
Melhor a capacidade e infraestrutura produtiva do Sector Agrário	Garantir a segurança fundiária	Sub-Programa de Gestão Fundiária de Terras Agrárias Sub-Programa de Apoio à Agricultura Familiar Sub-Programa de Produção de Culturas Industriais e de Rendimento Sub-Programa de Fomento à Actividade Agrícola Sub-Programa de Fomento da Produção Pecuária Sub-Programa de Prevenção, Controlo e Erradicação de Doenças Animais Sub-Programa de Exploração e Gestão dos Recursos Florestais Sub-Programa de Fomento e Modernização da Apicultura Tradicional Sub-Programa de Investigação Agrária e Desenvolvimento Tecnológico Sub-Programa de Sistema de Alerta rápido
	Assegurar a disponibilidade de insumos e equipamento agrários	
	Promover a utilização e o tratamento adequada das terras agrárias, pastos, e das zonas florestais	
	Optimizar a gestão e provisão da água para a irrigação de terra agrárias e zonas de pasto	
	Melhorar as práticas de produção e gestão da actividade agropecuária a florestal	
	Intensificar a mecanização em todas as fases da produção agrícola e pecuária	
	Melhorar as infraestruturas de conservação e dos produtos agrícolas	
	Fomentar o desenvolvimento de indústrias de processamento de produtos	
	Desenvolver a rede logística para distribuição efectiva dos produtos	
	Garantir a implementação de medidas para protecção, sanidade e inocuidade agroalimentar	
	Assegurar a disponibilidade de Infra-estruturas de suporte – rede eléctrica, telecomunicações e de transporte, etc – nas regiões de produção	

Programas de Acção para o Alcance dos Objectivos

Os Programas/Sub-Programas nesta secção, têm como Objectivo, a garantia da disponibilidade de recursos financeiro e da cobertura do risco para o exercício das actividades agropecuárias e florestais do país.

Objectivo Estratégico	Objectivo Específico	Programa/Sub-Programa
Garantir Recursos Financeiros para o Desenvolvimento das Actividades do Sector	Assegurar recursos financeiros para as acções de fomento e de financiamento ao Sector Agrário	Sub-Programa de Fomento à Actividade Agrícola
	Promover a redução dos custos dos insumos, meios e equipamentos agrícolas	
Promover a Gestão do Risco Visando a Protecção das Actividades Agropecuárias e Florestais	Promover políticas de mitigação do risco associado à produção agrícola	Sub-Programa de Fomento à Actividade Agrícola

Programas/Sub-Programas para o Alcance dos Objectivos

Com os Programas/Sub- Programas indicados no quadro abaixo, perspectiva-se, de modo global, o reforço da capacidade institucional.

Objectivo Estratégico	Objectivo Específico	Programa/Sub-Programa
Atrair, reter, valorizar e desenvolver os quadros do Sector e desenvolver competências técnicas produtivas	Atrair, reter e valorizar os quadros do Sector	Sub-Programa de Reforço Estratégico e Operacional do MINAGRIF Sub-Programa de Investigação Agrária e Desenvolvimento Tecnológico
	Melhorar a capacitação, qualificação e gestão da carreira dos RH do sector	
	Fomentar a investigação científica no sector agrário e florestal	
Melhorar o modelo de gestão interno e coordenação intra e intersectorial	Aperfeiçoar a organização, métodos e procedimentos	Sub-Programa de Reforço Estratégico e Operacional do MINAGRIF
	Melhorar a gestão dos Programas de Acção e as iniciativas de projectos de suporte aos Programs	
	Intensificar a relação, diálogo e coordenação de acções dentro do sector e com outros sectores	
Modernizar os sistemas e tecnologias de informação	Aprimorar os sistemas e tecnologias de informação do MINAGRIF para dar resposta as necessidades do Sector	Sub-Programa de Reforço Estratégico e Operacional do MINAGRIF Sub-Programa Nacional de Estatísticas Agrárias
	Criar uma base de dados georeferenciada dos produtores e prestadores de serviços do Sector	





5.1.3 Análise de Suficiência dos Programas/Sub-Programas

Análise da Suficiência dos Programas /Sub-Programas

Programa / Sub-Programa	Expandir a produção agrária para satisfação das necessidades do país			Apoiar o desenvolvimento sustentável do sector agrário familiar e empresarial		
	Aumentar a produção e a produtividade e agrícolas familiares e empresariais	Reduzir a importação de produtos agrícolas	Estimular a exportação de produtos agrícolas nacionais	Promover a organização e estruturação do mercado interno	Garantir a subvenção e incentivos fiscais aos produtores nacionais	Melhorar o modelo de serviços de assistência aos produtores
Fomento à Actividade Agrícola	●	●	●	●		●
Produção de Culturas Industriais e de Rendimento	●	●	●	●	●	
Apoio à Agricultura Familiar	●	●	●	●		●
Fomento da Produção Pecuária	●	●	●	●		●
Prevenção, Controlo e Erradicação de Doenças Animais	●		●	●		●
Exploração e Gestão dos Recursos Florestais	●	●	●	●		●
Fomento e Modernização da Apicultura Tradicional	●	●	●	●		●
Monitoria da Segurança Alimentar e Nutricional	●			●		●
Sistema de Alerta Rápido	●					●
Reserva Estratégica Alimentar	●	●		●		

Análise da Suficiência dos Programas /Sub-Programas

Programa / Sub-Programa	Melhorar a Capacidade Produtiva no Sector Agrário									
	Garantir a segurança fundiária	Assegurar disponibilidade de insumos e equipamento agrícola	Promover tratamento e utilização adequada das terras agrícolas	Optimizar a gestão e provisão da água para a irrigação de terras	Melhorar as práticas de gestão das culturas, do efectivo animal e espécies florestais	Intensificar mecanização de todas as fases da produção agrícola	Melhorar infraestruturas de conservação dos produtos agrícolas	Fomentar desenvolvimento de indústrias de processamento de produtos agrícolas	Desenvolver a rede logística p/ distribuição efectiva dos produtos agrícolas	Garantir a implementação de medidas para protecção, sanidade agrícola
Gestão Fundiária / de Terras Agrárias	●									
Apoio à Agricultura Familiar		●	●	●	●	●	●	●	●	
Produção de Culturas Industriais e de Rendimento		●	●	●	●	●	●	●	●	●
Fomento à Actividade Agrícola	●	●				●	●		●	
Fomento da Produção Pecuária		●	●	●	●	●	●	●	●	●
Prevenção, Controlo e Erradicação de Doenças Animais					●					●
Exploração e Gestão dos Recursos Florestais			●		●	●		●	●	
Fomento e Modernização da Apicultura Tradicional		●	●		●		●	●	●	●
Investigação Agrária e Desenvolvimento Tecnológico				●	●	●	●	●		●
Sistema de Alerta rápido				●	●			●	●	

Análise da Suficiência dos Programas /Sub-Programas

Programa / Sub-Programa	Garantir recursos financeiros para o desenvolvimento das actividades		Promover a gestão do risco com vista a protecção das actividades agrárias
	Assegurar recursos financeiros para as acções de fomento e de financiamento ao Sector Agrário	Promover a redução dos custos dos insumos, meios e equipamentos agrícolas	Promover políticas de mitigação do risco associado a produção agrária
Fomento à Actividade Agrícola			

Análise da Suficiência dos Programas /Sub-Programas

Programa/Sub-Programa	Desenvolvimento e Retenção das Competências Técnicas			Melhorar o modelo de gestão interno e coordenação intra e intersectorial			Melhoria dos SI e TI
	Atrair, reter e valorizar os quadros	Melhorar a capacitação, qualificação e gestão da carreira dos quadros do sector	Fomentar a investigação científica no sector agrícola	Desburocratizar e aperfeiçoar a organização, métodos e processos	Melhorar a gestão dos programas de acção definidos	Intensificar a relação, diálogo e coordenação de acções intersectorial	Aprimorar os sistemas e tecnologias de informação
Investigação Agrária e Desenvolvimento Tecnológico			●				
Reforço Estratégico e Operacional do MINAGRIF	●	●		●	●	●	●
13. Sistema Nacional de Estatísticas Agrícolas				●	●		●





5.1.4 Descrição dos Programas

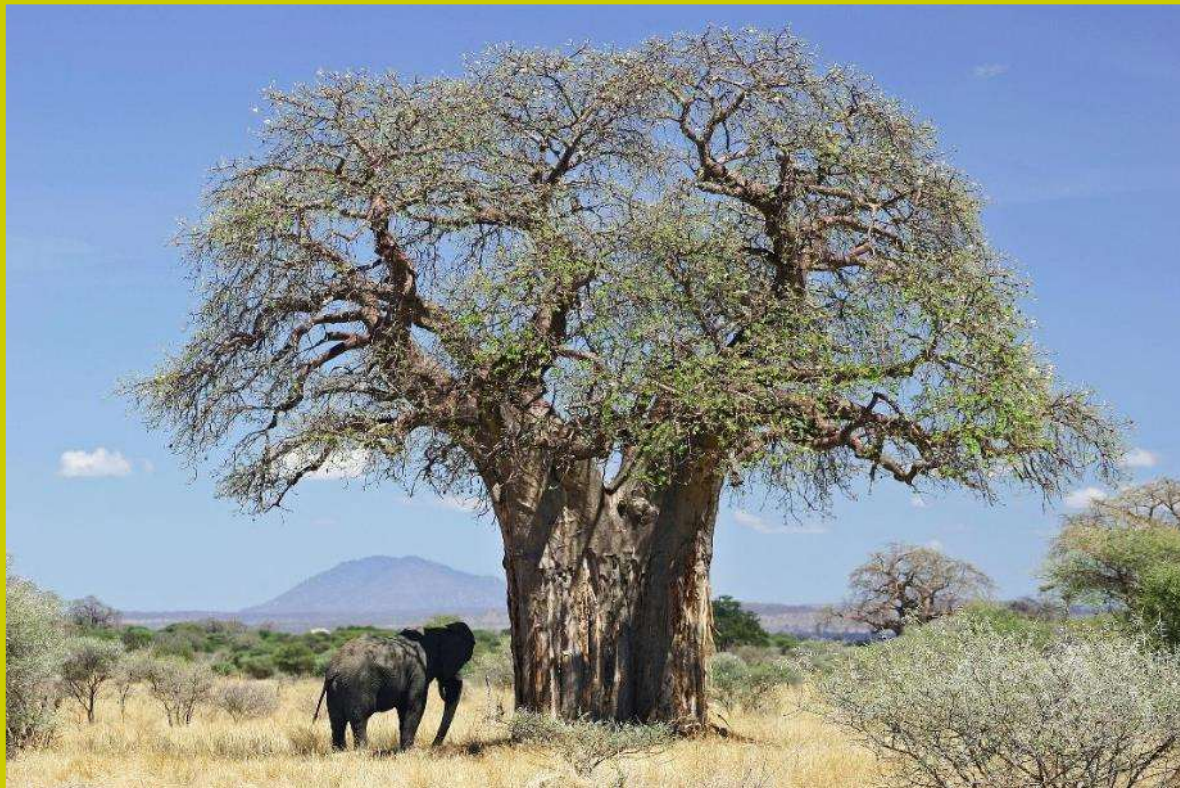
NOME DO PROGRAMA				
1. Programa de Fomento da Produção Agrícola				
Área Responsável		Áreas Executoras		Objectivo Estratégico Relacionado
DNA		IDA, INCER, INCA, SENSE, IIA		
Início	2018	Investimento	N/D	
Fim	2022	Retorno	N/D	- Expandir a produção agrária para satisfação das necessidades do país e para a exportação; - Apoiar o desenvolvimento sustentável da agricultura familiar e empresarial; -Aumentar o contributo do sector agrícola para o crescimento e diversificação da economia nacional
Descrição do Programa				
O programa visa fomentar o aumento da produtividade do Sector Agrário através da promoção da transformação sustentável das produções de subsistência e do incremento progressivo de uma produção orientada para o mercado, visando alcançar a segurança alimentar e o combate à fome e à pobreza, a dinamização da agro-indústria nacional, a redução da dependência produtiva e a diversificação da Economia. A agricultura familiar é a base da agricultura angolana, sendo fundamentalmente desenvolvida por camponeses que praticam, ainda, sistemas de agricultura com utilização de mão-de-obra familiar. A agricultura empresarial, por seu lado, compreende investimentos de média e grande dimensão orientados para o mercado e para a geração de rendimentos. Ambos os modelos são necessários e determinantes para o desenvolvimento do País. Este Programa visa de ultrapassar os constrangimentos com que cada um destes segmentos (Familiar e Empresarial) se depara, ao nível do conhecimento técnico, da organização, das infraestruturas de apoio ou do acesso aos factores de produção				
Objectivos do Programa				
Objectivo 1: Fomentar a Actividade Agrícola, visando o aumento da produção de produtos alimentares básicos de consumo, quer em explorações agrícolas familiares, quer em explorações agrícolas empresariais; Objectivo 2: Aumentar a produção de culturas industriais e de rendimento; Objectivo 3: Apoiar a produção agrícola dos agricultores familiares, através do aumento da disponibilidade e melhoria do acesso aos factores de produção e do aumento da capacidade dos serviços de extensão e desenvolvimento rural				
Resultados Esperados			Políticas/Medidas de Política	
- Aumento da produção e produtividade agrícola - Aumento da produção de produtos alimentares básicos de consumo - Aumento da produção de culturas industriais e de rendimento - Aumento da área de cultivo até 4 hectares por família - Aumento da disponibilidade de insumos - Melhoria dos serviços de apoio à agricultura familiar - Redução da importação de produtos agrários			- Quadro legal sobre a propriedade e uso eficiente da terra - Aceleração do Investimento Público em infra-estruturas - Melhoramento ao crédito/financiamento - Disponibilização aos insumos e equipamentos agrícolas - Estímulos e incentivos fiscais - Promoção de parcerias público privado funcionais com benefícios mútuos - Cooperação técnica e tecnológica - Protecção aos pequenos agricultores	

NOME DO PROGRAMA				
1. Programa de Fomento da Produção Pecuária				
Área Responsável		Áreas Executoras		Objectivo Estratégico Relacionado
DNP		ISV, IIV		
Início	2018	Investimento	N/D	
Fim	2022	Retorno	N/D	- Expandir a produção agrária para satisfação das necessidades do país e para a exportação; - Apoiar o desenvolvimento sustentável da agricultura familiar e empresarial; -Aumentar o contributo do sector agrícola para o crescimento e diversificação da economia nacional
Descrição do Programa				
O presente programa visa garantir o crescimento sustentado da produção pecuária e o consequente aumento da produção de carne, ovos e leite, com qualidade e salubridade, dentro dos parâmetros internacionais, procurando satisfazer as necessidades internas e gerar excedentes para a exportação. Este programa visa igualmente a prevenção, controlo e erradicação das doenças dos animais e das zoonoses. O Programa de Fomento da Produção Pecuária inclui o desenvolvimento de infra-estruturas de apoio à actividade pecuária. O Programa compreende igualmente acções de investigação no domínio do melhoramento genético, da alimentação e nutrição, da sanidade animal, a introdução de melhores práticas de criação animal e a transferência de tecnologia				
Objectivos do Programa				
Objectivo 1: Fomentar o aumento da produção pecuária para satisfação das necessidades alimentares do País em produtos de origem animal; Objectivo 2: Melhorar a prevenção, o controlo e a erradicação de doenças animais e zoonoses;				
Resultados Esperados			Políticas/Medidas de Política	
- Aumento da produtividade pecuária; - Incremento do efectivo animal; - Aumento da produção de carne, ovos e leite; - Redução da importação de carne, ovos e leite.			- Lei de base da produção animal - Promoção de Investimento Público em infra-estruturas de apoio a produção - Disponibilização de crédito/financiamento - Promoção de parcerias público privado funcionais com benefícios mútuos - Políticas de protecção aos pequenos produtores - Cooperação técnica e tecnológica	

NOME DO PROGRAMA				
1. Programa de Fomento da Exploração e Gestão Sustentável de Recursos Florestais				
Área Responsável		Áreas Executoras		Objectivo Estratégico Relacionado
DNF		IDF		
Início	2018	Investimento	N/D	
Fim	2022	Retorno	N/D	- Expandir a produção agrária para satisfação das necessidades do país e para a exportação; - Apoiar o desenvolvimento sustentável da agricultura familiar e empresarial; -Aumentar o contributo do sector agrícola para o crescimento e diversificação da economia nacional
Descrição do Programa				
O presente Programa visa incrementar, de forma sustentável, os níveis de extracção de madeira e derivados, bem como, aumentar a produção de produtos não madeireiros, em particular o mel. Pretende-se também, assegurar os devidos níveis de povoamento e repovoamento florestal, com vista a combater a desflorestação e aumentar a superfície coberta por florestas. Angola possui uma extensão de 69 milhões de hectares de florestas, os quais, em grande medida, se encontram sub-aproveitados, não contribuindo para a riqueza interna, a economia local e a fixação das populações no interior. A exploração sustentável desses recursos pode ser uma fonte de riqueza e de criação de emprego local, permitindo abastecer o mercado interno e diversificar as exportações. Além disso, permite prosseguir uma estratégia de povoamento do interior, ao criar condições de subsistência para todo um conjunto de pessoas que farão desta actividade o seu sustento principal.				
Objectivos do Programa				
Objectivo 1: Fomentar a exploração e gestão dos recursos florestais, designadamente de madeiras e plantas; Objectivo 2: Fomentar e modernizar a apicultura tradicional, visando o aumento da produção de mel e de outros produtos apícolas;				
Resultados Esperados			Políticas/Medidas de Política	
- Aumento da produtividade e produção de madeira; - Incremento da área florestal plantada; - Aumento da produção de mel. - Aumento das áreas de madeira plantada - Repovoamento florestal - Desenvolvimento da Sivicultura			- Promoção de Investimento Público em infra-estruturas de apoio a produção - Disponibilização de crédito/financiamento - Promoção de parcerias público privado funcionais com benefícios mútuos - Políticas de protecção aos pequenos produtores - Cooperação técnica e tecnológica	

NOME DO PROGRAMA				
3. Programa de Melhoria da Segurança Alimentar e Nutricional				
Área Responsável		Áreas Executoras		Objectivo Estratégico Relacionado
GSA		GSA/DNAP		
Início	2018	Investimento	N/D	
Fim	2022	Retorno	N/D	
Descrição do Programa				
O Programa de Melhoria da Segurança Alimentar e Nutricional visa alcançar níveis satisfatórios de segurança alimentar e nutricional no país, reforçando a articulação entre as instituições governamentais e a sociedade civil, na conjugação de esforços em relação à identificação dos problemas, à análise de situações e à proposta de eventuais soluções orientadoras, tendo em conta as estratégias sectoriais. Por outro lado, pretende constituir e implementar a Reserva Estratégica Alimentar, visando proporcionar, dentro de parâmetros pré-estabelecidos, o acesso da população a uma certa quantidade de produtos alimentares básicos, em condições de estabilidade da oferta, durante um período mínimo de tempo e/ou intervir de forma pontual na estabilidade dos preços pelo lado da oferta.				
Objectivos do Programa				
Objectivo 1: Melhorar a tomada de decisões sobre situações de insegurança alimentar através da implementação do Sistema Nacional de Monitoria da Segurança Alimentar e Nutricional; Objectivo 2: Assegurar o acesso da população a uma certa quantidade de produtos alimentares básicos, em condições de estabilidade da oferta.				
Resultados Esperados			Políticas/Medidas de Política	
- Formados recursos humanos tecnicamente capacitados a todos os níveis administrativos para lidar com as questões da SAN de forma abrangente. - Estabelecida a Linha de Base de Segurança Alimentar e Nutricional Nacional e a correspondente base de dados. - Estabelecidos os indicadores para a monitoria da SAN tendo em conta as especificidades de produção, alimentares e socio- culturais de cada zona. - Estabelecidos os Órgãos de governação da SAN e os respectivos regulamentos,- Estabelecida a Política Nacional de Segurança Alimentar			- Promoção de Investimento Público em infra-estruturas de apoio a produção - Disponibilização de Crédito/Financiamento - Promoção de parcerias público privado funcionais com benefícios mútuos - Políticas de Protecção aos pequenos produtores - Cooperação técnica e tecnológica	

NOME DO PROGRAMA				
12. Programa de Reforço Estratégico e Operacional do MINAGRIF				
Área Responsável		Áreas Executoras		Objectivo Estratégico Relacionado
GEPE		GEPE/SG / RH / GAB JURIDICO / GTI		
Início	2018	Investimento	N/D	
Fim	2022	Retorno	N/D	
Descrição do Programa				
–O programa visa a melhoria do processo de governança, processo de tomada de decisão, modelo de comunicação interno e processos gerais de trabalho, com vista tornar o MINAGRIF mais efectivo e eficiente na execução das actividades e facilitar o processo de tomada de decisão; –O programa prevê a criação de um centro específico para acompanhamento e divulgação continua da melhoria de processos, quer de natureza institucional como sectorial; –O programa visa igualmente a estruturação e implementação ao nível do MINAGRIF de um PMO (<i>Project Management Office</i> / Escritório de Gestão de Projectos) e de um BI (Business Intelligence / unidade crítica de análise institucional), para apoiar na planificação detalhada dos projectos, execução nos prazos, orçamento e padrões de qualidade expectáveis assim como a monitorização e ajustes dos projectos, análise de desempenho do Sector em estrita obediências das boas práticas internacionais.				
Objectivos do Programa				
- Maior eficiência e eficácia na execução dos processos; - Criação de instrumentos legais para melhorar a actividade do Sector; - Comunicação institucional efectiva e tomada de decisão mais célere e asseste em análises efectivas. - Extensão e padronização da rede informatica do MINAGRIF; - Modernização da infra-estrutura tecnológica do MINAGRIF e gradual introdução de tecnologias que suportam o processo de “Agricultura inteligente”				
Resultados Esperados			Políticas/Medidas de Política	
- Atracção e Desenvolvimento das competências técnicas - Mais eficiência e eficácia na execução das actividades do MINAGRIF - Implementação de um PMO e de um BI a nível do MINAGRIF - Modernização da infra-estrutura tecnológica do MINAGRIF			-Incremento ao Investimento Público em infra-estruturas básicas de apoio ao sector -Reabilitação e construção de vias de acesso -Políticas de comercialização nacional / desenvolvimento de mercados -Criação do conselho nacional de segurança alimentar e nutricional -Sistema nacional de informação de segurança alimentar e nutricional	



5.2

**Políticas/Medidas
de Política**

Políticas/Medidas de Política

A efectiva execução dos Programas de Acção preconizados, carece da definição e implementação, em tempo oportuno, de políticas/medidas de políticas intra e intersectoriais, conforme indicadas no quadro abaixo, grande parte das quais constam das Políticas de Desenvolvimento Prioritárias assumidas pelo Executivo no PDN 2018-2022:

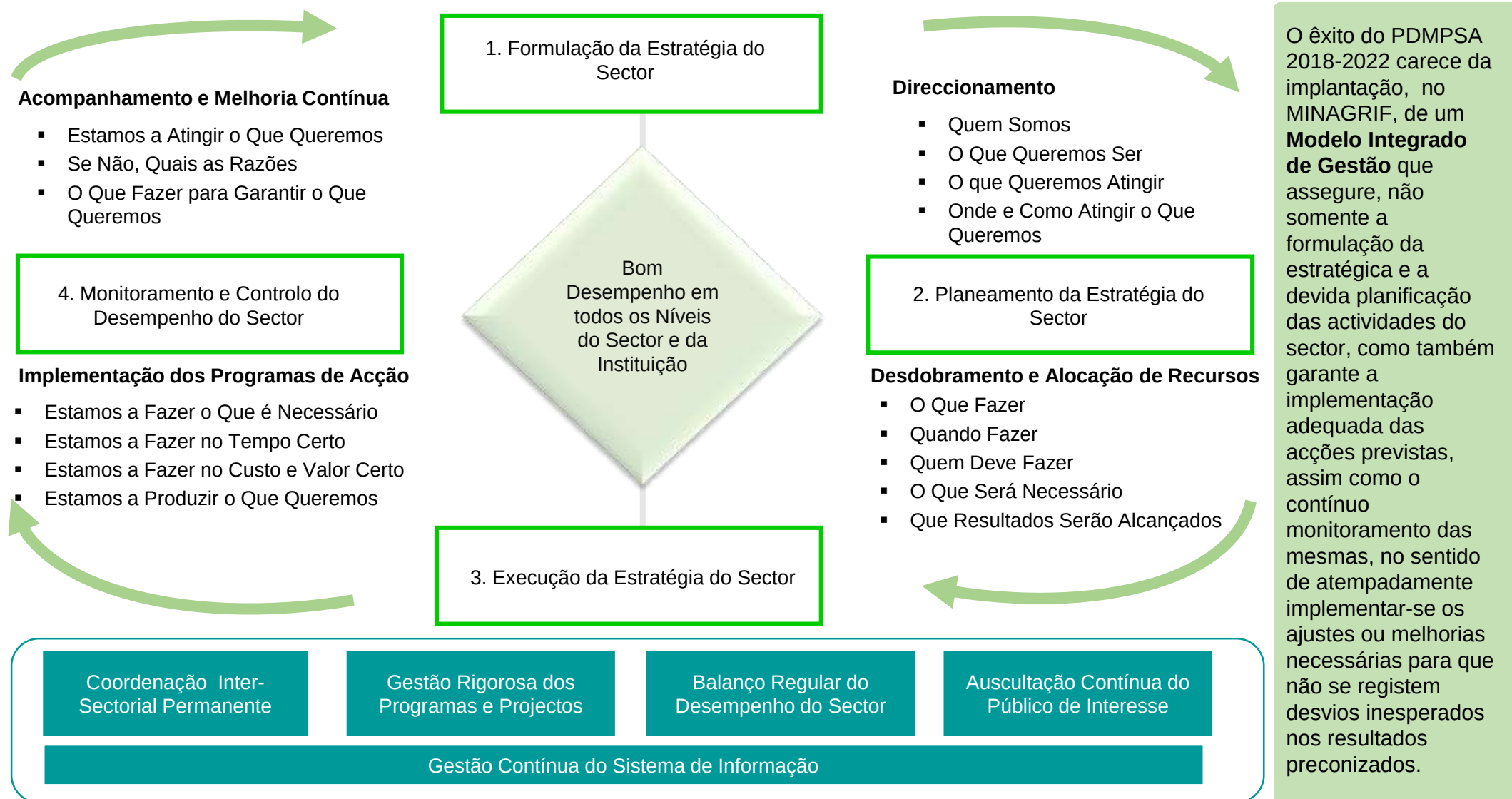
Quadro legal sobre a propriedade e uso eficiente da terra / sementes melhoradas	Política nacional de transporte de mercadorias
Aceleração do Investimento Público em infraestruturas	Implementação da Lei de terras
Acesso ao Crédito/Financiamento	Plano nacional de industrialização
Acesso aos insumos e equipamentos agrícolas, aos estímulos e incentivos fiscais	Construção de vias de acesso
Cooperação técnica e tecnológica	Aplicação das normas nacionais e internacionais de segurança alimentar
Protecção aos pequenos agricultores	Aplicação do sistema nacional e das normas internacionais de qualidade
Promoção de parcerias público privado funcionais com benefícios mútuos	Plano nacional de desenvolvimento do ensino de base, médio/profissional e superior
Quadro legal sobre inseminação animal/melhoria de raça	Plano nacional de desenvolvimento da ciência e tecnologia
Incentivo/estímulo fiscal a exportação	Modelo de Governança do MINAGRIF
Políticas de comercialização nacional / desenvolvimento de mercados	



5.3

Modelo de Gestão do PDMP SA

Modelo Integrado de Gestão do PDMPSA





Considerações Finais

Considerações Finais

A preparação e elaboração do presente Plano de Desenvolvimento de Médio Prazo do Sector Agrário, permitiu-nos efectuar uma análise exaustiva da actual situação do Sector que caracteriza-se por um défice de oferta de produtos agrícolas, pecuários e florestais. A insuficiente mecanização e automatização dos vários processos de produção também constitui um factor inibidor ao desenvolvimento do Sector.

A situação acima descrita e que se deve a vários factores exaustivamente analisados, deverá ser invertida para que o Sector tenha melhor desempenho.

Perante esta situação, o Executivo Angolano vem delineando diversas estratégias que visam à médio prazo inverter o quadro actual. Essas medidas de âmbito sectorial e também transversais, deverão ser impulsionadas por uma verdadeira convergência de esforços sob pena das expectativas serem frustradas.

A análise geral aqui elencada, permite-nos aferir que o Sector Agrário tem condições de assumir o seu verdadeiro papel na economia, pois o país possui uma vasta superfície com terras aráveis, bem como uma generosa rede hidrográfica. Contudo, não se deverá descorar a necessidade de haver disponibilidade financeira para executar os vários programas e projectos para a efectivação do PDMPSA 2018-2022.

Neste âmbito, constatou-se que a quota alocada ao Sector Agrário pelo Orçamento Geral do Estado ao longo dos últimos anos 5 (cinco) anos, perante os desafios, da redução da fome e da pobreza, bem como na diversificação da economia, foi exígua.

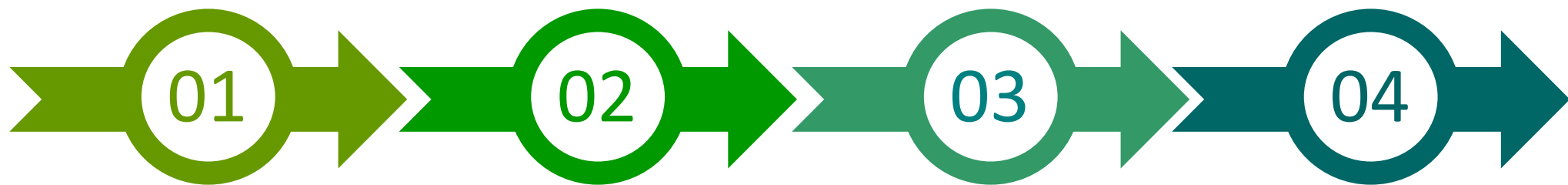
A elaboração de qualquer estudo como este que é aqui abordado, passa sempre por uma fase de análise de dados e de informações, cuja produção deve obedecer a um determinado rigor. Com efeito, é imperioso prestar uma atenção especial na criação de condições ao nível central (capital) e local (zonas produtivas) para a produção rigorosa de dados que, após tratamento, se converteriam em importante informação estatística do Sector Agrário. É pois essa informação que servirá de base fiável para elaboração de políticas, planos, programas e projectos ou actividades, ou seja, que permitam quantificar e qualificar da maneira mais racional as despesas e os investimentos necessários para o Sector, de modo a reduzirem-se os desperdícios.

Finalmente, uma particular atenção deve ser dada à estratégia de retenção de quadros e de técnicos qualificados no Sector. Constitui factor crítico para o desenvolvimento do Sector Agrário, a disponibilidade de técnicos qualificados. Para o efeito, é imperioso a implementação de políticas para atracção, retenção, motivação e desenvolvimento dos quadros do Sector, particularmente aqueles que desempenham as suas actividades nas zonas de produção agro-pecuárias e florestais.



Anexo Descritivo sobre o Processo de Elaboração do PDMPSA 2018-2022

Índice... em 4 Passos



**Processo de
Desenvolvimento
do PDMPSA
2018-2022**

**Engajamento das
“Partes
Interessadas” na
Elaboração do
PDMPSA**

**Principais
Factores para
Assegurar a
Implementação
do PDMPSA**

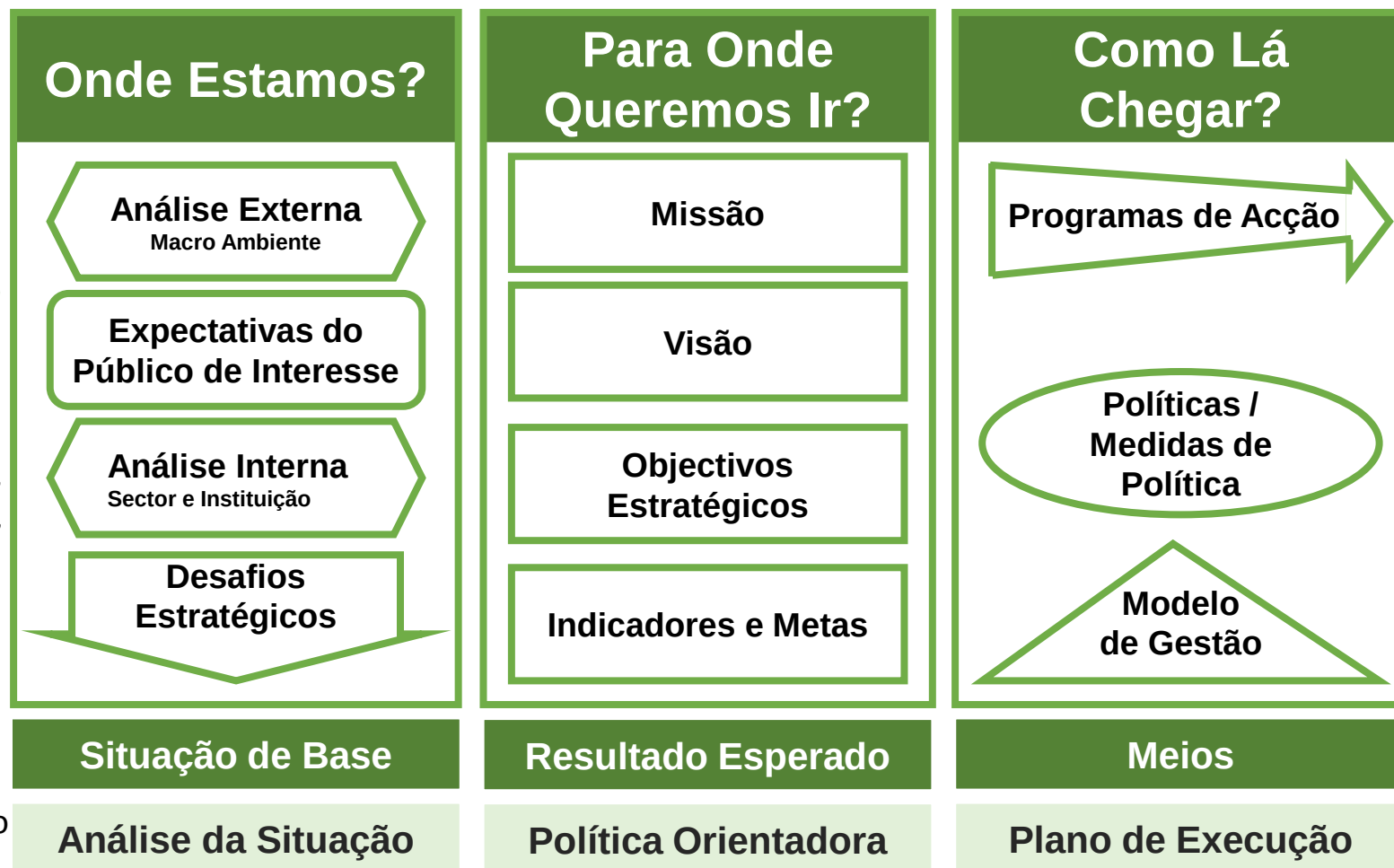
**Gestão Contínua
do Sistema de
Informação:
Importância da
Estatística na
Implementação
do PDMPSA**



1 Processo de Desenvolvimento do PDMPSA 2018-2022

O PDMPSA foi desenvolvido seguindo um processo baseado em 3 questões integradas e complementares, nomeadamente:

- 1 Onde Estamos?**
Consistiu na análise exaustiva da **Situação Actual** da instituição, do sector e do macro ambiente
- 2 Para Onde Queremos Ir?**
Envolveu a definição da **Política Orientadora** para o Sector Agrário no período 2018–2022, incluindo missão, visão, objectivos estratégicos, indicadores e metas.
- 3 Como Lá Chegar?**
Compreendeu a definição detalhada do **Plano de Acção** para a execução da Política Orientadora do Sector Agrário



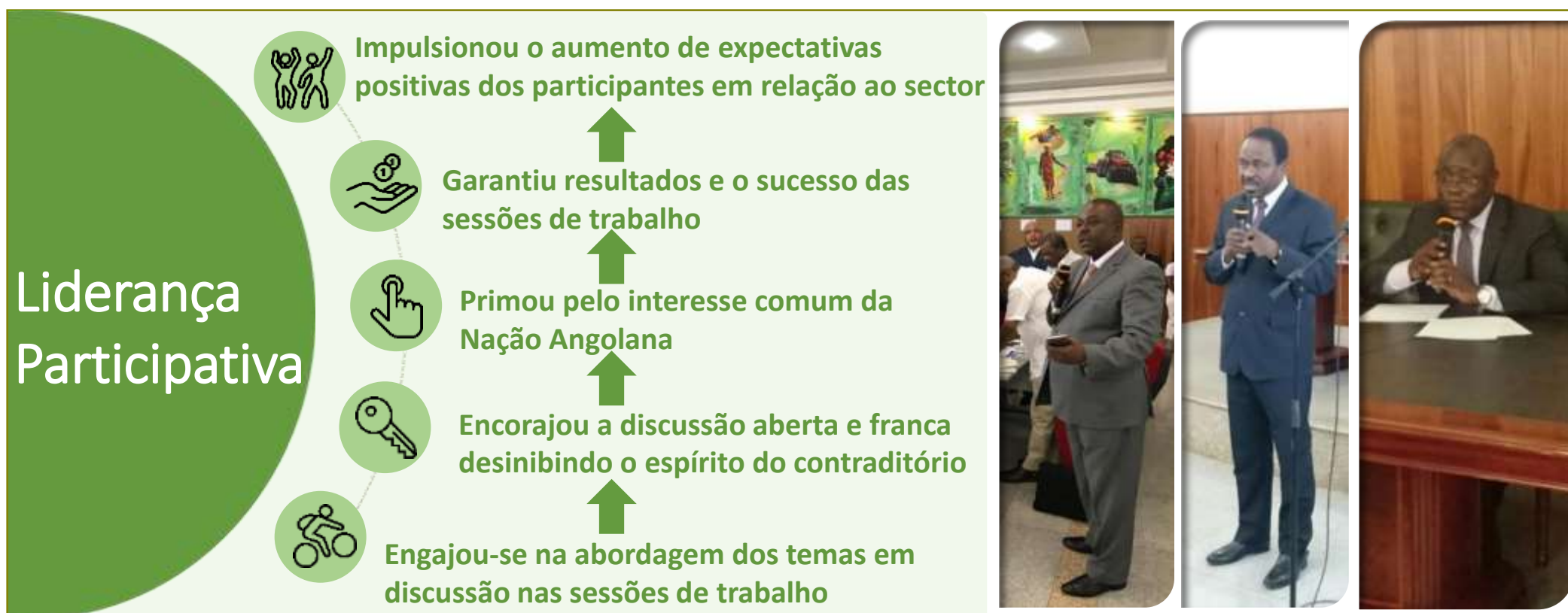
© 2017 CBBS CA



2 Engajamento das “Partes Interessadas” no desenvolvimento do Sector, na Elaboração do PDMPSA

2.1 Forte Engajamento da Liderança do MINAGRIF

Quanto ao envolvimento da liderança do MINAGRIF, constatou-se um verdadeiro engajamento pessoal tanto do Senhor Ministro, Eng.º Marcos Nhunga quanto dos Senhores Secretários de Estado, Eng.º André Moda, Eng.º Amaro Tati e, posteriormente, o Eng.º Carlos Aberto Jaime Pinto. Com efeito, apesar das suas ocupações quotidianas, as entidades acima mencionadas, mais do que uma simples orientação de como os trabalhos deveriam ocorrer, deram valiosas e concretas contribuições à semelhança dos diferentes participantes nos workshops.



2.2

Para a elaboração do PDMPSA 2018 - 2022, procedeu-se a auscultação exaustiva dos vários intervenientes do Sector Agrário, em todos os momentos da preparação do Plano.

A auscultação dos intervenientes do Sector Agrário, ocorreu com a participação em **sessões de workshop para o desenvolvimento do PDMPSA** desde o diagnóstico do sector à formulação de políticas e programas de acção.



2.3

Este processo de elaboração do PDMPSA 2018-2022, envolveu workshops com “as partes interessadas” pelo sector agrário em Angola, distribuídas em três perspectivas (interna, externa e local), o que permitiu um diagnóstico realístico da situação actual do MINAGRIF, do Sector Agrário e do Macro Ambiente bem como possibilitou a definição de políticas e programas mais adequados e mais abrangentes.



Todos os workshops, pautaram-se pelo trabalho em equipa, realizado em três momentos distintos, nomeadamente:

- (1) Análise da situação actual e recomendação da política orientadora e plano de acção por cada grupo de trabalho;
- (2) Partilha da perspectiva do grupo em plenária;
- (3) Debate aberto, seguido de esclarecimento, com vista a validação das recomendações de cada grupo de trabalho.

Este formato permitiu analisar conjuntamente, os problemas do MINAGRIF e do Sector Agrário, partilhar perspectivas e estabelecer consenso sobre potenciais soluções para superar os actuais desafios que o sector agrário enfrenta.

Abordagem de Elaboração do PDMPSA na Perspectiva Interna

- 1 **Análise da Situação do Sector e Recomendação de Política e Programas de Acção para o Sector, por Grupo de Trabalho**
- 2 **Partilha das Recomendações de cada Grupo de Trabalho em Plenária**
- 3 **Debate, Esclarecimentos e Validação da Recomendação de cada Grupo**

Foram realizadas Sessões de Workshop com os quadros internos do Ministério, Institutos Públicos e Empresas Públicas do Sector Agrário.

As referidas sessões reuniram “massa crítica” das distintas áreas do MINAGRIF e respectivos órgãos tutelados, assim como de funções e cargos diferentes, que reflectiu amplamente, sobre os desafios internos da instituição, a situação actual do sector da agricultura, pecuária e florestas, assim como sobre os factores do macro ambiente com impacto no desenvolvimento do sector agrário.

Com base nesta reflexão, este grupo trabalhou exaustivamente na definição da política orientadora e nas linhas de acção para superar os desafios internos e externos identificados.



Abordagem de Elaboração do PDMPSA na Perspectiva Externa

- 1 **Análise da Situação do Sector e Recomendação de Política e Programas de Acção para o Sector, por Grupo de Trabalho**
- 2 **Partilha das Recomendações de cada Grupo de Trabalho em Plenária**
- 3 **Debate, Esclarecimentos e Validação da Recomendação de cada Grupo**



As sessões de workshop foram igualmente realizadas com participantes externos ao MINAGRIF, nomeadamente, produtores, fornecedores, outros departamentos ministeriais, parceiros sociais, ONGs, analistas, representantes da opinião pública e consumidores.

O objectivo destas sessões foi de colher a opinião destes actores externos, sobre a visão que têm sobre os reais desafios que o sector agrário enfrenta. De igual modo, estes actores emitiram a sua opinião quanto as acções prioritárias que terão de ser implementadas para superar os desafios identificados a nível da agricultura, pecuária e silvicultura.

Por último, debruçaram-se sobre o papel que o MINAGRIF deverá desempenhar para o efectivo desenvolvimento do sector agrário no país.

Abordagem de Elaboração do PDMPSA na Perspectiva Local

- 1** Análise da Situação do Sector e Recomendação de Política e Programas de Acção para o Sector, por Grupo de Trabalho
- 2** Partilha das Recomendações de cada Grupo de Trabalho em Plenária
- 3** Debate, Esclarecimentos e Validação da Recomendação de cada Grupo

Na perspectiva local, trabalhou-se, igualmente em sessões de workshop, com os Órgãos dos Governos Provinciais responsáveis pelo Sector Agrário local, nomeadamente, as Direcções Provinciais da Agricultura e os Gabinetes de Estudo e Planeamento das 18 provinciais do país.

Os trabalhos centraram-se na identificação dos reais desafios enfrentados pelos produtores agropecuários e florestais, a nível da cada província.

De igual modo, o trabalho com este grupo visou identificar o contributo e a participação destas instituições provinciais, no processo de desenvolvimento nacional do sector agrário, por via da formulação de políticas e programas de acção com relevância local.



2.3 Testemunhos dos participantes aos workshops

	...A Nível da Instituição	...A Nível do Sector	...A Nível do Ambiente Externo
O que está a correr bem...	Quadros nacionais competentes, representados à nível nacional, provenientes de diferentes escolas de formação, o que faz com que o MINAGRIF tenha uma massa crítica aceitável Boas relações com parceiros internacionais e regionais (FAO, FMI, Banco Mundial, FIDA, OMS, etc.) Iniciativa do MINAGRIF sobre o diálogo e opiniões das diversas entidades público-privadas Infraestruturas técnicas/ administrativas disseminadas um pouco por todo o país	Terras aráveis Clima favorável Recursos hídricos Recursos florestais Apoio ao sector familiar na atribuição do crédito de campanha Assistência técnica ao sector familiar A agricultura familiar tem sido o factor de produção e geração de emprego Ressurgimento do sector empresarial agro-pecuária Tradição agrícola: 2.000.000 famílias – pequenos produtores ligados ao campo Aumento das áreas de cultivo Construção e reabilitação de infraestruturas de apoio ao sector Existência da nova Lei Florestal Realização e promoção de feiras agropecuárias em várias províncias Retoma da exportação de madeira e café	Intenção de diversificação da economia, tendo a agricultura como base de desenvolvimento do país, tanto para diminuição das importações como para promoção das exportações Desminagem de extensas áreas de cultivo Reabilitação das vias primárias Abertura por parte do executivo para mudança Nova lei de investimento privado Mercado nacional favorável para a absorção da produção Momento da baixa do preço de petróleo é uma oportunidade para a agricultura
O que se pode melhorar...	Insuficiência de técnicos qualificados a todos os níveis. Informação estatística. -Intervenção excessiva do estado no sector agrário com ineficiência nos mega projectos Concentração dos quadros a nível das capitais em relação as zonas de intervenção Enquadramento, remuneração, formação, carreira e condições de trabalho para os quadros Execução dos programas ... Acompanhamento e fiscalização dos projectos Investigação agrária não funcional... Falta de apoio aos institutos de investigação Falta de ligação entre a Investigação e a Extensão Rural	Falta de inputs agrícolas (fertilizantes e equipamentos agrícolas) Falta de mecanização agrícola Custos elevados factores produção OGE exíguo para o sector Falta de indústrias transformadoras Falta de segurança fundiária para os agricultores familiares Déficé de infraestruturas de apoio ao sector e atrasos tecnológicos Pouco aproveitamento dos recursos hídricos Fuga de quadros p/ outros sectores. Políticas e estratégias de atracção, motivação, incentivo e retenção dos quadros do sector Débil organização dos produtores Mercados rurais desestruturados Falta de reserva alimentar	Debilidade das infraestruturas de apoio a produção: electrificação rural, vias de acesso, telecomunicações, centros logísticos Inexistência do seguro agrícola OGE exíguo para o sector Falta de uma política de incentivos específicos para o desenvolvimento do sector: gásóleo agrícola, produção, fiscais Falta protecção a produção interna (subvenções, estruturas logísticas de apoio a agricultura) Difícil acesso ao crédito bancário Falta da Banca agrícola e pecuária Ambiente de negócio pouco favorável ... e atractivo p/investimento. Êxodo rural Falta de rigor no cumprimento da Lei de Terras (fiscalização, penalização) Dependência na importação de produtos agro-pecuários.



3 Principais Factores para Assegurar a Implementação do PDMPSA

Factor 1

Foco na Visão, Objectivos e Estratégias definidas por forma a nunca perder de vista onde queremos chegar com este Plano.

- O que queremos ser: Foco na visão
- O que queremos atingir: Foco nos principais objectivos
- Como atingir o que queremos: Foco nas principais estratégias

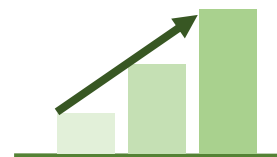
...tornar o sector agrário produtivo, competitivo e desenvolvido, com vista ao alcance da segurança alimentar...

Foco na Visão

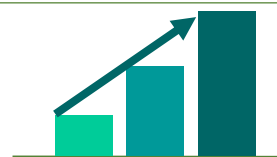
Foco nos Principais Objectivos

Foco nas Principais Estratégias

Aumento da Produção Agrícola



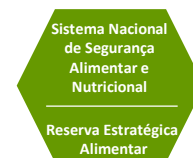
Aumento da Produção Pecuária



Fomento da Exploração e Gestão Sustentável de Recursos Florestais



Garantia da Segurança Alimentar e Nutricional

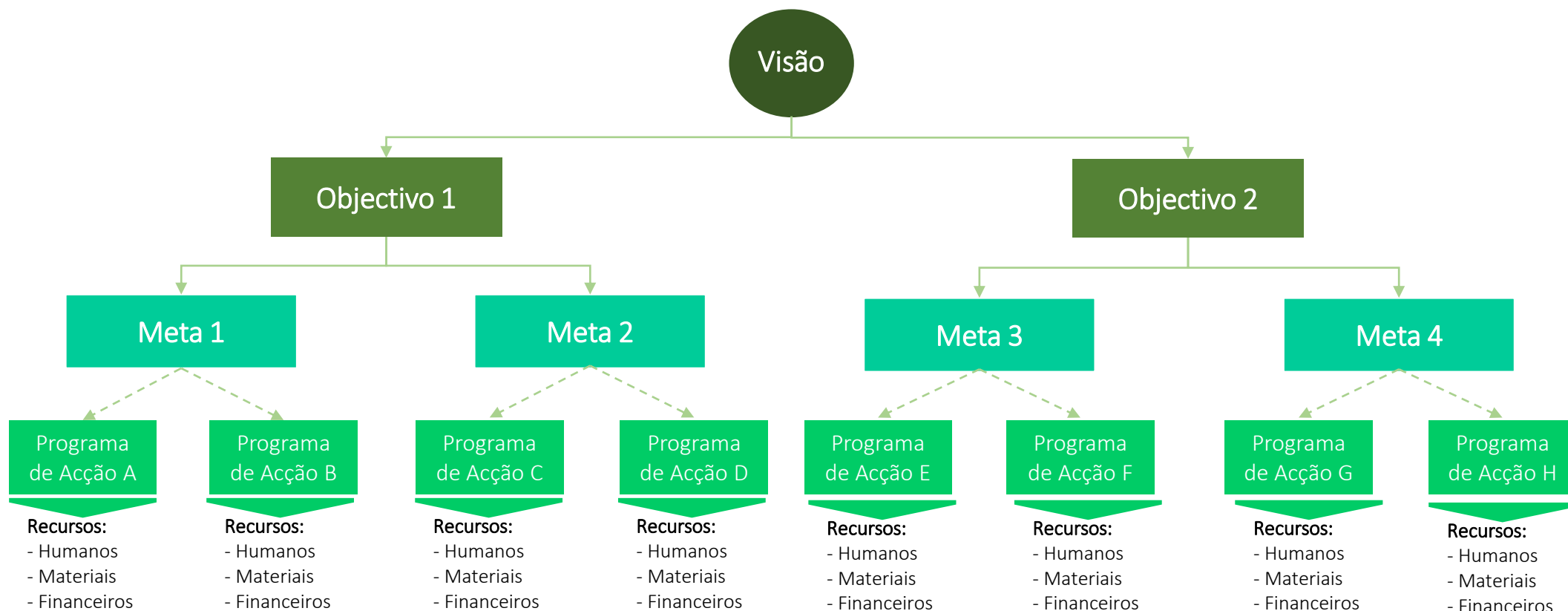


- Produção de culturas para satisfazer as necessidades da população.
- Investimento em culturas de alto rendimento utilizadas como matéria-prima para a indústria e/ou para a exportação.
- Semi-mecanização das Explorações Familiares, com contribuição dos serviços de extensionistas.
- Mecanização total da cadeia produtiva das Explorações Empresariais.
- Melhoramento do Modelo de Gestão Interno e coordenação intra e intersectorial

Factor 2

Garantia de Desdobramento das Acções e Alocação de Recursos para que as Direcções, Órgãos Tutelados e Parceiros do MINAGRIF possam executar as acções do PDMPSA

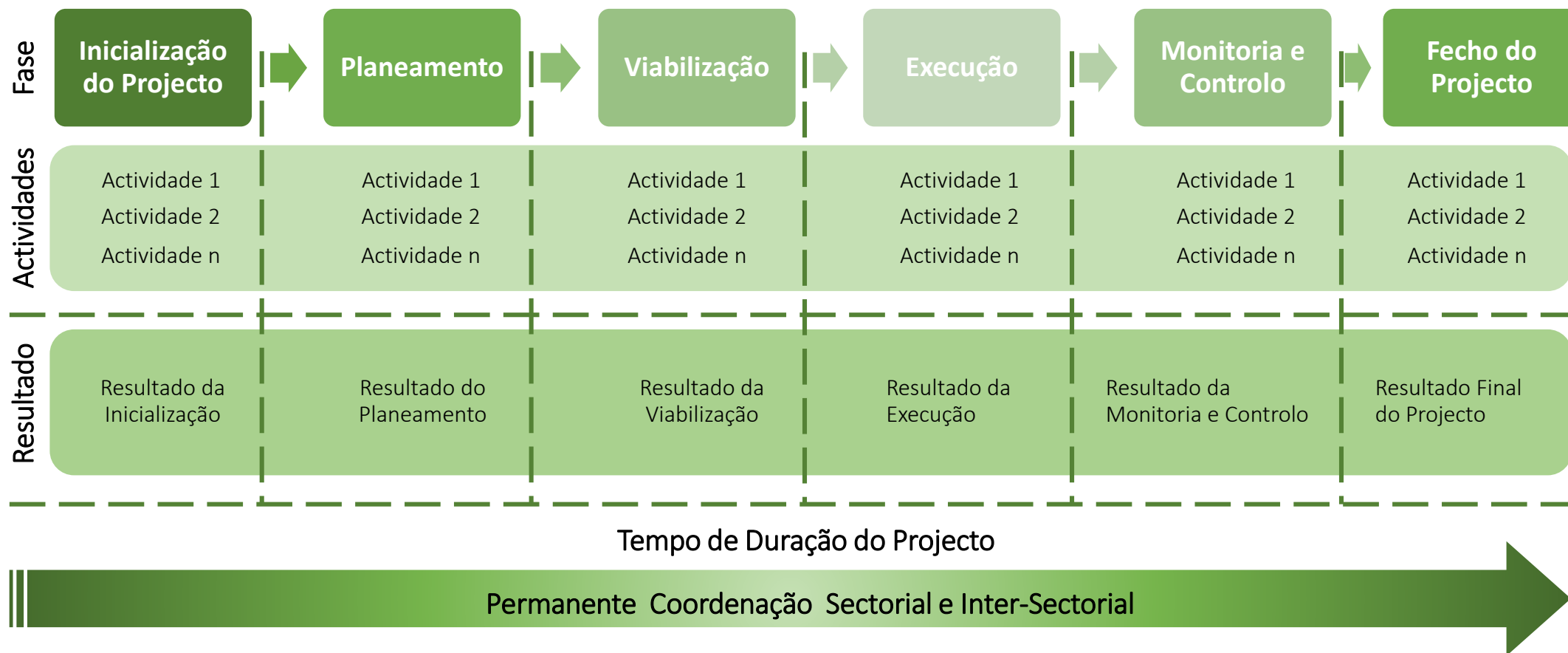
- **O que fazer, quando fazer e quem deve fazer:** Definir as acções a implementar e respectivos responsáveis
- **O que será necessário:** Disponibilizar os recursos (materiais, humanos e financeiros) para a execução das acções requeridas
- **Que resultados serão alcançados:** Definir os resultados esperados que as acções deverão produzir, por forma a atingir os objectivos definidos



Factor 3

Implementação efectiva dos Programas de Acção definidos no PDMPSA, primando pela gestão rigorosa dos Programas/Projectos e permanente coordenação inter-sectorial

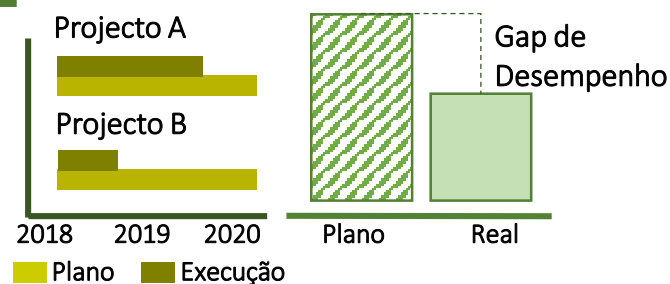
- Fazer o que é necessário; Fazer no tempo certo; Fazer no custo e valor certo
- Produzir o que queremos para o alcance dos resultados definidos



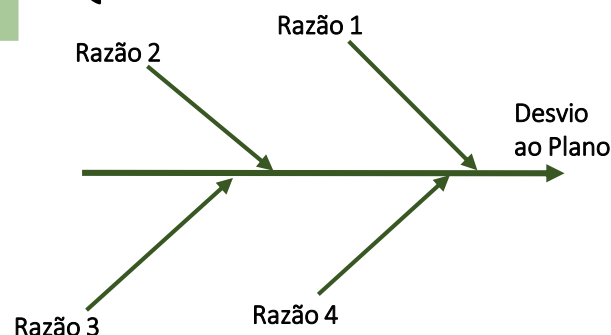
Factor 4 Acompanhamento contínuo da execução e resultados das acções programadas

- Estamos a implementar os programas de acção e atingir os resultados que estão previstos no PDMPSA e Reflectido no PDN?

Verificar se Estamos a Atingir o Que Queremos



Se Não, Identificar Quais as Razões



Definir o Que Fazer para Garantir o Que Queremos



Balanço Regular do Desempenho do Sector

- Periodicidade Trimestral -

Auscultação Permanente do Público de Interesse



4

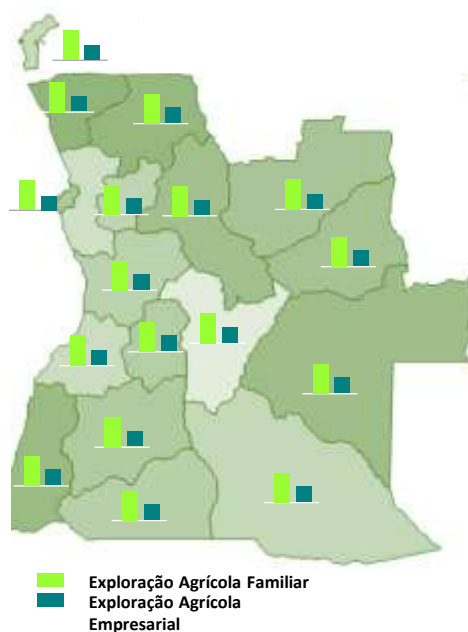
Gestão Contínua do Sistema de Informação: Importância da Estatística na Execução do PDMPSA 2018-2022

Com os dados recolhidos e tratados do sector agrário, pode-se aferir:

De que recursos dispomos?



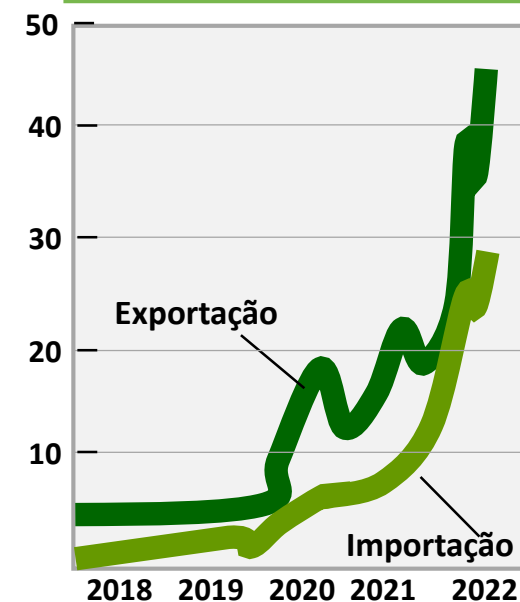
Quem e quanto produz?



Quanto Custa Produzir?



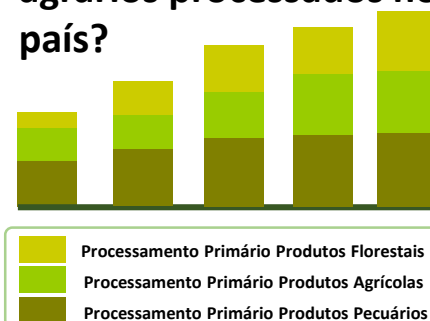
Importação vs Exportação?



O que se produz em cada região?



Quantidade de produtos agrários processados no país?



Isto permite:

- Ter um retrato real da situação do sector;
- Tomada de decisão mais objectiva;
- Maior eficiência na aplicação dos recursos públicos;
- Acompanhamento fidedigno dos programas e dos resultados

Ficha Técnica de Elaboração do PDMPSA 2018-2022

Coordenação Geral

Altemiro Diogo – Director do GEPE do MINAGRIF

Equipa Técnica do MINAGRIF

Facilitação e Análise

Anderson Jerónimo - Chefe de Departamento de Monitoramento e Controlo
Felismino da Costa - Chefe de Departamento do Planeamento
Domingos da Silva - Chefe de Departamento de Estudos e Estatística

César Cunha - Técnico do GEPE
Costa Yoani - Técnico do GEPE
Domingas Wime - Técnica do GEPE
João Manuel - Técnico do GEPE
José Manaça Sati - Técnico do GEPE

Helena Borges - Consultora do Secretário de Estado para Agricultura

Processamento e Análise

António Diogo - Técnico do GEPE
Apolónia da Rocha - Técnico do GEPE
Dário Cadete - Técnico do GEPE
Domingos José - Técnico do GEPE
Edijair Quaresma - Técnico do GEPE
Ester Sebastião - Técnica do GEPE
Isabel Calandissa - Técnica do GEPE
Isabel Silva - Técnica do GEPE
Margarida Almeida - Técnica do GEPE
Maira Catumbela - Técnica do GEPE
Massota Nzita - Técnico do GEPE
Miguel André - Técnico do GEPE
Ondina Melo - Técnica do GEPE
Pedro Dozi - Técnico do GEPE
Rosa Leite - Técnica do GEPE
Simão Sebastião - Técnico do GEPE
Tómas Agostinho - Técnico do GEPE
Valdemar Moraes - Técnico do GEPE

Equipa de Consultoria da CBBS

Emanuel Santos - Consultor
Félix de Carvalho - Consultor
Gilberto Demba - Consultor
Mário Neves - Consultor
Eduardo Magalhães - Consultor



